



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

SAMUEL ABNER FERNANDES PINHEIRO

**RECONHECIMENTO E MEDIAÇÃO: UMA ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS DE
PODER ENTRE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA

2021

SAMUEL ABNER FERNANDES PINHEIRO

**RECONHECIMENTO E MEDIAÇÃO: UMA ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS DE
PODER ENTRE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada na Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em Antropologia.

BRASÍLIA

2021

SAMUEL ABNER FERNANDES PINHEIRO

**RECONHECIMENTO E MEDIAÇÃO: UMA ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS DE
PODER ENTRE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E O GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada na Universidade de Brasília
como requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em Antropologia.

BANCA EXAMINADORA

Doutor Henyo Trindade Barreto Filho (orientador)
Departamento de Antropologia - UnB

Doutora Carla Costa Teixeira
Departamento de Antropologia - UnB

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade abordar as peculiaridades na relação empreendida entre catadores de materiais recicláveis e o Governo do Distrito Federal. Em diálogo com alguns pensadores como Butler e Foucault, analiso o trabalho etnográfico que realizei junto a catadores para entender as interações que em um primeiro momento podem ser vistas como simples, mas que carregam diversas camadas relacionadas a operação do poder exercida pelo GDF sob os catadores a fim de subjetivar um tipo de catador ideal na perspectiva governamental. Ao mesmo tempo, tenho atenção às respostas que os catadores dão ao exercício deste poder no momento em que estes contestam a situação de precariedade a qual estão sujeitos. No caso da minha pesquisa, foquei nas reivindicações desenvolvidas, no âmbito da mediação que os catadores constroem com o GDF, no sentido de entendê-las como um ato performativo que reivindica o reconhecimento como vidas que merecem o suporte das instituições públicas.

Palavras-chave: Catadores de materiais recicláveis; Governo do Distrito Federal; poder; reconhecimento; mediação.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer a minha família, especialmente a minha mãe, minha avó e minha irmã, pelo suporte dado durante toda a minha formação. Sem a ajuda destas pessoas, nunca chegaria aqui. Em segundo lugar, terei que agradecer a todas minhas amigas e amigos, principalmente aqueles que perseveraram com minhas inúmeras “abstrações”. Nossas conversas e problematizações foram essenciais para eu desenvolver meu apreço pelo pensamento crítico. Além disso, tenho que agradecer a todos os professores com quem tive o prazer de ter aulas durante minha graduação que me ensinaram de maneira sem igual. Por fim, gostaria de agradecer especificamente a ótima orientação prestada pelo prof^o. Henyo que me acompanhou durante estes últimos anos da minha formação e colaborou de maneira decisiva para este trabalho ao qual você está lendo.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Fotografia de página do jornal *Correio Brasiliense* de 1975. Autoria de Dytz (2017, p. 39).

Imagens 2: Fotografia aérea do Lixão nos ano de 1965 (PEREIRA, 2015, apud DYTZ, 2017, p. 49 e 50).

Imagens 3: Fotografia aérea do Lixão nos ano de 1986 (PEREIRA, 2015, apud DYTZ, 2017, p. 49 e 50).

Imagens 4: Fotografia aérea do Lixão nos ano de 2015 (PEREIRA, 2015, apud DYTZ, 2017, p. 49 e 50).

Imagem 5: *printscreen* de notícia vinculada ao site da SEDES em 28/05/2020. Acesso em 10/12/2020.

Imagem 6: *printscreen* de notícia vinculada ao site da SEDES em 09/09/2020. Acesso em 10/12/2020.

Imagem 7: galpão 2 do Complexo de Reciclagem do Distrito Federal. O galpão 1 é idêntico a este. Imagem original captada em 11/12/2020.

Imagem 8: Centro de comercialização do Complexo. Este é o último estágio dos materiais antes de serem enviados para a indústria. Imagem original captada em 11/12/2020.

Imagem 9: catadores na parte de trás dos galpões já realizando uma triagem prévia. Daí os resíduos entram no galpão pela esteira verde registrada no lado direito da foto. Imagem original captada em 11/12/2020.

Imagem 10: galpão visto por dentro. No andar superior é onde ficam as esteiras que passam os materiais para serem separados pelos catadores e no andar inferior é possível ver os bags nos quais são jogados estes materiais. Imagem original captada em 11/12/2020.

Imagem 11: containers onde são dispensados resíduos para serem aterrados posteriormente. Imagem original captada em 11/12/2020.

LISTA DE SIGLAS

AGEFIS - Agência de Fiscalização do Distrito Federal
BRB - Banco de Brasília
CIISC - Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal
CORC - Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil
EPCL - Estrada Parque Ceilândia
EPE - Escritório de Projetos Especiais
GDF - Governo do Distrito Federal
IFB - Instituto Federal de Brasília
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
MNCR - Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis
NovaCap - Companhia Urbanizadora da Nova Capital
ONG - Organização Não-Governamental
RCC - Resíduos da Construção Civil
RSS - Resíduos dos Serviços de Saúde
SEDES - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDESTMIDH - Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal
SENAI-DF - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Distrito Federal
SINESP/DF - Secretaria de Estado de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas
SLU - Sistema de Limpeza Urbana
SSP/DF - Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
URE - Unidade de Recebimento de Entulhos

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	10
1.1.	Afinal, como cheguei aqui?.....	12
1.2.	A estrutura do trabalho.....	16
2.	Capítulo 1.....	19
2.1.	Panorama histórico sobre o Lixão da Estrutural.....	20
2.2.	Entendendo o processo de fechamento do Lixão.....	27
2.2.1.	Meio ambiente, poder público e resíduos sólidos.....	28
2.2.2.	O plano de intervenção e o fechamento do Lixão.....	29
2.2.3.	A relação dos catadores com o GDF durante o fechamento do Lixão.....	33
2.3.	Como ficaram os catadores depois do fechamento do Lixão?.....	37
2.4.	Abrindo a caixa de ferramentas.....	43
3.	Capítulo 2.....	52
3.1.	Observando a etnografia: debate sobre uma antropologia urbana, multissituada e cibercultural.....	53
3.1.1.	O Fazer etnográfico em contextos urbanos.....	54
3.1.2.	Potencializando a etnografia com George Marcus.....	57
3.1.3.	A antropologia conversa com a cibercultura.....	60
3.2.	Pandemia e a situação dos catadores de materiais recicláveis: uma etnografia nos meandros da pandemia.....	62
3.2.1.	Os canais de comunicação como fontes de dados.....	62
3.2.2.	Conversas telefônicas com interlocutores da pesquisa.....	65
3.2.3.	<i>Lives</i> : ascensão na pandemia e etnografia digital.....	73
3.2.4.	Deixando a casa em tempos pandêmicos.....	76
3.3.	Biopolítica, necropolítica e precariedade: entendendo a pandemia por uma ótica crítica.....	82
4.	Capítulo 3.....	90
4.1.	Hierarquias e subjetivação do modelo de catador ideal.....	91
4.2.	A mediação me interpela na etnografia.....	98
4.3.	Mediação: chaves para entender interações políticas.....	105
4.4.	O Estado fragmentado: mediação e conflito na luta pelo reconhecimento.....	110

5.	Conclusão.....	118
5.1.	Outros caminhos.....	120
6.	Referências bibliográficas.....	122

Introdução

O estágio de desenvolvimento da economia de mercado capitalista trouxe diversos efeitos negativos para o meio ambiente. Um desses - que com certeza afeta as mais distintas espécies de seres vivos presentes no planeta - é a produção exacerbada e descarte inadequado de resíduos sólidos resultantes de indústrias de variados setores econômicos. Por exemplo, uma estimativa recente da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA) demonstra que, aproximadamente, 25 milhões de toneladas de resíduos são despejados nos oceanos anualmente. O mesmo estudo ainda estima que dessas 25 milhões de toneladas, aproximadamente 80% são resultados de uma má gestão de resíduos urbanos de modo que materiais que poderiam ser recicláveis acabam sendo descartados nos oceanos (GIRARDI, 2018).

Em diálogo com essa pesquisa realizada pela ISWA, há alguns anos já tinha sido percebida a necessidade de aprimorar o tratamento dado a resíduos sólidos em cidades e grandes centros urbanos de modo a melhorar os números de reciclagem e reutilização desses resíduos. No caso do Brasil, temos a Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010 que foi um marco no que tange a ação governamental federal para implementar ações eficientes de coleta seletiva e fechamentos de lixões. Além disso, a PNRS também estimula a parceria de governos locais com cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis a fim de lidar adequadamente com os resíduos sólidos e, também, ter uma interface adequada com esses trabalhadores que exercem a função de catar materiais recicláveis para serem reaproveitados pela indústria (BRASIL, 2010). Ou seja, podemos entender que a preocupação do governo federal com os catadores não se deu somente por razões trabalhistas ou de assistência social, já que esses trabalhadores são submetidos a uma grande precariedade em seu labor. Mais do que isso, as iniciativas do Estado brasileiro tinham uma forte relação com a melhoria do tratamento dos resíduos sólidos de modo a se alinhar com debates e iniciativas internacionais em torno do meio ambiente.

No caso específico do Distrito Federal, também tivemos algumas iniciativas governamentais para concretizar operações efetivas de cuidados de resíduos sólidos. Como exemplo, temos a Política Distrital de Resíduos Sólidos, publicada em 2003, mas regulamentada somente em 2008, que trata de erradicar os lixões e mapear de forma adequada e saudável a destinação de resíduos sólidos. Também tivemos a formação de Grupo de Trabalho composto por representantes de 17 órgãos e entidades do Governo do Distrito

Federal (GDF) em 2015. Nesse mesmo ano, foi publicado um plano de intervenção para fechamento do Lixão da Estrutural e construção do aterro sanitário de Brasília. Até então, o Lixão da Estrutural era o único local oficial para destino dos resíduos sólidos coletados no Distrito Federal. Além dessas iniciativas, o GDF ainda se atentou para outros instrumentos a fim de lidar adequadamente com o fechamento do lixão, como a constituição do Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis, que tinha como função discutir quais seriam as ações para minimizar os efeitos que o fechamento do lixão causaria na vida dos catadores (SAMPAIO, 2020). Outras iniciativas semelhantes foram implementadas por governos locais de outras unidades federativas brasileiras, como no caso do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) da cidade do Rio de Janeiro (BAPTISTA, 2015).

Essa rápida revisão sobre iniciativas governamentais em prol de um tratamento adequado de resíduos sólidos demonstra o relativo protagonismo do Estado em tais ações. Entretanto, em complemento a tais políticas retratadas, também pode-se visualizar a importância de cooperativas, associações e/ou mesmo de catadores de resíduos recicláveis autônomos, que são atores proeminentes na coleta, separação e triagem de resíduos sólidos, a fim de que os materiais possam ser encaminhados para o aterro sanitário, ou para procedimentos de reciclagem. Esta compreensão da proeminência de cooperativas, associações e catadores de materiais recicláveis, no que diz respeito a práticas adequadas de tratamento de resíduos sólidos, pode ser vista no caso em que estes atores foram considerados como fator importante a ponto de se instituir um comitê governamental no Distrito Federal próprio somente para tratar da inclusão desses trabalhadores com o fechamento do lixão da estrutural (referido no parágrafo anterior). Outros exemplos semelhantes podem ser enxergados no que tange a concretização de ações públicas voltadas para a inclusão socioeconômica e/ou melhoria do ambiente de trabalho para cooperativas ou associações de diferentes tipos. Esses estudos, além de demonstrarem a atuação de governos em relação a cooperativas e associações, ratificam a percepção da importância de ambos os atores na constituição de ações mais eficazes na destinação adequada de resíduos sólidos (MELO e SCOPINHO, 2015; SILVA, 2017; SANTOS e CARVALHAL, 2015; ROSSI, 2010).

Entretanto, em alguns casos, podemos encontrar complicações sobre a real efetividade de tais políticas em prol de associações e cooperativas. Por exemplo, em um trabalho sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em cooperativas de trabalhadores rurais assentados em Ribeirão Preto, Melo e Scopinho (2015) pontuam como as políticas implementadas para tais assentamentos de cooperativas rurais traziam alguns resultados

negativos para esses trabalhadores, como uma extrema dependência econômica e aumento da competitividade individual entre os cooperados. Além disso, os autores defendem que as exigências legais não dialogam com a realidade destes cooperados que vivem em alojamentos precários e com pouco conhecimento de como operacionalizar adequadamente estes empreendimentos. Tais complicações acabam por gerar uma grande dependência desses sujeitos frente aquilo que o governo considera como necessário para uma cooperativa. Outro estudo que aborda as complicadas relações entre governo e catadores foi feito por Lima (2018) onde a antropóloga debate, por meio de estudo etnográfico, as discussões, rixas e imbróglgio entre os catadores que atuavam no Lixão de Gramacho, no Rio de Janeiro, que foram submetidos repetidamente a regularização deste espaço por parte do governo carioca. Nesse sentido, podemos visualizar certa ambiguidade em ambos estes estudos citados: embora o Estado desenvolva ações que, em tese, deveriam trazer benefícios para a vida e o trabalho de cooperados, ainda há atritos no modo como essa relação se dá e nos efeitos dessa interação na vida dos potenciais beneficiários dessas medidas.

Assim, este trabalho de conclusão de curso tem como finalidade entender a relação existente entre o Governo do Distrito Federal e catadores de materiais recicláveis do DF de forma a debater como se dá esta interação entre as duas partes, os motivos para tal conexão e os efeitos que isto traz para os catadores. Para fins deste trabalho, defini um recorte específico do Governo do Distrito Federal (GDF), primordialmente no poder executivo, junto à cooperativa Brasília Reciclada¹ e à Central das Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop). O trabalho centrar-se-á em entender a história da relação entre o GDF e as cooperativas no contexto do Distrito Federal e os mecanismos concretizados para construir este vínculo. Para tanto, utilizo-me de dados produzidos por meio de etnografia realizada com os catadores e, também, pela consulta de documentos e notícias que concernem a temática proposta por este trabalho. Além disso, teço análises baseadas principalmente nas reflexões de Foucault, Butler, Honneth e ainda enfoco a categoria de mediação como uma lente importante para desvelar o fenômeno relacional entre governo e catadores. Ao término, a percepção principal é de que o conflito é um aspecto fulcral nas interações entre estes dois polos e a busca pelo reconhecimento dos catadores é o que move a ação mediadora. Todavia, antes de prosseguir, gostaria de explicar como foi o processo para se chegar a tal tema de estudo.

Afinal, como cheguei aqui?

¹ O nome da cooperativa foi alterado.

A história deste trabalho tem início no ano de 2018. No primeiro semestre letivo daquele ano, iniciei a matéria de Métodos e Técnicas em Antropologia Social (MTAS) com o professor Henyo. Tal disciplina é de suma importância na habilitação em Antropologia da UnB, já que é durante essa disciplina que os estudantes têm contato com a metodologia etnográfica. O curso abarca os principais debates e técnicas importantes para a realização de uma etnografia. Nesse sentido, ele prepara o alunado para as próximas disciplinas tutoriais necessárias para a formação em Antropologia: Seminário de Pesquisa Antropológica (elaboração do projeto de pesquisa junto com o orientador), Excursão Didática de Pesquisa (realização da pesquisa empírica) e Dissertação (escrita da monografia antropológica). Voltando para MTAS, foi lá que eu conheci o professor Henyo. Nesse mesmo período, estava interessado em realizar uma iniciação científica e achei uma boa oportunidade conversar com o professor a fim de saber se teria alguma possibilidade dele me orientar. Ao questionar Henyo sobre suas pesquisas daquele período, ele me indicou que estava envolvido no projeto de pesquisa “Ambientalização de Processos Sociais e de Sujeitos Políticos: um olhar para o DF e além”. Esse projeto, de forma bem resumida, teria como objetivo reunir pesquisas que tratassem de entender as alterações vivenciadas nos modos de vida de diversos sujeitos por ocasião na centralidade que a questão ambiental vem tendo nos últimos anos. Tais alterações, por sua vez, poderiam impactar conflitos, políticas públicas, territórios, etc.

Depois que li o material que Henyo me enviou acerca do seu projeto, procurei identificar possíveis campos em que poderia desenvolver minha iniciação científica junto com o professor. Nesse momento, achei interessante o trabalho desenvolvido pela Associação Mãos que Criam. Ela era uma entidade sem fins lucrativos localizada na Cidade Estrutural, focada em colaborar com mulheres em situação de vulnerabilidade social por meio de trabalhos de costura e de atividades educativas. Além disso, a associação tinha um braço forte em realizar projetos com materiais recicláveis, até por conta de sua proximidade com o antigo lixão da Estrutural. Dessa forma, para o projeto de iniciação científica tinha como interesse estudar quais os efeitos que o trabalho desenvolvido pela Associação Mãos que Criam tinha na identidade das colaboradoras e das consumidoras da associação. Tal desejo de debater identidade se dava, principalmente, por um interesse próprio por tal categoria, mas também porque o conceito de ambientalização, importante para o projeto de pesquisa, trata de entender como a interiorização nos sujeitos de problemáticas ambientais resultam em mudanças de práticas e de identidades dessas pessoas.

Entretanto, tudo foi por água abaixo depois que me dei conta de um grande gargalo do meu projeto: a Associação Mãos que Criam estava desativada. Foi desafiador lidar com essa mudança, já que basicamente toda a pesquisa teria que se refazer, pois o aspecto central do estudo proposto não estava mais operando como eu pensava previamente. Nessa situação, contei com a ajuda do Henyo e de uma antiga orientanda dele, a Rebeca Dytz. Esta tinha realizado sua dissertação de graduação no ano de 2017 sobre o lixão da Estrutural, sendo o seu trabalho o último feito antes do fechamento total do lixão no início de 2018. Com seu engajamento com o movimento de catadores, Rebeca ingressou no quadro de funcionários da ANCAT (Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis) e, por isso, tinha uma atuação importante no ecossistema de catadores do Distrito Federal. Em contato com ela, minha intenção era ter uma ponte inicial com alguma cooperativa ou associação de material reciclável que estivesse disposta em colaborar com minha pesquisa. Em relação à temática, achamos melhor deixá-la mais aberta para acolher o que emergisse do campo. No entanto, por ocasião da leitura que já tinha feito de referências bibliográficas, achei interessante manter o conceito de ambientalização, trazendo luz a como o trabalho realizado em contexto de preocupação ambiental influencia a visão de mundo de tais pessoas.

Em contato com a Rebeca, ela me indicou a Brasília Reciclada, uma cooperativa localizada no Setor de Indústrias e Automóveis com a qual ela tinha alguns contatos mais aproximados. Na cooperativa, realizei algumas visitas, entrevistas e observações do cotidiano de catadores. Conversei bastante com pessoas que ocupavam cargos administrativos da cooperativa, como o Carlos² (presidente), Lucas (diretor financeiro), Adélia (secretária), entre outros. Como optei por deixar a temática mais aberta, as entrevistas realizadas foram todas semiestruturadas. Nelas, buscava entender tanto o cotidiano do trabalho dos catadores da cooperativa como também o que esta atuação implicava em outros campos da vida, como visão política, preocupação ambiental, estigma negativo que a sociedade tem com relação ao trabalho de catação, etc.

Algo que sempre me chamava bastante atenção nas minhas conversas era a questão política. Desde a minha primeira entrevista realizada com Carlos, ele já tinha me apontado como a interação das cooperativas com instâncias governamentais era central para a reivindicação de direitos e melhorias na vida dos catadores. Esta realidade de estar ativo em espaços políticos era desempenhado principalmente por aqueles que ocupavam cargos administrativos como era o caso de Carlos. Isso já me deixou bastante interessado, até porque eu tive especial interesse por debates políticos durante toda minha formação. Entretanto,

² Todos os nomes presentes neste trabalho foram alterados.

continuei com enfoque no conceito de ambientalização para visualizar como aquele trabalho implicava aspectos da vida das pessoas ali. Ao término do campo, consegui visualizar alguns aspectos importantes com a minha pesquisa, tais como a forma como os catadores visualizavam a administração pública³ nas relações com o trabalho de catação, a importância de construir uma rede de solidariedade entre todos os cooperados e a importância que eles viam do seu trabalho para a preservação do meio ambiente, embora também houvesse um discurso sobre a necessidade de se obter renda para subsistência de suas famílias.

No segundo semestre de 2018 eu cursei a disciplina de Seminário de Pesquisa Antropológica em uma área diferente da que a direção da minha pesquisa com os catadores vinha tomando. O tema do projeto construído durante a disciplina de Seminário se relacionava a performances de poesia protagonizadas (como *slams*) por sujeitos que se utilizavam destes espaços para questionar questões de desigualdades sociais. Entretanto, eu continuava inquieto com a questão sobre a relação dos catadores com órgãos governamentais e acharia interessante aprofundá-la de alguma forma. Diante de algumas situações de força maior, não consegui dar prosseguimento à pesquisa que tinha desenhado durante a disciplina de Seminário e, por isso, me vi em uma situação complicada, já que essa matéria é fundamental para o primeiro momento do trabalho de conclusão de curso. Diante disso e com o término da minha iniciação científica, pensei ser interessante dar continuidade à pesquisa junto às cooperativas do Distrito Federal, trazendo agora luz para a relação que estas desenvolveram com as esferas governamentais. Conversei então com o professor Henyo, que prontamente atendeu a essa ideia. Desse modo, no segundo semestre de 2019, me matriculei na matéria de Excursão Didática de Pesquisa já sob orientação do referido professor.

Durante a disciplina de EDP, continuei meu campo de pesquisa principalmente com a Brasília Reciclada, já que era a cooperativa com que vinha trabalhando durante a iniciação científica. Já no final do ano de 2019, eu consegui ter acesso à Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis (CENTCOOP). Essa instituição, que funciona como uma federação de várias cooperativas do DF, tem um importante papel na interação dos catadores com o GDF, representando os interesses deles frente ao governo. Ao ter contato com algumas das pessoas que trabalham na CENTCOOP, eu percebi que conseguiria dados fundamentais para traçar as interações das cooperativas junto com o governo. Então, em conversa com o Henyo, optamos por prolongar o campo até o início de 2020 embora a matéria de EDP oficialmente já estivesse sido finalizada. Realizei algumas conversas, observações e

³ Aqui utilizo o termo administração pública em um sentido amplo, que se relaciona a qualquer órgão ou servidor público na esfera distrital ou federal.

entrevistas até meados de março, que foi quando a vida de todos nós virou de cabeça para baixo por ocasião da pandemia de COVID-19, que viria a ganhar bastante força no Brasil. Percebendo essa situação tão atípica, que colocava os catadores em uma situação de extrema vulnerabilidade e posicionava o Estado como um ponto chave na resolução dos problemas resultantes da necessidade de distanciamento social, optei por continuar monitorando e conversando com pessoas ligadas à Centcoop, de modo a trazer ainda mais conteúdo para meu trabalho. Além disso, também entrevistei uma ex-servidora e uma servidora atual do SLU, embora o assunto tratado em tais conversas não tivesse relação direta com a pandemia. Essa experiência de realizar uma etnografia em tempos de isolamento social foi única e será abordada mais à frente quando tratar da metodologia de pesquisa e, também, sobre os dados coletados durante a pandemia. Cabe explicar que optei por abordar a temática da metodologia no capítulo 2 pois se relaciona a parte da etnografia realizada durante o período de isolamento social. Desse modo, para melhor esquematizar a estrutura do trabalho, esta escolha mostrou-se a mais interessante.

Após contextualizar como cheguei até este trabalho, entendo que, embora tenha tido alguns percalços durante o desenvolvimento da pesquisa, consegui desenvolver uma leitura sobre a relação construída entre cooperativas e Governo do Distrito Federal que foi satisfatória para o que busco neste início de trajetória como pesquisador. Ademais, o que concretizei pode colaborar para possíveis outras pesquisas que se interessem por essa temática. Agora, atento mais detalhadamente para a estrutura desta monografia antropológica para situar mais ainda a leitora sobre o desenrolar do trabalho.

A estrutura do trabalho

Este trabalho etnográfico foi estruturado em três capítulos, além da introdução e conclusão, de modo a apresentar de modo sistematizado os dados produzidos no trabalho de campo e os debates que eles suscitam. Logo após esta pequena introdução, o capítulo 1 se voltará a discutir a história de políticas governamentais do Distrito Federal relacionadas ao trabalho de catadores de resíduos recicláveis. Nesse quesito, um dos pontos mais importantes foi o fechamento do Lixão da Estrutural e todos os passos que foram tomados, tanto antes quanto depois desse importante marco para a relação entre GDF e catadores. Dessa forma, o capítulo procurar mapear os aspectos que envolveram o fechamento do lixão e os efeitos que essa ação teve para os catadores. Nesse primeiro capítulo, já trago para debate alguns conceitos desenvolvidos por Michel Foucault, como governamentalidade, biopolítica e poder

disciplinar. Como será visto, o pensamento foucaultiano possibilita entender como ações públicas tomadas por governos, como é o caso daquelas vinculadas ao fechamento do lixão e à inclusão socioeconômica dos catadores, podem ser problematizadas tendo em vista a capacidade que elas têm de conduzir a conduta e a formação dos sujeitos.

Já no segundo capítulo trato dos últimos momentos do meu trabalho de campo durante a pandemia de COVID-19. Quando a pandemia se iniciou, meu campo oficialmente já tinha finalizado, mas, levando em consideração a situação atípica e a autoridade que o Governo do Distrito Federal deveria ter assumido para propor saídas viáveis nesse contexto de extrema vulnerabilidade socioeconômica, realizei algumas entrevistas por telefone, acompanhei notícias de modo a mapear as especificidades que essa situação implicou e realizei uma visita no mês de dezembro aos novos galpões em que as cooperativas tinham se instalado. Tais dados coletados durante o estado excepcional proporcionado pela pandemia colaboram com o debate iniciado no capítulo 1. Além disso, também trato os dados empíricos do momento pandêmico com o conceito de precariedade, elaborado pela filósofa Judith Butler, além de dialogar com outros trabalhos realizados durante a pandemia acerca da vulnerabilidade que ela causou para grande parte da população e o papel do Estado nesse contexto. Por fim, nesse capítulo também me aprofundo em relação à metodologia, ao fazer uma comparação entre o período em que realizei a pesquisa antes da pandemia e a parte que desenvolvi durante o isolamento social. Também aponto alguns aspectos do fazer antropológico em contextos urbanos, me atentando a autores como Velho e Magnani.

O terceiro e último capítulo é o momento em que me debruçarei, principalmente, sobre as categorias de mediação e reconhecimento para analisar como se dá a relação entre catadores e GDF e quais são as motivações por parte daqueles em manter a interação com este. Assim, o capítulo se divide em quatro partes principais. A primeira apresentará observações sobre a divisão interna de catadores entre aqueles que trabalham na esteira e outros que trabalham na parte administrativa, além de apontar os efeitos que esta divisão tem para os catadores. Já a segunda seção se debruçará sobre dados etnográficos que trazem mais interpretações sobre como e por quais razões a mediação acontece. A terceira seção será sobre o debate concernente à categoria de mediação, observando principalmente como este conceito é construído nas áreas de estudos de campesinato e antropologia urbana. Por fim, na quarta e última seção são apontadas algumas reflexões sobre o Estado de forma a visualizá-lo não como uma instituição monolítica, mas sim como algo em constante construção e produto de diversas interações perpetradas em distintas situações. Ao término desta seção ainda retomo o debate desenvolvido por Butler no capítulo 2 no que tange a precariedade e a busca pelo

reconhecimento. Esta concatenação posta neste capítulo tem como finalidade enfatizar o conflito como indispensável no entendimento da mediação exercida por catadores junto ao GDF, além de apontar como finalidade dessa mediação a busca pelo reconhecimento pleno dos catadores.

Por fim, a dissertação finaliza com uma conclusão que busca costurar todos os apontamentos e achados desenvolvidos por meio da pesquisa etnográfica que a fundamenta. Também detalho aspectos interessantes que podem influenciar outros trabalhos realizados sobre esse mesmo fenômeno social da mediação de forma a impactar futuras pesquisas que venham a ser realizadas sobre essa temática.

Capítulo 1

Neste primeiro capítulo, traço um panorama geral da realidade dos catadores de materiais recicláveis no contexto do Distrito Federal, tendo em vista suas relações com o GDF relacionadas ao Lixão da Estrutural. Além disso, trato do pensamento foucaultiano como meio de análise que proponho neste capítulo sobre o modo em que as interações entre governo e catadores se dão. A ideia principal é entender como as políticas direcionadas aos catadores no contexto de fechamento do Lixão podem ser lidas por meio de uma lógica de enquadramento da conduta desses sujeitos a fim de construir um modelo de catador ideal que melhor se insira nos interesses governamentais. Para concretizar tal análise, trato da história da atuação de catadores no Distrito Federal tendo em consideração o Lixão da Estrutural, já que todo o seu desenvolvimento e fechamento são fatores significativos para se debruçar sobre o fenômeno de catação de materiais recicláveis. Ademais, entender o Lixão também traz informações que envolvem a atuação do GDF para com o trabalho dos catadores, principalmente nos momentos de seu fechamento, já que isso aconteceu por iniciativa governamental. Neste sentido, optei por estruturar uma divisão em três seções que delimitam importantes momentos e acontecimentos no trabalho dos catadores e na interlocução que eles desenvolveram com instâncias governamentais do GDF.

O primeiro ponto delinea um panorama sobre o próprio Lixão do Jóquei, outro nome que se refere ao Lixão da Estrutural. Irei me debruçar principalmente em um resgate histórico do surgimento do Lixão, de modo a entendermos como ele se desenvolveu ao decorrer dos anos no contexto do Distrito Federal. Compreender toda a história do Lixão é necessariamente importante até para demonstrar como ele sempre esteve relacionado à luta de populações pauperizadas que precisavam encontrar distintas formas para sobreviverem no modelo de sociedade em que estamos inseridos. Além disso, esse primeiro aspecto do capítulo também será importante por já traçar os problemas que o desenvolvimento do Lixão causou de forma que, depois de muitos anos, foi encerrado.

Já na segunda seção, meu interesse principal é elaborar uma investigação sobre o momento de fechamento em si do Lixão, se iniciando quando houve os primeiros movimentos do GDF para regularizar a situação daquele espaço. Com isso, a finalidade é dar continuidade ao que já foi iniciado na seção anterior, mas, neste caso, dou especial atenção a todos os dilemas, dificuldades e sucessos que ocorreram durante esse importante momento para a história do movimento de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal.

Por fim e finalizando a linha cronológica traçada por este capítulo, a última seção se dedicará a tratar dos efeitos que o fechamento do Lixão teve na realidade dos catadores de materiais recicláveis. Como se verá, a interrupção da dinâmica do Lixão da Estrutural trouxe inúmeras repercussões para os catadores, que precisam ser analisados dando centralidade à vida desses sujeitos.

Ao término da apresentação destas três partes que contextualizam a relação entre Lixão, catadores e GDF, encaminho-me para explorar a análise que proponho sob as lentes de alguns conceitos foucaultianos, como governamentalidade, poder disciplinar, biopolítica, norma, entre outros. Como já disse, este é um momento essencial por ser um debate sobre os efeitos que as políticas implementadas pelo Governo do Distrito Federal durante e após o fechamento do Lixão da Estrutural têm sob a condução das vidas destes sujeitos de modo a disciplinar a formação de um modelo de catador ideal. Além disso, os pontos abordados nesta análise serão reverberados ao longo de todo o trabalho por criar encadeamentos com outras reflexões engendradas nos próximos capítulos.

Com este panorama, a leitora conseguirá visualizar inicialmente um panorama do que significa o Lixão para os catadores e já dou início a uma visão crítica sobre a forma como se dá as interações entre estes e o GDF. Digo significa e não significou, porque embora ele tenha sido fechado há mais de dois anos, até hoje o Lixão é constantemente lembrado e resgatado de diferentes maneiras por essas pessoas que viveram intensamente aquela realidade durante muitos anos desde sua fundação.

Panorama histórico sobre o Lixão da Estrutural

Um aspecto essencial para o trabalho é conhecer a história do Lixão da Estrutural e como ela está diretamente relacionada ao desenvolvimento da categoria de catadores de materiais recicláveis no Distrito Federal. É necessário traçar esse percurso histórico para que possamos visualizar como se deu o início da atividade de catadores e como esta se desenvolveu ao decorrer dos anos.

Inicialmente, houve um registro fotográfico no ano de 1975 em uma edição do jornal do *Correio Brasiliense* que tive acesso por meio do trabalho de Dytz (2017, p. 39). Tal fotografia registra três pessoas catando material conforme pode ser visto abaixo:



Imagem 1: Fotografia de página do jornal *Correio Brasiliense* de 1975. A autoria de Dytz (2017, p. 39).

É interessante que, desde 1975, a categoria de catadores já era mobilizada para indicar a atuação desses profissionais. Nesse caso, havia a explícita delimitação de que eram catadores de papéis, haja visto que, passado os primeiros 15 anos da inauguração de Brasília, o preço desse material havia aumentado de preço vertiginosamente. Tal aumento no valor deste material resultou na procura dessa atividade de catação de modo a complementar a renda de populações mais pauperizadas, principalmente de nordestinos que realizaram um êxodo rural em busca de melhores condições de vida na recém-inaugurada capital federal. Entretanto, segundo Dytz (2017), é possível visualizar na mão do trabalhador em primeiro plano um material mais rígido que se assemelha ao plástico, indicando que já nos primórdios da atividade não havia uma restrição de um ou outro material específico para o trabalho dos catadores.

Mesmo que seja difícil determinar uma narrativa única de como o Lixão se desenvolveu, já que há diversas versões históricas, é visível como a sua origem se relaciona diretamente com o êxodo de pessoas do Nordeste para a região de Brasília. Aqui gostaria de

tratar sobre algumas versões do surgimento e desenvolvimento do Lixão já trabalhadas por outros autores e que são importantes para minha pesquisa.

Traçando essa linha, Mauro (2016) argumenta que o Lixão começou entre as décadas de 1950 e 1960 no Cruzeiro, posto que era nesta região administrativa que se depositavam os resíduos gerados por meio da construção civil do Distrito Federal. Nesse primeiro instante, o Lixão ficou conhecido como Lixão do Cruzeiro. Depois, ele foi transferido para a atual região da Estrutural. Com essa mudança de local dos depósitos dos resíduos sólidos é que se iniciou a real ocupação da Estrutural, que depois veio a formar a Cidade Estrutural, região administrativa que conhecemos atualmente.

Outra pesquisadora que desenvolveu um trabalho que ratifica visão semelhante a de Mauro é Santos (2014). Além de traçar o histórico de que tudo começou no Cruzeiro e só depois se locomoveu para a região da Estrutural, Santos defende que, em um primeiro instante, o foco da região da Estrutural era tão somente de trabalho, já que os catadores inicialmente não fixaram residência nesta localidade. Ou seja, a mudança do destino dos resíduos de Brasília para a Estrutural não indica que houve imediatamente a ocupação residencial deste espaço geográfico. Tal ocupação foi ocorrer somente anos depois, principalmente nos anos de 1993 e 1994, quando aconteceu a ocupação da Estrutural com forte repressão do Governo do Distrito Federal. Antes disso, em meados dos anos 1970 e 1980, a ocupação foi mais tímida, com somente alguns barracos formados por famílias que já se utilizavam do trabalho de catação para subsistência. Essa perspectiva histórica do Lixão também é ratificada pelo próprio GDF, que, segundo projeto realizado pelo governo, defende a origem do Lixão do Cruzeiro nos anos 1960, nos anos 1970 o início do Lixão da Estrutural com baixa ocupação residencial da área e 1993 e 1994 como marcos históricos para o início da região administrativa da Cidade da Estrutural por meio da ocupação de lotes por diversas famílias.

Uma demonstração nítida de como ocorreu essa transformação do Lixão e da Estrutural ao longo dos últimos anos da década de 1990 pode ser vista nos trabalhos de Fadul et al. (2017) e Pereira e Queiroz (2015). No caso dos primeiros, temos dados que mostram que, em 1993, foram contabilizadas 393 famílias residentes na região da Estrutural, sendo que 149 destas trabalhavam com catação de resíduos sólidos. Já em 1994 esse número subiu para 700 famílias, quase duplicando de valor em somente um ano de diferença. No caso do estudo de Pereira e Queiroz (2015), em 1999, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação cadastrou 3.967 famílias.

Esta ocupação intensa da Estrutural ao longo do final da década de 1990 ocasionou diversas ações violentas realizadas pelo Governo do Distrito Federal para impedir o sucesso dos moradores que vinham a ocupar tal espaço. O mais conhecido desses empreendimentos foi a “Operação Tornado” que resultou em três mortes de ocupantes somente no ano de 1998. Mesmo com essas ações truculentas, a resistência dos ocupantes conseguiu se manter e em 2002, pela Lei Complementar nº 530, foi garantido que famílias permanecessem na área contanto que seguissem algumas regras, como estarem residindo por no mínimo cinco anos no local reivindicado para moradia.

Dytz (2017) também é importante para descrever como o Lixão se sedimentou com o passar dos anos. Em sua pesquisa, que compartilha das visões defendidas por Mauro (2016) e Santos (2014), ela percebeu com seus interlocutores que por muito tempo o Lixão da Estrutural “andou” antes de fincar seu espaço no que foi por muito tempo tal Lixão. Existiam diversas razões e maneiras para tal situação acontecer. Uma das citadas por Dytz era o caso em que havia constantemente a abertura de “valas” para dispensa dos resíduos por parte dos caminhões do SLU (Serviço de Limpeza Urbana). Quando essas valas ficavam cheias, eram fechadas, como se aterrasssem o resíduo que não tinha sido catado pelos trabalhadores, e daí se abriam outras num constante movimento pela região do cerrado próximo ao que era o Lixão. Posteriormente, depois de diversas “andanças”, o Lixão fincou em um espaço determinado de modo a se desenvolver até ocorrer seu fechamento em 2018. Entretanto, voltando para uma perspectiva histórica, uma das entrevistas realizadas por Dytz durante seu trabalho demonstra que essas alterações constantes ocasionadas pelas fabricações de valetas não alteraram de maneira significativa a localidade do Lixão ao longo dos anos. Ou seja, o que noto com base nesse debate empreendido pelas referências aqui mencionadas é que, após a mudança do Lixão, que antes se localizava no cruzeiro, para o local próximo à região da Estrutural, lá ele se manteve sem passar por alterações bruscas na área ampla em que ele cresceu no decorrer dos anos.

Seguindo a argumentação de Dytz (2017), é possível encontrar uma narrativa ainda mais detalhada de como possivelmente o Lixão da Estrutural surgiu no local e com a característica que ele tinha até o início de 2018. Isso porque uma das principais interlocutoras de Dytz é a Baiana, uma importante figura dentro da história do Lixão da Estrutural e que acompanha seu desenvolvimento há muito tempo. Em uma das conversas que teve com Dytz, Baiana defende que o Lixão teria se iniciado com o protagonismo de três mulheres e um homem: a própria Baiana, Rosita, Madalena e Virgulino. Elas quatro adentraram uma região de cerrado que ficava do outro lado da Rodovia Parque Ceilândia (EPCL), onde já se tinha

valetas de resíduos, e com isso foram “chamando” carroceiros e depois os caminhões do SLU. Em outro momento, Baiana exclui Virgulino da fundação do Lixão, mas continua reivindicando que ela foi quem “abriu o lixo”, expressão usada para indicar seu protagonismo na fundação do Lixão.

Ainda seguindo por essa linha, é interessante mencionar que, mesmo quando o Lixão passou a ter um local específico, ele não era o mesmo que foi visto nos últimos anos de seu funcionamento, até porque houve uma expansão da região que ocupava com o passar dos anos. Assim, existem trabalhos que setorizam o Lixão em três partes, levando em consideração o aspecto temporal de sua existência: a parte antiga (funcionou desde o início do Lixão até 1977), parte intermediária (de 1977 a 1993) e parte nova (de 1993 até seu fechamento) (SANTOS, 2016). Outros trabalhos trazem o enfoque mais para um aspecto geográfico do Lixão, como no caso de dividi-lo em norte, central e sul/antiga (BERNARDES e KOIDE, 1998). Também temos referências a informações do GDF, que dividiu o Lixão em quatro partes em relação à sua geografia, considerando principalmente pontos que eram importantes na localização dentro do Lixão, como guarita, portão de entrada, campo de futebol, etc (GDF, 2014).

Raimundo Pereira (2015, apud DYTZ, 2017) é outra referência vislumbrada no trabalho de Dytz, importante para se entender como se deu o desenvolvimento do Lixão da Estrutural em uma perspectiva temporal e geográfica. Por meio de imagens captadas (ver a seguir), o repórter demonstra a evolução do Lixão e sua relação com o crescimento da cidade da Estrutural: em 1965 não se tem sinal de basicamente nada que configure a região do Lixão; já em 1986 é possível ver o jockey, a via EPCL (Estrada Parque Ceilândia) e os primórdios do Lixão, mas a Estrutural ainda não está configurada (tal visão ratifica a tese de que a Estrutural realmente só se configura em meados dos anos 1990); por fim, em 2013, a Estrutural já é bastante visível e toda a região ao redor do Lixão se mostra bem diferente se comparada aos anos 1960, onde era basicamente inabitável. Além disso, comparando 1986 e 2013 é possível visualizar como o Lixão mudou de lugar e também passou por alterações na sua forma, conforme se desenvolveram as valas já mencionadas em parágrafos anteriores.





Imagens 2, 3 e 4: Imagens aéreas do Lixão nos anos de 1965, 1986 e 2015. É possível visualizar a evolução da ocupação na região do lixão no decorrer dos anos (PEREIRA, 2015, apud DYTZ, 2017, p. 49 e 50).

Nos últimos anos, o Lixão adquiriu grande importância no contexto dos resíduos sólidos no DF. Digo isso porque, embora exista uma grande quantidade de outros espaços baldios que recebem resíduos (em 2016 eram aproximadamente 897 espaços com essa configuração), eles não conseguem ter um significado tão relevante para a dinâmica do trabalho de catação feito no Distrito Federal como foi o caso do Lixão da Estrutural (DYTZ, 2017). Podemos ver isso, por exemplo, no fato de que somente o Lixão da Estrutural era oficialmente autorizado pelo SLU a receber resíduos, mesmo que ele nunca tenha tido uma licença ambiental para seu funcionamento efetivo.

Esse protagonismo que o Lixão tinha no contexto de descarte, catação e aterragem de resíduos sólidos ocasionou diversos problemas socioambientais. Sobre questões sociais, havia uma enorme quantidade de catadores trabalhando em condições desumanas e sem contar com auxílio do poder público. Já sobre aspectos ambientais, o Lixão preocupava por não cumprir com requisitos para aterragem adequada de materiais, além dele se localizar muito próximo da área de preservação ambiental do Parque da Cidade. Além disso, é válido mencionar a importância econômica que ele tinha tanto para a população de catadores quanto para atravessadores⁴ e empresários que dali conseguiam comprar resíduos catados e revender para

⁴ Atravessadores são aqueles que interligam os materiais triados pelos catadores com a indústria interessada em obter estes materiais para reciclagem. Segundo Dytz (2017), ainda é possível indicar que existiam “catadores-atravessadores” no seu estudo sobre o Lixão. Estes seriam aqueles que compravam os materiais triados dos catadores, mas eram cadastrados como catadores e não compradores pelo SLU.

a indústria novamente. Ou seja, o Lixão era importante em diferentes instâncias e por isso fechá-lo significaria mexer com um modelo que já estava sedimentado, mesmo que ainda bastante problemático.

Diante dessas questões, o poder público desenvolveu projetos para fechar o Lixão da Estrutural e construir um modelo mais adequado e que cumprisse com responsabilidades socioambientais mundialmente já difundidas. Dessa maneira, o Lixão foi substituído completamente em janeiro de 2018 pelo Aterro Sanitário de Brasília, mesmo que este já tenha começado suas atividades parcialmente em janeiro de 2017. Atualmente, o espaço do antigo Lixão é agora uma Unidade de Recebimento de Entulhos (URE) com proibição de catação. O Lixão foi transformado em tal Unidade nove dias após o encerramento oficial de suas atividades. Essa Unidade ainda é o único local apto a receber resíduos da construção civil no Distrito Federal.

Discutido esse aspecto histórico do Lixão, penso que podemos agora analisar como se deu exatamente o processo de fechamento do Lixão. Tratarei, em seguida, especificamente das ações do Governo do Distrito Federal que trabalharam para que isso acontecesse e quais foram os efeitos que estas tiveram nos catadores, durante esse momento turbulento de transição de fechamento do Lixão para os galpões fornecidos pelo GDF, onde esses trabalhadores se alocaram para desempenhar suas atividades laborais.

Entendendo o processo de fechamento do Lixão

Ter uma perspectiva abrangente sobre o processo de fechamento do Lixão da Estrutural é uma tarefa extremamente complexa por envolver diversas instituições e grupos sociais, juntamente com seus respectivos interesses. Tal visão fica ainda mais nítida quando levamos em consideração a importância que o Lixão teve para diferentes segmentos sociais, principalmente no caso dos catadores. Dessa forma e levando em consideração a finalidade deste trabalho, analisarei o processo de fechamento levando em consideração três dimensões: (1) o desenvolvimento de mecanismos de gestão pública que buscavam regulamentar o descarte adequado de resíduos sólidos; (2) a construção do programa específico para o fechamento do Lixão da Estrutural; e (3) a relação construída entre GDF e catadores de materiais que trabalhavam no Lixão durante o seu processo de fechamento. Trago o enfoque para os âmbitos dos catadores e do GDF durante o fechamento por conta da finalidade deste trabalho, mas é válido mencionar que é possível visualizar interações com outros grupos ou

instituições sociais, como empresas, ONGs, outros profissionais que atuavam no Lixão (atravessadores, por exemplo), entre outros.

Meio Ambiente, poder público e resíduos sólidos

O desenvolvimento de mecanismos legais preocupados com o manejo adequado de resíduos sólidos, no caso do Brasil, teve sua primeira expressão relevante nos últimos anos da ditadura militar com a promulgação da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme a Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que indicava a ilegalidade de lixões como espaços para descarte de resíduos sólidos (BRASIL, 1981). Ainda no âmbito federal, outro dispositivo legal foi a Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1988 que aborda uma série de sanções que devem ser aplicadas em caráter penal para atividades que resultem em lesões e prejuízos ao meio ambiente (BRASIL, 1988). Também temos a publicação da Política Nacional de Saneamento, de 05 de janeiro de 2007, por intermédio da Lei Federal nº 11.445. O principal ponto dessa Política foi suspender a necessidade de ter licitação na contratação de cooperativas e associações para serem prestadoras de serviços públicos (BRASIL, 2007).

Embora todos esses mecanismos referidos acima tenham tido sua importância para entender o desenrolar da atuação pública federal relacionada à regulação adequada dos resíduos sólidos, é com a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010 pela Lei Federal nº 12.305 que tivemos um marco realmente relevante. Tal Política tem sido encarada como um momento de ruptura para qualquer análise semelhante a esta a qual me proponho de visualizar as interações entre instâncias governamentais e catadores de materiais recicláveis. A Lei se volta a tratar da gestão adequada dos resíduos sólidos e ficou conhecida como a “Lei do Fim dos Lixões”, pois ela indicava um prazo de até 4 anos a partir da sua publicação para os governos se adequarem ao descarte correto dos resíduos sólidos. Isto é, os governos agora realmente precisavam fechar os lixões e investir adequadamente em aterros ou outras soluções ambientalmente responsáveis (BRASIL, 2010).

Entretanto, mesmo antes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, no contexto distrital tivemos a publicação da Política Distrital de Resíduos Sólidos, pela Lei Distrital nº 3.232 de 2003, que indicava a ilegalidade específica do Lixão da Estrutural (GDF, 2003). No entanto, essa lei só foi regulamentada em 2008 pelo Decreto nº 29.399 (GDF, 2008). Mesmo assim, não foi tomada nenhuma medida imediata logo após a regularização da Política Distrital de Resíduos Sólidos. A primeira iniciativa que realmente se alinhou a um modelo mais sustentável e responsável teve início em 2015 e foi o Plano de Intervenção do Lixão da

Estrutural (referenciado a partir de agora somente como Plano), cujo resultado principal foi o fechamento do Lixão em 2018. Vejamos agora, então, como realmente aconteceu este encerramento, levando em consideração o Plano que foi desenhado para indicar as principais ações necessárias ao fechamento adequado e responsável, segundo a perspectiva do GDF, do Lixão.

O Plano de Intervenção e o fechamento do Lixão

Logo em janeiro de 2015, o primeiro mês da gestão do governador Rollemberg, foi instituído um Diagnóstico Preliminar em caráter sigiloso para entender os problemas do Lixão. Somente três funcionários do Sistema de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU) foram selecionados para fazer um mapeamento de três semanas destes problemas visíveis no Lixão para daí dar um pontapé inicial do processo ao fechamento do Lixão. Por meio desse grupo de três pessoas, foram diagnosticados 27 problemas com 17 órgãos envolvidos em suas soluções que permeavam diversos aspectos, como assistência social, meio ambiente, saúde, economia, etc (CAMPOS, 2018).

Diante deste mapeamento inicial desenvolvido com esse trabalho de campo, teve-se então a constituição de um Grupo de Trabalho, por meio do Decreto nº 36.437 de abril de 2015, composto pelos 17 órgãos do GDF que de alguma maneira tinham um envolvimento direto com o encerramento do Lixão da Estrutural. Esse grupo tinha como principal finalidade elaborar o Plano para cumprir com a finalidade de fechar o Lixão, sendo que cada órgão tinha sua devida responsabilidade com base em seu trabalho e conforme os pontos elencados pelo diagnóstico preliminar. Ainda em abril de 2015 tivemos a retomada do CIISC (Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal), que tinha sido instituído previamente em 2011 por meio do Decreto nº 32.986 (CAMPOS, 2018), mas sem ter uma atuação significativa até este momento referido. A função principal do CIISC era a inclusão adequada dos catadores nos planos econômicos e sociais do GDF. Durante o processo de desativação do Lixão, 16 representantes dos catadores e 8 representantes do governo compunham o comitê (GDF, 2015). Até hoje o comitê, em tese⁵, continua em atuação e é um importante caminho de comunicação entre cooperativas e governo.

⁵ Em diálogo mais recente realizado com Luana, uma importante interlocutora minha da Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (Centcoop) que será apresentada logo mais, houve a indicação por parte dela de que o CIISC ultimamente não estava tão ativo quanto esteve anteriormente. No próximo capítulo, abordo esse assunto mais detalhadamente.

Nesse primeiro momento e para agilizar o projeto de fechamento do Lixão, já houve a eleição de dez ações para solucionar os principais problemas antes mesmo da conclusão da redação final do Plano (GDF, 2015, p. 9). Essas ações foram:

- Admitir a entrada de pessoal somente pela portaria principal;
- Efetuar o registro de entrada e saída de todos os catadores;
- Proibir a entrada e circulação de veículos com pessoas penduradas;
- Proibir a disposição de resíduos em local inadequado;
- Proibir a entrada de alimentos vencidos ou a vencer (vincendos) sem descaracterização;
- Proporcionar segurança utilizando-se de frentes de trabalho – três áreas separadas (uma para máquinas e caminhões, outra para os catadores, e a terceira para movimentações);
- Instalar placas de sinalização;
- Reforçar diariamente a cerca da área;
- Reforçar a proibição de entrada e permanência de crianças e adolescentes, mesmo que acompanhadas dos pais;
- Colocar faixas e painéis informativos sobre essas ações no local.

Em dezembro de 2015, é publicado o Plano desenvolvido pelo referido Grupo de Trabalho. O Plano foi dividido em cinco eixos centrais: gestão operacional (SINESP/DF), gestão ambiental (SEMA), contravenções (SSP/DF), catadores (SEDESTMIDH que atualmente é a SEDES) e participação social. Dentro desses eixos, foram desenvolvidas 41 tarefas necessárias para se concretizar todo o Plano juntamente com as respectivas partes envolvidas. A Casa Civil ficou como responsável pela coordenação dos trabalhos dessas diferentes frentes e, posteriormente, foi o Escritório de Projetos Especiais (EPE) que tomou a função de coordenação para a realização do Plano. As 41 tarefas colocadas no Plano (GDF, 2015, p. 12-51) foram as seguintes:

- Fortalecer a atuação institucional do SLU no Lixão;
- Garantir a segurança das áreas administrativas no Lixão e manutenção da cerca periférica;
- Cadastrar e controlar o acesso de veículos e cargas;
- Remover veículos inservíveis e caçambas;
- Proibir a entrada de alimentos vencidos sem a descaracterização;
- Implantar sinalização interna e externa;
- Implantar a iluminação interna adequada;

- Regular as atividades comerciais praticadas no local;
- Implantar pátio de pesagem com duas novas balanças e reforma das existentes;
- Liberar os pontos internos de fornecimento de energia e água;
- Liberar a área para operação do britador de resíduos da construção civil;
- Cobrar pelo serviço de disposição final dos resíduos de grandes geradores e de resíduos da construção civil;
- Instalar banheiros químicos;
- Alterar a forma de trabalho de trabalho nas frentes de aterramento;
- Controlar o acesso e permanência de pessoas;
- Cobrir o aterramento de Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) que entrarem no Lixão;
- Implantar e manter infraestrutura e capacitação dos servidores;
- Realizar estudo de contaminação das águas subsuperficiais e subterrâneas;
- Realizar estudo de impacto de vizinhança;
- Presença de animais domésticos;
- Equacionar as demandas jurídicas;
- Analisar a contaminação dos plantios no entorno do Lixão;
- Realizar o controle de animais peçonhentos e silvestres no Lixão;
- Construção do aterro sanitário oeste;
- Coibir o uso e o tráfico de drogas, a presença de armas (branca e de fogo), a guarda de materiais e o desmanche de veículos roubados;
- Coibir o comércio de produtos de supermercado descartados no Lixão;
- Impedir a exploração da mão de obra de catadores;
- Erradicar a presença de crianças e adolescentes e o trabalho infantil;
- Moradores no Lixão;
- Dependência química;
- Acesso a programas e benefícios sociais;
- Impacto direto na renda e insegurança alimentar;
- Construção e reforma de centros de triagem;
- Pagamento por prestação de serviços;
- Definição da tecnologia de remediação do aterro controlado do jóquei;
- Revisão do plano de coleta seletiva;
- Articulação junto ao Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil (CORC);
- Revisão do plano de emergência do Lixão e criação de brigada de incêndio;

- Fiscalização da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (AGEFIS) na disposição irregular de RCC (Resíduos da construção civil);
- Plano de transição para catadores entre o fechamento do Lixão e o início da operação do aterro sanitário oeste;
- Reativação do espaço I-Catador.

Além disso, o Escritório de Projetos Especiais (EPE) preconizou o Programa de Desativação do Aterro do Jóquei, que foi dividido por diversos projetos para atingir de modo mais “eficiente” a finalidade de encerrar o Lixão da Estrutural. Segundo o Termo de Abertura desse Programa, o objetivo geral do Programa de Desativação é “desativar a disposição final irregular de resíduos sólidos no Aterro do Jóquei, com a inclusão sócio produtiva dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, e indicar ações para requalificação da área” (NEVES, MAIA e REIS, 2017, p. 3).

Nesse caso, temos 5 eixos centrais que guiaram este Programa:

- Requalificação do Antigo Lixão: entender o quão contaminada estava a área do Lixão da Estrutural a fim de saber se poderia ser utilizada para fins energéticos, além de já conter possíveis contaminações;
- Implantação do novo aterro sanitário: inauguração do Aterro Sanitário de Brasília que segue os requisitos exigidos para ser socioambientalmente responsável;
- Implantação de Instalações de Recuperação de Resíduos (IRR): são os locais onde os resíduos serão encaminhados para os catadores realizarem a triagem. Precisam seguir requisitos para garantir a segurança do trabalho desses trabalhadores;
- Plano de Transição dos Catadores para as IRR: foi necessário tomar algumas medidas de diferentes instâncias para colaborar com a transição adequada dos catadores vinculados a cooperativas contratadas pelo SLU;
- Implantação do novo modelo de coleta seletiva: necessária para aumentar a quantidade de resíduos recicláveis que são encaminhados para as cooperativas alojadas nas IRRs. Exemplo desse caso é o uso de logística reversa em materiais como vidros e pneus automotivos.

Além disso, o Programa de Desativação do Aterro do Jóquei tinha variados resultados esperados ao chegar a seu término, quais sejam:

- Atender as Políticas Nacional e Distrital de Resíduos Sólidos;
- Disposição final dos rejeitos de modo adequado;

- Inclusão sócio produtiva dos catadores;
- Preocupação com meio ambiente mais equilibrado;
- Elevação da consciência ambiental;
- Utilização adequada dos recursos naturais;
- Desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Ainda tratando do Escritório de Projetos Especiais (EPE), este foi responsável pela elaboração da Estrutura Analítica do Programa de Desativação, de modo a se visualizar de forma mais prática quais entregas precisavam ser feitas para se chegar na concretização dos resultados esperados (NEVES, MAIA e REIS, 2017). Nesse caso, temos as seguintes macro entregas como aquelas esperadas por tal Estrutura:

- Novo modelo de coleta seletiva;
- Centros de triagem e centro de comercialização em funcionamento para os catadores desenvolverem seus trabalhos;
- Aterro Sanitário de Brasília em pleno funcionamento;
- Requalificação do Aterro do Jóquei;
- Áreas de Transbordo e Triagem de Resíduos (ATTR) implementadas;
- Pontos de Entrega Voluntária (PEV) também implementados;
- Plano de Transição implementado adequadamente;
- Plano de comunicação;
- Gerenciamento do Projeto.

Com esse nível macro definido, partiu-se para discutir as entregas micro que seriam importantes para concretizar todos os eixos definidos. Não entrarei em detalhes sobre essas atividades de nível micro por serem muito específicas e não trazerem informações tão diferentes das que já indiquei acima. Além disso, é importante mencionar que o EPE desenvolveu um modelo de acompanhamento de todas as ações que vinham sendo desenvolvidas para concretizar o Plano de Desativação do Aterro do Jóquei. Por meio dessas reuniões, das quais os catadores não participavam pois eram restritas as autarquias envolvidas no encerramento do Lixão, foi possível vislumbrar problemas no projeto desenhado pelas equipes e também determinar possíveis alterações nas ações pré-determinadas no programa, como foi o caso da substituição do estudo de impacto da vizinhança por um estudo epidemiológico para os catadores (NEVES, MAIA e REIS, 2017) que será abordado mais detalhadamente ainda neste capítulo.

Todas essas informações detalhadas acerca do fechamento do lixão serão posteriormente resgatadas para desenvolver uma análise crítica, em diálogo com Foucault,

sobre a introjeção de um modelo subjetivo de catador por intermédio das políticas adotadas pelo GDF durante e após o encerramento do Lixão. Por ora, trago meu foco para a situação entre catadores e o Governo do Distrito Federal perpetrada pela ocasião do fechamento do Lixão.

A relação dos catadores com o GDF durante o fechamento do Lixão

O fechamento do Lixão da Estrutural representou uma mudança na maneira como toda a população do Distrito Federal se relaciona com o descarte de resíduos sólidos. Entretanto, a população que mais lidou com essas rupturas foram os catadores, já que aquele espaço era de suma importância para diferentes esferas de suas vidas, como no caso da subsistência básica e da construção de interações sociais afetivas. Dessa forma, importa entender como foi esse momento de transição para os catadores que tinham o Lixão como um espaço essencial para suas redes de sociabilidade.

Inicialmente, desejo mencionar que o fechamento do Lixão em muito foi questionado e desacreditado por grande parte dos catadores. Alguns até entendiam que isso poderia acontecer e se associavam a cooperativas ou associações de catadores para gozarem de direitos quando o Lixão fosse fechado, já que o SLU iria contratar somente catadores que tivessem algum vínculo com associações ou cooperativas para trabalharem nos seus galpões. Na pesquisa de Dytz (2017), essa visão é esboçada pela autora ao conversar com algumas catadoras trabalhadoras do Lixão, que indicam a única razão de estarem em uma cooperativa como uma questão de longo prazo para quando efetivamente o Lixão fosse fechado. Até porque a atuação das cooperativas no Lixão não perpassava realmente a lógica cooperativista por não haver um trabalho conjunto e com a respectiva divisão dos valores recebidos: no antigo Lixão, era uma dinâmica em que cada um trabalhava por si, ou ainda em grupos de amigos e familiares. Nessas situações, as cooperativas não eram um mobilizador realmente importante na dinâmica da catação. Tal circunstância mudou com o fechamento do Lixão, já que, obrigatoriamente, por requisitos do SLU, as cooperativas precisaram adotar preceitos necessários para o funcionamento adequado em relação às exigências legais e comportamentais, estas últimas relacionadas a como os catadores deveriam desempenhar o trabalho de triagem e coleta seletiva.

Embora houvesse catadores que acreditavam no fim do Lixão a longo prazo, muitos achavam que isso nunca iria acontecer, levando em consideração o gigantismo que o Lixão tomou com o passar dos anos. Em uma entrevista que realizei com Ivana, servidora do SLU

que acompanhou de perto o fechamento do Lixão, ela me passou informações relevantes sobre essa ideia de que nunca o Lixão iria ser fechado:

No Lixão, a gente tem um momento que, quando é decidido fechar o Lixão, primeiro é o descrédito dos catadores que participavam lá dentro, né? Você tem cooperativas que não funcionam como cooperativas e você tem um contingente de pessoas que na verdade nunca foi medido de fato. Tiveram diversos trabalhos para fazer esse levantamento. O Pró-Catador foi o que entrou mais a fundo, que é um recurso que vinha da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que banca o Pró-Catador para fazer justamente esse levantamento do quantitativo de catadores e da situação que esses catadores estão em determinado município, caso aqui do Distrito Federal. (Entrevista por ligação telefônica em 20/10/2020).

Ivana também indicou em outro momento da nossa conversa a desconfiança que determinadas lideranças tinham em relação ao encerramento do Lixão:

Nessa compensação financeira [programa do GDF que será explorada mais a frente], muitas lideranças do lixão não se inscreveram porque eles falavam assim “vou me inscrever pra que? o lixão não vai acabar nunca, não vão fechar nunca” e não receberam. E isso eu sei porque eles declararam. (Entrevista por ligação telefônica em 20/10/2020).

Como sabemos, o Lixão fechou totalmente em janeiro de 2018 e para colaborar na difícil transição para os novos galpões de triagem, o GDF atuou junto dos catadores e com outras instituições para amenizar o choque causado por esse momento. Uma das iniciativas principais tomadas pelo GDF para amenizar todos esses entraves foi a realização de capacitações com a colaboração de instituições educacionais. Entre 2015 e 2017, houve a primeira capacitação em parceria com a organização não-governamental INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos) para mais de 1000 catadores em temáticas relacionadas ao trabalho desenvolvido de triagem e coleta seletiva, como associativismo e relacionamento interpessoal. Tal capacitação se deu por meio do programa Pró-Catador da Sedesmith. Também houve parceria com o SENAI-DF (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e com o IFB (Instituto Federal de Brasília) para a realização de capacitações que também colaboraram para o melhor desempenho do trabalho já nas IRRs. Também houve capacitações feitas pelas próprias fabricantes de equipamentos fornecidos nos galpões de modo a evitar problemas técnicos e de segurança do trabalho. Além disso, tivemos o programa Agentes de Cidadania Ambiental - Inclusão ao Mundo do Trabalho na Área Ambiental, instituído por meio da Portaria nº 104/2018. Tal programa tratava de uma formação dedicada para catadores que abordava uma variedade de temáticas comuns ao cotidiano de trabalho desses profissionais. Aqueles que tivessem frequência de no mínimo 75%, recebiam uma bolsa de

R\$ 300,00 (CAMPOS, 2018). Em nossa conversa, Ivana também mencionou a importância dessas capacitações para a adaptação dos catadores ao novo momento em que eles estariam trabalhando nos galpões e como houve a participação de lideranças das cooperativas para concretizarem o plano do que seria abordado por essas capacitações:

A capacitação a gente fez primeiro a abordagem: quais as competências que são necessárias pros catadores assumirem esse novo momento? Então, a gente elencou quais eras as competências que deveriam ser desenvolvidas e aí a gente juntou, fez uma proposta inicial, apresentou as cooperativas, para algumas lideranças que eram designadas. A Aline participou de quase de tudo, a Aline da Centcoop, e aí a gente foi elencando. Então, a gente montou um grande guarda-chuva de quais seriam as competências que seriam necessárias para esse novo momento, na expectativa de ter uma parceria, uma contratação para fazer isso com as cooperativas. (Entrevista por ligação telefônica em 20/10/2020).

Outro aspecto importante para se chegar a uma transição mais adequada com o fechamento do Lixão foi a realização de conversas entre servidores do SLU e os catadores ainda dentro do Lixão antes dele fechar totalmente. Esses momentos eram utilizados para escutar melhor as reivindicações dos catadores e para operacionalizar uma forma adequada de resguardar os efeitos que essas conversas tinham para o futuro do trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Nesse sentido, trago novamente falas de Ivana que indicam como isso aconteceu na prática:

Quando a gente estava fechando e eu fui fazer as conversas lá no Lixão e eu era responsável pela mediação, a gente usou as técnicas de fazer registros gráficos para poder melhorar a comunicação e o entendimento do que estava sendo discutido, para não ficar aquelas atas e memórias de reunião, ou que não é feita, ou que ninguém não tem a capacidade de leitura e interpretação. E aí a gente usou a parte de registros gráficos das reuniões para que a gente pudesse levar nas reuniões seguintes para dar sequência ao que estava sendo conversado. [...] Eram registros com desenhos e algumas frases curtas. Tanto que a comunicação seguinte que a gente foi fazendo com as cooperativas a gente sempre usou a parte de desenho. A gente sempre trabalhava com desenho, mesmo que a gente fizesse uma construção escrita. O resultado final, por exemplo, é acordo de convivência, nós fizemos vários [...] Então, tudo que era dito a gente fazia de uma forma gráfica que a gente pudesse registrar e colocar na parede. (Entrevista por ligação telefônica em 20/10/2020).

Todavia, obviamente, a relação entre catadores e poder público teve diversos entraves ao longo de todo o processo de fechamento do Lixão (até hoje essa situação se mantém, conforme debatarei mais densamente nos capítulos 2 e 3). Um dos problemas vivenciados, que também demonstram o difícil estigma de que os catadores são objeto na sociedade, foi o fato de que o SLU teve problemas em alugar galpões para as cooperativas porque os

proprietários não achavam seguro ter ali catadores de materiais recicláveis trabalhando. Esse foi um dos motivos para o atraso do fechamento do Lixão (CAMPOS, 2018).

Houve outra grande complicação durante as negociações entre SLU e cooperativas: o preço que deveria ser praticado pela tonelada de materiais triados. A oferta do SLU era da tonelada ser R\$ 92,00, enquanto que os catadores percebiam esse valor como muito abaixo do necessário para manter funcionando adequadamente uma cooperativa, levando em consideração as exigências que o governo fazia. Depois de muitas negociações, das quais fizeram parte até mesmo o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR), o valor da tonelada subiu para R\$ 300,00. Esse dilema também foi uma das razões para o fechamento do Lixão ter sido adiado de outubro de 2017 para janeiro de 2018 (SAMPAIO, 2020). Ainda vale mencionar que, mesmo com a negociação e o preço por tonelada ter alcançado o valor de R\$ 300,00⁶, muitos catadores ainda tiveram uma diminuição na renda enorme. Em uma conversa recente que tive com Andrea, a recepcionista da Centcoop, ela falou como muitos catadores conseguiam tirar até R\$ 2000,00 por semana no Lixão, enquanto nos galpões a média salarial não passa de R\$ 800,00 por mês. Ou seja, a queda de renda foi brusca, resultando em que muitos catadores tenham deixado de realizar esse trabalho, ou buscassem virar catador avulso. Inclusive, foi diante dessa diminuição na renda dos catadores que o GDF propôs um auxílio para transição, algo que será abordado em mais detalhes na última parte deste capítulo.

Por fim, ainda durante a transição do fechamento do Lixão, houve uma ação para a qual eu gostaria de chamar atenção: um estudo epidemiológico para gerar um diagnóstico do estado de saúde de grande parte dos catadores que trabalhavam no Lixão. A razão de tal pesquisa, segundo Cruvinel et al (2020), se pauta no fato de que pessoas que trabalham com catação de resíduos recicláveis têm uma grande propensão de desenvolver diversos problemas de saúde, tanto físicos como mentais. Andrea me relatou exatamente isso ao contar a triste história do seu avô, que morreu no próprio Lixão da Estrutural depois de sofrer um problema cerebral súbito e que, segundo os médicos, tinha relação com os gases que ele inalou durante seus longos anos trabalhando no Lixão. Outros membros de sua família também desenvolveram problemas por conta do seu trabalho de catação, como no caso da sua mãe, que tem um problema no fêmur e não consegue mais carregar muito peso, comprometendo assim seu trabalho como catadora. Dessa forma, a realização desse diagnóstico

⁶ Segundo Amanda, uma ex-servidora do SLU com a qual conversei e em breve será apresentada, a autarquia remunera melhor as cooperativas que deixam menos rejeitos com a justificativa de que isso é um incentivo para aumento da produtividade. Entretanto, ela me confirmou que o valor da tonelada sempre vai sair entre R\$ 250,00 e R\$ 350,00, sendo que o valor médio por tonelada é R\$ 304,14.

epidemiológico foi necessário para gerar informações úteis de como aqueles inúmeros anos de trabalho sem a necessária segurança causou problemas de saúde nessas pessoas. Essa pesquisa foi realizada por meio de um questionário que levantava diversos dados socioeconômicos, como etnia, idade, estado civil, renda, entre outros (CRUVINEL et al, 2020).

Como ficaram os catadores depois do fechamento do Lixão?

O fechamento do Lixão até hoje é percebido pelos catadores como problemático por ter gerado efeitos devastadores para a população que ali desempenhava suas atividades laborais, embora se possa admitir que o modo como o Lixão operava era insustentável até mesmo para os próprios catadores. Sempre quando perguntados se o fechamento foi benéfico ou não, temos opiniões ambíguas por parte de catadores, posto que isso envolveu a diminuição de renda, como já argumentado acima, mas também a mudança para os galpões ocasionou uma valorização adequada do trabalho do catador. Um exemplo dessa visão é oferecido por Olívia, uma diretora da Centcoop e que tem como principal função “pedir dinheiro para o governo”. Nas palavras dela:

Hoje a gente tem um local digno para poder trabalhar. Não tem a renda né, porque hoje o que falta, eu diria, para o catador viver dignamente seria uma renda de verdade porque hoje o que a gente recebe não dá para sustentar a casa. [...] Mas a gente ganhou pelo outro lado também: a gente trabalhava no Lixão, a gente tinha muito dinheiro, mas não tinha dignidade, não tinha saúde, não tinha segurança nenhuma. E hoje a gente paga o INSS de todos eles, já tem catador aposentado de verdade mesmo e tem alguns catadores encostados hoje e recebendo porque estão doentes. Mas antigamente a gente não tinha nada disso. Se você adoecesse e acontecesse alguma coisa, você teria que se recuperar e contar com a solidariedade dos outros para poder ajudar. (Entrevista na antiga sede da CENTCOOP em 03/03/2020).

Além disso, muitos catadores não conseguiram se adaptar ao novo modelo de trabalho imposto pelo SLU e tiveram duas saídas principais: ou foram trabalhar como catadores avulsos, ou procuraram outro tipo de trabalho. O irmão de Andrea, mencionada acima, é o caso de um ex-catador que procurou outra ocupação depois do fechamento do Lixão. Na visão dela, tal atitude até que faz sentido, pois houve uma redução na renda muito grande com o fechamento do Lixão e transferência para os galpões, embora ela própria tenha optado por continuar com seu trabalho como catadora, até por conta da importância que ela enxerga que esse trabalho tem para o meio ambiente. Numa entrevista que realizei com Ivana, a servidora do SLU já mencionada, também podemos ver os problemas vivenciados pelos catadores avulsos de forma mais detalhada:

Ivana: Você tem aquela população flutuante no Lixão. Então, isso foi uma das coisas mais complexas e complicadas para tomada de decisão e para você colocar política pública em funcionamento. Se você não sabe exatamente quem é o seu público, qual é o seu público, quantidade do seu público, como é que você faz um planejamento que seja eficiente?

Samuel: Pelo menos pelas minhas leituras e as minhas conversas, isso até hoje se mantém porque ainda tem muito catador que não é vinculado a cooperativas.

Ivana: Tem muito catador que não é vinculado. [...] Dentro do contrato a gente sabe que tem 1200 catadores vinculados a contratos. Os avulsos é uma incógnita. A gente teve um levantamento agora quando a gente foi fazer o pagamento do auxílio emergencial. A listagem, se não me engano, tinha 27 catadores avulsos que se declararam e tentaram se organizar de alguma forma para poder receber o auxílio emergencial como catador, porque ele poderia receber como qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade, mas ele foi cadastrado como catador dentro do programa que foi montado pela Secretaria de Desenvolvimento Social. Então, a gente vê que 27, essa quantidade [de catadores] deve ter aqui na rua [da minha casa]. (Entrevista por ligação telefônica em 20/10/2020).

É importante também chamar atenção para o programa de compensação financeira que citei brevemente acima. Esse programa de compensação financeira temporária selecionou catadores de 18 a 65 anos para receberem R\$ 360,00 por seis meses, caso as cooperativas das quais eles fizessem parte transferissem suas atividades para os galpões que o SLU estava alugando para comportar os catadores logo após o fechamento do Lixão. Além desse programa de compensação, o GDF também propôs, para aqueles que não conseguiram acessar esse programa, o auxílio vulnerabilidade temporário, que tinha o mesmo valor do programa de compensação financeira e também com duração de seis meses. Também foi realizada a entrega de cestas básicas para famílias de catadores que precisavam complementar a dieta familiar que ficou comprometida com a diminuição da renda, assim como a seleção de 49 filhos de catadores para o programa jovem candango. É válido mencionar ainda que o programa de compensação financeira foi adiado por seis meses, totalizando assim um ano de programa (SAMPAIO, 2020). Embora esse programa tenha sido importante para o complemento da renda dos catadores, é importante mencionar que ele ainda era muito pequeno e não conseguia suprir a renda média que estes trabalhadores tinham no Lixão.

Como o fechamento do Lixão basicamente paralisou grande parte do trabalho de catação, já que aquele era a principal referência para os catadores trabalharem, o SLU lançou edital para contratação de cooperativas e associações que estivessem interessadas em realizar trabalhos de coleta seletiva e triagem em galpões próprios, ou alugados pelo órgão, e que seguissem uma série de normas para se encaixarem no padrão adotado pelo GDF, algumas voltadas para a regularização do trabalho dos catadores (CAMPOS, 2018). Como exemplo, temos a obrigatoriedade do pagamento do INSS para que os catadores tenham acesso à

seguridade social. Também é necessário seguir regras de segurança do trabalho, como uso das EPIs para evitar acidentes no trabalho, algo que era comum no Lixão. Para ilustrar, de 2017 para 2018 houve redução de 88% no número de acidentes entre catadores. Ainda é necessário manter em dia diversas obrigações próprias de pessoas jurídicas, como a relação com contadores e emissão de nota fiscal. Nesse sentido, tive conversas importantes que ressaltam as problemáticas que essas obrigações geraram às cooperativas, que precisaram se adaptar a um modelo totalmente diferente do ao qual estavam acostumadas. Pode-se ver isso na seguinte transcrição que fiz de uma entrevista realizada com Amanda, uma ex-servidora do SLU com a qual conversei no início de outubro de 2020:

Eu entrei em junho de 2018 na DILUR (Diretoria de Limpeza Urbana do SLU). Eu já sabia que tinha atrito, né? Então, o que aconteceu de janeiro a junho que foi esse processo de assinatura de contrato e as cooperativas começarem a prestar as contas, começarem a se adaptar à documentação necessária para poder receber conforme o contrato regia. A necessidade de ter uma pessoa administrativa nas cooperativas para gerir essa administração e essa burocracia, que não era o ideal para os cooperados. Então, assim, isso tudo foi um desafio muito grande para eles que eu acompanhei mais na adaptação, né? - que foi quando eu entrei na DILUR. [...] Eu ajudei a fazer esses processos que tocavam nessa prestação de contas (das cooperativas para o SLU) [...]. Eu lembro que eles (cooperativas) tiveram muitas dificuldades com questão do caminhão, de colocar o caminhão no critério que o contrato regia, que tinha uma série de protocolos para ter o mínimo do funcionamento do carro [...]. O SLU estava bem cuidadoso com isso (cumprimento dos requisitos contratuais) porque qualquer irregularidade depois eles teriam que cobrar da cooperativa e isso não era interessante. Então houve um grande esforço do SLU. (Entrevista por ligação telefônica em 01/10/2020).

Amanda ainda aborda nessa mesma conversa que havia grandes problemas em relação à emissão de nota fiscal, que sempre precisava ser feita para que houvesse o repasse do valor para as cooperativas, assim como o envio do comprovante do pagamento do INSS, que constantemente era atrasado pelas cooperativas. Além disso, minha entrevistada também mencionou os impasses que muitas cooperativas passaram para seguir as obrigações técnicas e tributárias para se ter um caminhão, fazendo com que muitas delas demorassem para comprar um ou gastassem muito para reformá-los. Entretanto, o próprio SLU também dificultava tal operação: em conversa livre que desenvolvi com uma secretária da Centcoop, ela indicou como em muitos casos a comunicação com os servidores do SLU é falha e demorada, resultando assim na demora do envio dos documentos, mesmo que as cooperativas já estejam interessadas em lidar com a situação previamente.

Outro momento interessante da minha conversa com Amanda é quando ela menciona uma situação de conflito entre ela, representando aqui uma servidora do SLU, e uma presidente de cooperativa, representando os catadores:

Samuel: Nesses casos de dificuldade (em cumprir as exigências formais), o SLU prestou algum auxílio ou pelo menos direcionou como que deveria ser feito?

Amanda: [...] Eu lembro de um dia que foi muito difícil inclusive. Teve um dia que eu tentei ajudar uma cooperativa na boa índole de fazer o negócio funcionar e depois eu passei por um processo administrativo interno no SLU porque essa pessoa me denunciou como se eu tivesse dizendo que tinha um jeitinho de fazer fora do processo normal – sendo que na verdade ela já tinha pago, já tinha feito todo o processo certo para entrar dentro do aterro sanitário. [...] Para você destinar o rejeito para o aterro sanitário, você tinha que pagar, emitir o boleto e somente depois disso você pode entrar no aterro sanitário com aquele rejeito para poder destinar lá dentro. [...] Aí ela (presidente de uma cooperativa) ligou no SLU, sei lá, 19:00 [...] e eu atendi o telefone, e era uma presidente de uma cooperativa falando que estava lá na porta do aterro e que não estava conseguindo entrar e que ela tinha pago e ela estava nervosa. Aí eu fui tentar ajudar e falei: ‘espera aí que eu vou ligar aqui para ver se o engenheiro que trabalha aí. Mas você pagou né?’ Aí ela respondeu que tinha pagado sim e ela me mandou o comprovante. Entende, eu não fiz as coisas fora do procedimento. A questão (desse problema) é que era um sistema e ele não tinha dado baixa no boleto dela ainda e por isso não tinha sido liberada a entrada do caminhão e eu só estava tentando agilizar isso [...]. Por conta de eu ter ajudado ela e falado ‘deixa eu ver aqui se eu consigo’ para tentar ajudá-la, ela me denunciou como se fosse assim ‘Ah, não adianta nada a gente cumprir [as exigências] porque tem sempre alguém para dar um jeitinho e no fim resolver sem que a gente cumpra’. (Entrevista por ligação telefônica em 01/10/2020).

O que desejo apontar com esses relatos colhidos com Amanda e também com uma secretária da Centcoop é que a relação entre cooperados e órgãos públicos é muito afetada pelas complicações geradas por essa obrigatoriedade de se seguir uma série de requisitos impostos pelo GDF. A própria Amanda, em outro momento da nossa entrevista, defendeu que essas obrigações em muito colaboraram com as cooperativas porque caso esses critérios não fossem cumpridos as represálias seriam sofridas pelas cooperativas por elas não estarem atendendo aos parâmetros contratuais da autarquia. Entretanto, defendendo que tal linha de raciocínio não faz sentido ao perceber que estes critérios não foram colocados pela cooperativa, mas pelo SLU. Ou seja, defender que cumprir as exigências é algo benéfico aos catadores porque isto iria resultar em não sofrer represálias que o próprio órgão distrital colocou no contrato não se mostra como um argumento válido para entender as dificuldades em seguir estes critérios. Para ratificar esta perspectiva, recordo-me de outro diálogo que tive com um catador cedido⁷ à Centcoop que colaborava com o financeiro de algumas cooperativas e indicou que o SLU demorava em torno de 30 dias para pagar uma nota fiscal emitida. Neste meio tempo, a cooperativa precisava pagar os impostos em dia para não gerar multa, além de que estes documentos também eram requeridos pelo SLU. O resultado: caso a cooperativa não contasse com uma reserva financeira, poderia não ter a verba em tempo para

⁷ Alguns dos catadores da Centcoop foram cedidos pelas suas cooperativas de origem para atuarem na Central. Outros conseguem conciliar as atividades na Centcoop com as cooperativas, como é o caso de alguns dos diretores que atuam na presidência de suas cooperativas.

cumprir com suas exigências tributárias já que o SLU demorava um longo prazo para realizar o repasse pelo serviço de triagem e coleta seletiva. Em suma, o que aponto neste momento são as dificuldades e queixas por parte de catadores em relação às exigências demandadas pelo GDF e a falsa impressão que o governo tem de que, tais demandas, são necessariamente positivas para os catadores.

Ainda acompanhando os dilemas da transição para o novo modelo operacional pós-fechamento do Lixão, também constatei que a instauração dos cooperados nesses galpões alugados, ou comprados pelo SLU, nem sempre foi pacífica no que tange ao próprio espaço físico do galpão e como ele deveria ser organizado ou operacionalizado. Um exemplo interessante pode ser percebido no relato feito por Ivana:

Ivana: Foi uma mudança muito grande, né? Você imagina! Uma das coisas que aconteceu assim que se mudaram do Lixão para dentro do galpão, é se recusar a limpar a área de trabalho.

Samuel: Hum. Tinha muito isso?

Ivana: Total! Todos se recusavam a limpar a área de trabalho porque no Lixão você não tinha que limpar sua área de trabalho. E aí você tem que limpar, principalmente em respeito a você, porque você merece um lugar limpo, e aí tem que evitar os vetores e não sei o que. Daí eles falavam: ‘eu não sou escravo, eu não vou limpar’. Foram alguns meses de conflitos em relação à limpeza do local.

Samuel: Também tinha muito essa postura em relação aos EPIs?

Ivana: ‘Ah eu nunca morri, por que vou morrer agora’ [...] ‘Criei meus filhos todos, eu já tenho neto, todo mundo no Lixão’. E essas frases se repetem e viram mantra e viram verdades. (Entrevista por ligação telefônica em 20/10/2020).

Em outro instante da sua fala, Ivana também relata casos em que houve brigas entre cooperados a ponto deles quebrarem garrafas de vidros para transformarem em armas brancas dentro do próprio Lixão. Nesse caso específico, o SLU deu uma advertência e nunca mais se repetiu.

Desse modo, o SLU contratou 28 cooperativas e associações para o serviço de coleta seletiva e triagem. O primeiro tipo de serviço consiste em coletar e transportar adequadamente os resíduos sólidos secos dispensados pela população. Já a triagem consiste em receber esses resíduos e separar os rejeitos para depois prensar, enfardar e comercializar aquele resíduo seco. No total, 17 cooperativas foram contratadas para triagem e 11 foram para coleta seletiva. Além disso, as cooperativas que fazem coleta seletiva representam 17% do mercado, enquanto empresas privadas são 34% (somente 51% do DF tem coleta seletiva). Ou seja, ainda tem uma atuação mais intensa de empresas privadas e elas também têm um pagamento bem maior comparado ao que as cooperativas recebem do SLU (SAMPAIO, 2020). Olívia,

uma diretora da Centcoop já mencionada, aponta esses aspectos em uma conversa que tive com ela no início do ano:

Olívia: Eu não reconheço (o governo) como parceiro, não. Hoje praticamente tem sido muito desleal a forma de contrato hoje com cooperativas e a forma com empresas privadas. O contrato com empresas privadas são milionários e com as cooperativas praticamente não dá nem para se manter dignamente, né? - pagar todos os impostos. Hoje é bem diferente o contrato com cooperativas e com empresas. Então, a gente já vê a diferença nesse lado, né?

Samuel: E eles dão alguma desculpa ou justificativa para explicar essa diferença gigante?

Olívia: Eles falam que é porque a cooperativa só pega uma parte de tal local, já a empresa pega um lote inteiro. Mas não é não, sempre foi desse jeito e vai continuar. A empresa tem dinheiro para concorrer, tem caminhões novos para poder concorrer; já a gente não tem. (Entrevista na antiga sede da CENTCOOP em 03/03/2020).

O SLU divulgou que 1254 catadores estavam trabalhando em 2018 como prestadores de serviço público por estarem vinculados às cooperativas que foram contratadas pela autarquia. Muitos, entretanto, ainda são catadores avulsos e contam com pouquíssimo, ou mesmo não têm nenhum suporte do Governo do Distrito Federal no desempenho de seu trabalho. Segundo dados do próprio SLU, 78% dos catadores são prestadores de serviço público por estarem vinculados a cooperativas que têm contrato firmado com o órgão. Entretanto, de 2017 para 2018 houve uma redução de 46% no total de catadores vinculados a cooperativas. Ou seja, quase metade dos catadores deixaram as cooperativas para exercerem outras funções, podendo inclusive estarem agora trabalhando como catadores avulsos (CAMPOS, 2018). Conforme já mencionei, um dos maiores problemas para isso acontecer é o baixo pagamento que catadores têm ao trabalharem nas cooperativas, embora muitos ainda pensem que o modelo atual é bem melhor que aquele sem suporte algum do Lixão da Estrutural. Outros cooperados, entretanto, costumam dizer que as regras impostas pelo SLU não são benéficas e que gostariam de ter mais liberdade em seu trabalho como acontecia no espaço do antigo Lixão. Sendo assim, é importante ir mais longe e tecer uma análise mais profunda sobre os significados desse novo modo de se trabalhar com a catação no contexto dos galpões e os efeitos que ele tem. Para tanto, atento-me a Foucault.

Abrindo a caixa de ferramentas

As reflexões de Foucault abarcam diversos espectros da vida social, como no caso de sua *História da Sexualidade* em que traz a baila debates sobre o exercício da sexualidade humana em contrapartida ao poder de reprimi-la; ou em *Vigiar e Punir*, em que trata da

constância vigilância por parte do poder sobre a população. Mesmo que tenha tido uma obra vasta e diversa, Foucault em grande parte se interessava por ponderar o modo como o poder se dava nas suas mais diversas possibilidades de exercício. Tal interesse se dava pela visão que ele tinha, na qual o poder seria um fato fundante para a constituição das relações sociais, de modo que “uma sociedade ‘sem relações de poder’ só pode ser uma abstração.” (FOUCAULT, 1995, pág. 246). Assim, ele constrói alguns conceitos no decorrer de suas reflexões que, em larga medida, dão conta de visualizar esse caleidoscópio das práticas de poder. Para meu trabalho, trarei atenção para os conceitos de governamentalidade, governo, Estado, poder disciplinar, biopolítica e norma. Ao decorrer da leitura, trarei interlocuções entre essas categorias e os dados apresentados anteriormente sobre a relação dos catadores com o GDF no contexto de fechamento do Lixão da Estrutural.

Inicialmente, trato sobre as discussões construídas em torno dos conceitos de governo, Estado e governamentalidade. Foucault (apud CANDIOTTO, 2008) parte de uma análise sobre os significados da palavra governo segundo a língua francesa de forma que chega a duas conceituações distintas: uma de caráter material que era entendida como a gestão do deslocamento de pessoas na busca pela subsistência e a outra com sentido moral que refletia a condução das condutas do sujeito. Foucault então se atenta a segunda conceituação de governo e daí traça o histórico de como este modelo surgiu chegando a conclusão de que o ponto de origem é no governo pastoral cristão que, mediante diversas tecnologias como a confissão, instaurou um governo centrado na condução das condutas do sujeito. Entretanto, Foucault não entende que governo e Estado são sinônimos. Para esta segunda categoria, Foucault (2008) observa o histórico que parte desde o Estado de justiça situado no período feudal e que tinha as leis consuetudinárias e escritas como ponto fulcral da sua constituição; logo depois há a ascensão do Estado administrativo nascido nos séculos XV e XVI com enfoque no território e na proteção de suas fronteiras; e por fim tem-se o Estado de governo que atua primordialmente sobre uma população retida em seus limites geográficos. É neste último momento que encontram-se os conceitos de governo e Estado onde os dispositivos de segurança se consolidam para a orientação das condutas desta população a mercê da instituição estatal. Para todo esse processo histórico de aglutinação do governo ao Estado, Foucault nomeia de governamentalidade que, em resumo, é a sucessão de alterações que incorpora o conceito de governo ao Estado que daí passar a dirigir a conduta da população que está sob seus “cuidados”.

Apresentado estes primeiros conceitos, agora atento-me às categorias de soberania, poder disciplinar, biopolítica e norma. Semelhante ao que vimos no tratamento sobre governo,

Estado e governabilidade, também temos uma trajetória histórica que entrelaça tais concepções. Tratando inicialmente de soberania, Foucault observa a Teoria Clássica da Soberania e defende que o soberano tinha sob seu controle o direito de fazer morrer ou deixar viver. Este soberano, que encarnava a lei e a ordem, tinha sob seu controle o direito de matar seus súditos ou de deixá-los vivos. Assim sendo, a questão desta categoria era observada pelo prisma da morte, posto que o soberano só tem poder sobre a vida do súdito no momento em que aquele pode matar este. Logo depois, Foucault observa a ascensão da disciplina definida na visão de

procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em tomo desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil! através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escrituras, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho. Ela se instala já no final do século XVII e no decorrer do século XVIII. (FOUCAULT, 2005, p. 288).

Isto é, o poder disciplinar é aquele que se dirige ao corpo que passa por processos disciplinares de modo a normatizar a conduta daquele sujeito que sofre esta ação treinadora. Um exemplo clássico de poder disciplinar é a prisão com o propósito de disciplinar o preso de modo a moldá-lo segundo um padrão imposto por esta disciplina. Por outro caminho, temos a biopolítica: enquanto o poder disciplinar é voltado para os indivíduos, a biopolítica tem a preocupação primordial na multiplicidade dos seres humanos. O prisma biopolítico toma a regulamentação da população como o ponto fulcral de sua prática, distinguindo-se do poder disciplinar por este visualizar primordialmente a disciplina aplicada ao corpo individualizado dos sujeitos. Já em relação ao poder soberano, definido pela máxima de fazer viver e deixar morrer, a biopolítica se volta para o contrário deste: o fazer viver e deixar morrer. Na explicação deste ponto, Foucault nomeia a estatística e a medicina como fontes importantes do biopoder no sentido de possibilitar o controle sobre a taxa de natalidade e mortalidade das pessoas. Em resumo,

a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, urna massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são

processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. (FOUCAULT, 2005, p. 289).

Por mais que Foucault aponte as distinções entre poder disciplinar e biopolítica, ele menciona a norma como um ponto de contato entre eles, posto que ela é encarada como o fenômeno onde é aplicado tanto a disciplina para regimentar o corpo individual quanto a regulamentação sob toda uma população:

A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço - essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Esta breve introdução acerca de alguns conceitos foucaultianos se dá porque, na visão dele próprio, a teoria poderia ser comparada a uma caixa de ferramentas que poderia ser útil para trazer análises sobre as relações de poder e das lutas que se constroem em ocasião das interações sociais. Dessa forma, trato agora de retomar diversos dos apontamentos já abordados na primeira seção deste capítulo de modo a termos uma visão crítica no que tange a construção da relação entre GDF e catadores durante todo o processo de fechamento do Lixão da Estrutural e as medidas tomadas posteriormente a este evento. Minha argumentação busca traçar uma visão em que é tangível entender este encerramento como a concatenação de diversos modos de governar estes sujeitos de modo a conduzi-los para a construção de um modelo ideal de catador.

Em um primeiro momento, atendo-me às motivações por trás do fechamento do Lixão. Como já demonstrado, houve uma enorme quantidade de leis e outros instrumentos legais promulgadas pelo Estado brasileiro e pelo Governo do Distrito Federal que tinha como principal função definir o modo como deveria ser realizado o descarte adequado dos resíduos sólidos. Tais normativas, embora possam ser vistas como benéficas, já que se relacionam com questões sobre a conservação do meio ambiente, foram tomadas de forma arbitrária para com a população de catadores que, conforme argumentei no caso do Lixão da Estrutural, sofreu consequências negativas, tendo que se adequar a novos modelos de trabalho, vivenciarem perda de renda, lidarem diretamente com exigências legais do governo, perda da liberdade no desempenho do seu labor, etc. Levando em consideração o que apresentei do pensamento

foucaultiano, neste exemplo já é possível observar a atuação do GDF conforme um Estado de governo pautado na disciplina e na regulamentação de modo a administrar e conduzir a população em que atua, principalmente por meio destas leis e normativas iniciais adotadas para padronizar as ações de triagem e descarte de resíduos sólidos.

Em continuidade, lanço luz agora a análise acerca dos procedimentos de inclusão dos catadores mediante o encerramento do Lixão. Conforme visto, o próprio GDF percebia as problemáticas que o fechamento do Lixão gerava para os catadores. Em ocasião disto, o governo desenvolveu planos de inclusão destes trabalhadores que se viram em uma condição pauperizada e com diminuição na sua renda por conta da forma arbitrária adotada pelo governo para o encerramento do Lixão. Considero interessante analisar o que essas medidas de inclusão significam com base no que Foucault debateu em *Em defesa da sociedade e Segurança, território, população*. Para tanto, levo em consideração Veiga-Neto e Lopes (2007, pág. 949), que tratam as políticas de inclusão no contexto educacional como um artifício para normatizar determinadas populações que são excluídas do que é o “normal”. Assim os autores defendem que tais políticas de inclusão em contexto de educação podem ser vistas como excludentes no sentido de serem uma tentativa de normatização dos sujeitos ao invés de realmente agregarem as diferenças sociais entre as populações:

ao tratarem a diferença como diversidade, as políticas de inclusão – nos modos como vêm sendo formuladas e em parte executadas no Brasil – parecem ignorar a diferença. Com isso, elas defendem a inclusão do diferente, entendendo-o como um “único estranho”, um exótico, um portador de algo que os outros, normais, não possuem. Resulta, dessa forma de diferenciar, o paradoxo de silenciar aqueles que “já estavam ali”, de reforçar as noções de normalidade e anormalidade, de fazer proliferar e de disseminar as normas e os correlatos saberes especializados, e, até mesmo, de gerar exclusão... Desse modo, ao invés de promoverem aquilo que afirmam quererem promover – uma educação para todos –, tais políticas podem estar contribuindo para uma inclusão excludente.

Embora o estudo construído pelos autores referenciados seja localizado em contexto de educação, compreendo que é possível entender de modo semelhante com as interações construídas entre GDF e catadores no encerramento do Lixão. Desse modo, a norma na perspectiva foucaultiana é encarada como o instante em que tanto a disciplina - centrada no corpo individualizado - quanto a biopolítica - operacionalizada para a regulamentação em uma esfera macro da população - atuam sob os indivíduos a fim de normalizá-los conforme a conduta requerida pelo governo. O que indico neste instante é aprofundar estas noções de norma, poder disciplinar e biopolítica para se ter uma visão igualmente crítica sobre as políticas de inclusão no caso dos catadores, principalmente quando atentamos a quatro

aspectos colocados durante o desenrolar do capítulo: (1) as ações que seriam necessárias para o fechamento do Lixão juntamente com os objetivos que se gostaria alcançar; (2) a realização do estudo de diagnósticos de comorbidades com os catadores; (3) as medidas educativas pelas quais os catadores passaram com o fechamento do Lixão; e (4) a delimitação de regras de condutas e convivências que os catadores deveriam seguir já dentro dos galpões. Tratemos eles de formas separadas com o devido olhar crítico necessário.

No que concerne às 41 ações que foram tomadas para o fechamento do Lixão, conforme o planejamento construído pelo GDF, temos alguns substantivos e verbos que são centrais para várias dessas atividades implantadas: segurança, fiscalização, proibir, remover, implantar, coibir, entre outras. Além disso, tivemos o envolvimento de órgãos como AGEFIS (Agência de Fiscalização do Distrito Federal), SSP/DF (Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal) e SINESP/DF (Secretaria de Estado de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas). Esses órgãos em conjunto detêm grande parte de dispositivos que se relacionam a segurança e disciplinarização, como no caso das prisões e tecnologia de informação. Tanto as autarquias quanto as ações tomadas demonstram, por si só, a aplicação destes dispositivos de segurança pautados na disciplinarização do que seria o modelo adequado para o contexto social do Lixão. Ao visualizar o *modus operandi* no qual o Lixão se dava, fica perceptível que havia um deslocamento daquilo que o governo vislumbrava como adequado: o Lixão era um local com pouquíssima entrada de operadores das autarquias governamentais e com mecanismos regulatórios próprios que dificultavam a operação destes órgãos. Tanto é que, como já mencionado, a entrada de servidores do SLU no início do processo de fechamento do Lixão se deu com três servidores anônimos que não se declararam como colaboradores da autarquia de modo a terem uma visão em primeira mão de como aquele espaço e aquelas pessoas se organizavam sem a interferência plena do governo. Outro fato que demonstra este ponto foi a falta de confiança que os catadores tinham no que se relacionava a efetivação do encerramento do Lixão, posto que eles não acreditavam que a atuação do governo alcançaria tal objetivo já que muitos catadores não tinham muito contato com representantes de órgãos governamentais. Assim, o que demonstro aqui, com base nas 41 ações do Plano e de alguns órgãos envolvidos, é a aplicação destes dispositivos de segurança a fim de enquadrar o modelo adequado do que deveria ser o trabalho de catação, o modo como ele deveria ser feito e como o espaço deveria ser organizado.

Em relação ao segundo ponto, cujo enfoque é no estudo epidemiológico que o SLU realizou junto com os catadores na transição do Lixão para os galpões e a obrigatoriedade de vinculação a alguma cooperativa, retomo o conceito de biopolítica apresentado na perspectiva

foucaultiana. Como demonstrado, este estudo buscou traçar perfis e diagnósticos da saúde dos catadores por meio de um questionário aplicado pelos servidores da autarquia e que levantava tanto dados sobre perfil socioeconômico dos trabalhadores quanto o seu estado de situação por ocasião de anos trabalhando em um local insalubre. Desse modo, é possível observar este estudo pela perspectiva da biopolítica porque esta se pauta na prática reguladora da população no sentido amplo se apoiando, por exemplo, na ascensão da medicina e da estatística como áreas de conhecimento que possibilitam a mensuração amplificada de determinados grupos sociais. Ao levantar esses dados, o GDF teve acesso a informações importantes sobre doenças, estilo de vida, sexo, etnia, estado civil, local de moradia, etc. referente a estes catadores que se prontificaram em fazer parte da pesquisa. Encaro que com tais informações o governo consegue concretizar a condução adequada destes sujeitos numa perspectiva macro do homem-espécie, nas próprias palavras de Foucault.

Como terceiro aspecto aqui analisado, abordo os programas educacionais que o GDF propôs para os catadores com o fechamento do Lixão. O primeiro ponto de destaque foi a oferta de um incentivo econômico político: ao fazer o curso e ter no mínimo 75% de presença nas aulas, o catador contava com uma bolsa. Segundo os dados demonstrados, a proposta dessas capacitações era ensinar aos catadores ferramentas que seriam possivelmente necessárias para a melhor adequação deles ao novo modelo de trabalho, como relacionamento interpessoal e cultura associativista. Aprofundando estes conteúdos dessa formação educacional, indico que conseguimos visualizar algo semelhante quando abordei as ações para o fechamento do Lixão: a noção de que construir um plano educacional direcionado aos catadores pode ser encarado como mecanismo para a produção de um sujeito catador ideal segundo determinada formatação de como este sujeito deveria ser e que destoava do que ele era quando estava no galpão. Por exemplo, esta disciplina que cito de relacionamento interpessoal normalmente é ministrada em cursos para indicar a forma “adequada” que relações entre duas ou mais pessoas deve ser construída. Como já defendi, o Lixão era encarado como um espaço completamente diferente daquele que o GDF visualiza como adequado para o trabalho de triagem e coleta seletiva. Desse modo, além de encerrar o Lixão, também era necessário construir mecanismos educacionais para que o catador ao ser introduzido nesse novo momento do seu trabalho não viesse a repetir ações que não eram visualizadas corretas.

Por fim, já que mencionei a questão da disciplina de relacionamento interdisciplinar, posso aqui apontar logo o último ponto desta minha análise que se situa no uso de ferramentas disciplinares e de vigilância para os catadores se comportarem do modo como o GDF encara

como satisfatório. Na primeira seção eu abordei falas de uma das minhas interlocutoras do SLU que indica como havia problemas de brigas entre catadores dentro do galpão, falta de higiene na limpeza do seu espaço de trabalho e certa negação em utilizar os EPIs adequadamente. Para controlar estas atitudes “desviantes”, o SLU implementou os mecanismos de advertência como penalidade para os catadores que não seguissem as regras estabelecidas. Além disso, havia constantemente a presença de fiscais do SLU nos galpões a fim de averiguar que todas essas regras estavam sendo seguidas. O modelo educacional proposto para os catadores, como foi abordado no ponto anterior, também cumpria este papel de disciplinar os sujeitos de acordo com a prescrição do que seria ideal para esta população.

À vista disso, a visão que Foucault constrói acerca do poder em contexto de governos é importante para entender os dados e observações produzidos em campo. Com uma visão crítica, a principal finalidade desse primeiro capítulo foi tratar de mapear como se deu o fechamento do Lixão e propor que, embora as medidas de inclusão dos catadores até tenham tido alguns efeitos considerados positivos por eles próprios em sua atividade laboral, como o caso dos galpões serem espaços salubres e seguros para triagem de materiais recicláveis, tais políticas ainda são encaradas como práticas de poder disciplinar e da biopolítica adotadas pelo governo de forma a solidificar uma norma do que é o catador ideal e adequado para o contexto social. Em resumo, apontei por meio dessa primeira análise os processos que ativamente foram aplicados pelo GDF em direção aos catadores para delimitar como estes deveriam ser constituídos. Ao término, é possível desvelar as nuances presentes nessas ações de inclusão socioeconômica que, em alguns casos, são encaradas somente como ações benéficas para estes trabalhadores. Não indico que tomar atitudes como essas não tragam benefícios reais à vida desses sujeitos, já que em diferentes ocasiões os catadores apontavam como o fechamento do Lixão foi um evento para o maior reconhecimento da importância do trabalho de catação, mas defendo como é necessário aprofundar a leitura dessas políticas a fim de trazer percepções críticas sobre a prática do poder engendrada pelo GDF em relação ao fenômeno que analiso.

A fim de dar continuidade a esta perspectiva crítica acerca da relação entre Governo do Distrito Federal e catadores, o próximo capítulo observa como estas interações aconteceram durante o período de pandemia de Covid-19. A finalidade é dar continuidade ao debate proposto neste primeiro capítulo, só que ao invés de observar mecanismos de poder utilizados para conduzir a conduta dos catadores, o próximo capítulo se aprofundará em mecanismos que, de certo modo, desprezam a vida desses sujeitos. Com isto, é possível

aprofundar mais uma camada no meu trabalho de modo a colaborar para entender quais os aspectos primordiais das interações entre GDF e catadores.

Capítulo 2

O ano de 2020 ficará marcado por conta da pandemia de Covid-19. A doença, causada por um novo tipo de coronavírus, foi descoberta ainda no final de 2019 e seus efeitos foram vistos em diferentes escopos das sociedades ao redor de todo o globo, principalmente em ocasião da necessidade do isolamento social para frear a alta taxa de contaminação. Dessa forma, a economia, a política, as relações sociais, o trabalho, dentre tantos outros componentes da vida social sentiram um enorme abalo. Dentre estas alterações, esse trabalho ao qual você está lendo também precisou se adaptar.

Explico-me melhor. Em meados de março, mês em que medidas de isolamento foram adotadas no Distrito Federal, eu estava finalizando a minha pesquisa empírica. Minha última entrevista presencial realizada com Olívia, uma diretora da Centcoop, aconteceu no dia 02 de março, poucos dias antes da taxa de contágio no DF atingir um índice preocupante para a saúde pública. Com a pandemia já instaurada, obviamente não fazia sentido e nem mesmo seria possível continuar com a pesquisa presencial da forma que vinha sendo feita durante os últimos meses. Mesmo assim, desejei continuar minhas conversas e observações com os catadores, além de perceber que a situação ocasionada pela pandemia com certeza dialoga com o trabalho que estava realizando para a finalização deste trabalho. Tal percepção se dá principalmente porque ficou nítido como o Governo do Distrito Federal teria (ou pelo menos deveria ter) um papel central para a superação da crise instaurada pela pandemia no contexto do DF. No caso dos catadores, era preciso tomar medidas de assistência social que fizessem com que essa população não se expusesse ao contágio, ação que foi tomada logo no início com a suspensão das coleta seletiva e fechamento dos galpões, mas também não morressem de fome por falta de recursos materiais básicos. Desse modo, adaptações foram feitas, conforme será detalhado mais a frente, para prosseguir a pesquisa etnográfica junto a meus interlocutores. Também houve a postergação da finalização do trabalho, já que o semestre acadêmico da Universidade de Brasília foi suspenso, ocasionando novas reflexões por ocasião dos enormes desafios causados pela quarentena.

Neste sentido, este segundo capítulo tratará exatamente desse período de pesquisa e a reflexão impulsionada pela crise da Covid-19. Para tratar desse assunto de forma adequada e facilitar o entendimento para a leitora, dividirei em três seções principais:

1. Em primeiro lugar, tratarei de debater a metodologia da pesquisa, observando desde o período inicial da monografia até as últimas leituras já durante a pandemia. Como será observado, tenho enfoque as reflexões debatidas com o advento da antropologia

urbana, principalmente por meio de categorias colocadas por José Guilherme Cantor Magnani (2002), também ao conceito de etnografia multissituada construída por George Marcus (1991) e por fim a discussões sobre antropologia da cibercultura e etnografia virtual. No caso, os dois primeiros pontos já tinham sido tomados como referências para o meu trabalho ainda durante o período presencial da pesquisa, já o último foi aglutinado por ocasião do período de distanciamento social.

2. Já a segunda parte do capítulo trata de apresentar os dados produzidos sobre a realidade dos catadores durante a pandemia e quais iniciativas o GDF tomou para lidar com as problemáticas geradas pelo isolamento social para essa classe de trabalhadores. Aqui também é possível visualizar o protagonismo dos catadores em pressionar o governo a fim de concretizar ações que suprissem as necessidades durante este período em que eles não estavam trabalhando nos galpões.
3. Por fim, a terceira e última seção debate os dados produzidos com os catadores durante a pandemia de Covid-19 e como estes se conectam com categorias como precariedade, biopolítica e necropolítica. Tal momento é importante por dar continuidade a análise já iniciada no capítulo 1 e que, posteriormente, será concluída no terceiro e último capítulo.

Assim, visualizo que com tal estrutura é possível permear acertadamente os imbrólios que caminham comigo durante estes últimos meses de isolamento social, mas que trouxeram informações valiosíssimas para esta monografia.

Observando a etnografia: debate sobre uma antropologia urbana, multissituada e cibercultural

Peirano (2014), em um famoso artigo, traz uma reflexão interessante acerca do fazer etnográfico: seria a etnografia um método ou algo a mais? Tal questionamento se dá principalmente por uma situação de estranhamento a qual a antropóloga vivenciou sem está fazendo de fato uma etnografia, despertando o famoso ímpeto antropológico de observar o estranho para daí pensar o “normal” do seu contexto social. Diante de situações incomuns, o estopim da etnografia se constrói na busca por desvelar essas formas de organizações sociais que são estranhas para nós. Ou seja, poderíamos dizer que a etnografia talvez fosse muito mais uma postura de se deparar com cenários diferentes dos que estamos acostumados de forma a questionar determinados aspectos socioculturais que, em muitos casos, são

naturalizados. Peirano, neste sentido, contesta a ideia de que etnografia seria somente um método de pesquisa social.

A ideia do que exporei agora é contribuir de modo singelo com o debate acerca do fazer etnográfico. Veja, não é minha preocupação principal me debruçar sobre os meandros que cercam a etnografia, mas somente adicionar reflexões que desenvolvi durante a pesquisa de campo desta monografia, principalmente nos últimos instantes em que a pandemia já tinha se instaurado e o “olho no olho” já não era mais possível por conta do distanciamento social. Partiremos, então, inicialmente para debater as contribuições da Antropologia Urbana e como ela trouxe novos tensionamentos sobre a etnografia em meados dos anos 1970. Depois, foco no conceito de etnografia multissituada de George Marcus que também traz debates consideráveis para os significados que uma etnografia pode ter no mundo globalizado ao qual grande parte das pessoas estão submetidas atualmente. Por fim, observo a Antropologia da Cibercultura que aborda fatores interessantes para se entender a etnografia em meio de uma sociedade cada vez mais digital e o papel que a ciência antropológica pode exercer diante deste contexto em que a tecnologia ocupa uma posição de destaque em todo o mundo. A mescla entre esses três caminhos se mostram muito interessante para pensar uma etnografia em meio a uma sociedade urbana, pandêmica e digital. Algo bem diferente daquilo formulado por Malinowski (2018).

O fazer etnográfico em contextos urbanos

A ascensão da antropologia praticada em ambientes urbanos em meados das décadas de 1960 e 1970 teve fortes implicações para se repensar o fazer etnográfico (ESCOBAR, 2016). Haja visto que até então se tinha a prática de trabalho de campo normalmente em sociedades de menor porte e com delimitação geográfica mais bem definida, era bem comum aplicar técnicas de pesquisa e desenvolver debates acerca do método etnográfico com base em tais características das sociedades ao qual a antropologia normalmente se debruçava em seus estudos. Com a virada da antropologia urbana e o início de estudos em ambientes muito diferentes daqueles de sociedades tradicionais, a antropologia, digamos, leva um choque e precisa então repensar alguns de seus aspectos para melhor abarcar esse amplo novo campo de estudo que cada vez mais se popularizou. Para tanto, poderia me atentar a diversos antropólogos que colaboraram para pensar a antropologia urbana, mas aqui enfoco no professor brasileiro José Magnani (2002), visto que categorias por ele cunhadas no início dos

anos 2000 e até hoje utilizadas em pesquisa antropológicas foram interessantes para pensar o desenrolar do trabalho de campo da minha etnografia.

Quando Magnani trata da antropologia urbana, ele encara a urbanidade por meio do que ele chama do olhar *de perto e de dentro*. Esta categoria contesta a noção já muito difundida de que as metrópoles urbanas são o lar do caos completo, da indiferença entre os indivíduos e das poucas redes de sociabilidade. Segundo Magnani, esse pensamento trilha um caminho que apaga os residentes da cidade e traz um enfoque demasiado preso a determinados grupos ou instituições que seriam os únicos que teriam capacidade de modificar e controlar o ambiente urbano, como as elites econômicas e políticas, as organizações financeiras, as empresas transnacionais, etc. Isso resulta em uma perspectiva de uma cidade sem vida ou movimento por parte da população, apagando todos os regimes de sociabilidade que os diferentes grupos conseguem construir, como religião, lazer, trabalho, cultura, etc. Dessa forma, é importante vislumbrar que ambientes urbanos reúnem um grande número de pessoas dos mais diferentes lugares e com vivências sociais igualmente distintas, que constroem diversos modelos de sociabilidade a depender da situação em que se inserem. Para entender o contexto urbano como esse local não voltado somente à extrema individualidade, mas também como um celeiro de novas oportunidades de sociabilidade, a Antropologia consegue um ponto de vista essencial por se voltar a detalhes que normalmente passam despercebidos em outras pesquisas, colocando em prática o olhar *de perto e dentro* em contrapartida ao olhar *de longe e de fora*, que peca por se afastar de maneira demasiada da realidade de grupos específicos encontrados em cenários urbanos. Dessa forma, o autor defende que, diferentemente de outras ciências ou áreas de estudo, a antropologia aplicada em contextos urbanos pode fornecer reflexões interessantes por se debruçar de forma intensa nos estudos das diferentes culturas que compõem as metrópoles.

Dando continuidade ao pensamento de Magnani, chamo atenção para a revisitação a categoria de totalidade. Segundo o autor, a totalidade normalmente se refere aos limites de sociedades de pequeno porte, onde todos se conhecem e mantêm algum tipo de relação face-a-face. Por conta disso, em etnografias urbanas, existe uma certa desconfiança sobre qual é a maneira de delimitar a totalidade social estudada, em alguns casos sendo colocados até mesmo os limites administrativos da cidade como uma possível saída para este impasse. Entretanto, segundo Magnani, é importante pontuar que a totalidade é uma construção desenvolvida entre o pesquisador e seus interlocutores. Ao se inserir na realidade do campo, o antropólogo experimenta os limites da totalidade naquele enquadramento empírico. Somente com esta aproximação que é adquirido materiais que possibilitam o delineamento da

totalidade em questão. Ou seja, não necessariamente a totalidade se relaciona a uma delimitação geográfica, ou mesmo social, firmada *a priori* pelo pesquisador. É necessário a experimentação etnográfica para a totalidade social se firmar na investigação antropológica. Este debate exprime um ponto central da defesa de Magnani: em ambientes urbanos, é possível haver recortes de distintos grupos sociais que compartilham de certos valores ou reconhecimentos que formam uma totalidade interna a tal segmento, sem necessariamente estarem vinculadas ao ambiente característico da cidade em questão.

Visando superar as complexidades que o ambiente urbano normalmente traz para a prática antropológica, Magnani então propõe cinco categorias para o empreendimento de etnografias urbanas. A primeira é *pedaço*, que diz respeito a um espaço de socialização demarcado geograficamente e, também, com demarcação de redes de relações, que indicam quem faz parte ou não daquele grupo social. Em segundo lugar, temos as *manchas*, espaços geográficos demarcados que carregam consigo uma variedade de ferramentas e estabelecimentos, e que possibilitam um número maior de frequentadores com diferentes necessidades. *Trajeto* é a terceira categoria e se relaciona com espaços que são responsáveis por possibilitar a transição entre diferentes locais no meio urbano, dessa forma se relacionando mais a transeuntes que saem de determinado local e se dirigem a outro. Em quarto lugar se encontram os *pórticos*, vistos como espaços vazios que fazem parte da paisagem da cidade. Por fim, existem os *circuitos*, categorias que são redes que não necessariamente estão presas a um espaço geográfico e, sim, a determinado público ou demanda. A sociabilidade nesta última categoria é o ponto chave, posto que são normalmente pessoas com um fator em comum que compõem os circuitos, sendo o espaço físico um aspecto secundário.

Tais reflexões desenvolvidas por Magnani foram de suma importância para meu campo etnográfico, já que a pesquisa se insere exatamente em um contexto urbano. Inicialmente, gostaria de detalhar um pouco mais sobre a aplicação da categoria de totalidade na realidade do meu campo. Conforme já mencionado, a totalidade é encarada como os limites em que determinado contexto social se dá sem necessariamente se ater a questões geográficas, mas sim com um prisma centrado na sociabilidade. Por conta disso, a totalidade em muito será construída já com o pesquisador no campo e não antes disso, posto que somente em campo é que o antropólogo conseguirá ter uma interpretação mais nítida daquele contexto social. No caso da minha inserção no contexto do campo, ter tido essa leitura prévia de Magnani foi de suma importância já que eu não iniciei a pesquisa tendo a noção da importância que o governo tinha para a atividade dos cooperados. Somente nas minhas

conversas e observações iniciais percebi como o governo sempre cercava o trabalho dos catadores, de modo até mesmo físico, dado que havia fiscais do SLU nos galpões ou as constantes idas a órgãos públicos que representantes das cooperativas precisavam fazer para reivindicar melhorias na rotina dos catadores. Desvelar essa centralidade que o GDF tem para as cooperativas, principalmente por ocasião do fechamento do lixão e das medidas de inclusão socioeconômica, somente foi concretizada tendo em vista a maleabilidade ao qual a categoria de totalidade se situa conforme o pensamento de Magnani. Além disso, observar a antropologia urbana com base em Magnani fez com que eu instrumentalizasse de maneira adequada as cinco categorias na qual se encaixam as diferentes formas de se construir redes de socialização em contextos urbanos. No caso da minha pesquisa, percebi, já inserido no campo, que a ideia de circuito melhor se encaixava naquela circunstância posto que o espaço geográfico não é o ponto central daquela delimitação social, mas sim as relações que são construídas por todos aqueles agentes envolvidos. Tal afirmação fica visível com base nos mesmos aspectos mencionados acerca da discussão sobre totalidade: diferentes agentes se intercalam no contexto do debate da relação entre catadores e instâncias governamentais, tendo principal predominância entre os representantes de cooperativas e associações e alguns servidores de determinados órgãos públicos. Tal interlocução constrói este circuito que se alastra por variados espaços físicos, como os galpões das cooperativas, as salas de reuniões de órgãos públicos e antigamente o próprio Lixão da Estrutural.

Potencializando a etnografia com George Marcus

Em seu célebre artigo “Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial”, George Marcus (1991) desenvolve o que mais tarde foi cunhada como etnografia multissituada, isto é, uma prática etnográfica alinhada ao contexto de intensa globalização do final do século XX e que tratasse de entender fenômenos sociais relacionados a diferentes contextos sociais de modo a se integrar a uma rede global. Aqui, trato de esboçar os principais pontos deste debate de Marcus e situo como o pensamento dele se relaciona ao meu trabalho etnográfico. Entretanto, vale mencionar logo de início que não tratarei de todos os aspectos concernentes ao pensamento de Marcus e a etnografia multissituada. Dessa forma, os pontos aqui elencados foram escolhidos por terem alguma relação direta com a realidade da minha pesquisa. Tendo esclarecido este quesito, podemos partir para concretizar a proposta desta seção.

Inicialmente, Marcus empreende uma diferença entre o que chama de etnografia realista, aquela predecessora ao contexto de mundo ao qual ele escrevia, e a etnografia modernista, relacionada a globalização multissituada requerida com as transformações do século XX. Uma importante distinção apontada por Marcus entre as duas é o fato da variação acerca da categoria de totalidade, algo até já posto com a discussão prévia com Magnani (2002). Conforme Marcus, a etnografia realista aponta a totalidade como “forma de uma comunidade literalmente localizada e/ou a um código semiótico enquanto estrutura cultural” (MARCUS, 1991, p. 215); enquanto isto, a etnografia modernista nega tal categorização convencional da totalidade e carrega como referencial de contextualização “os fragmentos que se arranjam e se ordenam textualmente pelo projeto do etnógrafo” (MARCUS, 1991, p. 215). Assim, a etnografia modernista tem um aspecto sempre aberto em relação ao fazer etnográfico e baseado na própria produção da etnografia em si e não somente como um objeto fechado e já delimitado conforme a etnografia realista. Tal percepção, ao que me parece, se assemelha muitíssimo àquilo proposto por Magnani (2002) e, por isto, já situa a importância do pensamento de Marcus para meu trabalho.

De volta a Marcus e tendo em vista o que o autor pontua em relação à totalidade, podemos então enxergar o aspecto central da comparabilidade para a etnografia multissituada. Para o autor, a etnografia realista até pode desenvolver comparações com outras realidade ou fenômenos sociais, mas estas seriam circunscritas dentro de um espaço geográfico com uma grande especificidade no próprio desenvolvimento da comparação. Tal característica é colocada como comum na etnografia realista principalmente porque esta tem, em sua definição, a preocupação de prezar pela totalidade conforme já mencionado. Nesse sentido, não é possível que ela expanda tais análises comparativas para amplos exemplos de modo a não ferir o princípio da totalidade. Em contrapartida, a etnografia modernista, por encarar a totalidade conforme já colocado acima, tem em seu cerne a comparação de modo a construir estudos sobre “processos que entrecortam estruturas de tempo e espaço de maneiras que seriam consideradas não controláveis pela perspectiva geográfica tradicional” (MARCUS, 1991, p.216).

Por fim, um terceiro aspecto que gostaria de chamar atenção nas especificidades que Marcus aponta sobre a etnografia modernista é como esta considera o conceito de identidade. O autor coloca como esta categoria não deve ser vista em relação a algo estanque em si mesmo, mas sim que dialoga com diferentes variáveis e associações para constituir a própria identidade. Ou seja, Marcus encara a identidade como esse fenômeno por si só multissituado, que dá conta de diversos aspectos pautados em uma prática criativa para a definição

identitária, tendo então certa característica desconstrutiva e inconstante. Mas, ao mesmo tempo que a identidade detém tais atributos, Marcus defende que ela também contém em si aspectos estabilizadores e seria essa uma das mais importantes funções de estudos etnográficos: “Documentar a estabilização das identidades num dado local ou através de vários locais num mundo essencialmente desconstrutivo” (MARCUS, 1991, p. 217). E para Marcus, essa tarefa de desvelamento identitário se relaciona com lutas e processos de contestações políticas de forma até mesmo a gerar engajamento na forma que tais identidades são operadas. Marcus, neste sentido, dialoga com Foucault e Gramsci de forma a debater sobre as relações de poder em um sentido difuso nos discursos, nas culturas, nas ideologias, etc. Assim, a etnografia multissituada, quando voltada para o entendimento do processo identitário, tem como potência apontar e “alterar os termos nos quais pensamos objetiva e convencionalmente sobre o poder, através de sua exposição a discursos culturais” (MARCUS, 1991, p. 218). Isto é, a etnografia multissituada no que diz respeito ao debate identitário tem um forte viés político.

Em resumo, aponto esses três aspectos importantes para se pensar a etnografia multissituada segundo Marcus por dialogarem diretamente com a proposta do meu estudo. Conforme apontado mesmo quando debatia a Antropologia Urbana, a revisitação da categoria de totalidade segundo termos contemporâneos ao final do século XX colaboram com minha pesquisa no sentido de possibilitar com que o trabalho etnográfico se dê de forma mais difusa e descentralizada sem objetivar necessariamente delimitações geográficas para validar o teor metodológico da pesquisa. Já o segundo ponto da etnografia multissituada também é importante por eu visualizar em minha análise a necessidade de comparar com outros trabalhos e estudos, das mais variadas áreas do conhecimento, que tratem da relação de governos com movimentos ou organizações sociais. Ou seja, a etnografia multissituada tem a preocupação já apontada em abordar fenômenos locais que tenham relações com a dinâmica globalizada das sociedades modernas. No caso da pesquisa, abarco este aspecto por considerar as mediações entre governos com movimentos da sociedade civil não somente focalizada na realidade do trabalho empírico, mas alargando tal leitura a outras situações e análises que se relacionam com a proposta da minha argumentação. Por fim, o último aspecto que tange a relação entre identidade, poder e etnografia modernista também encontra um enfoque na minha pesquisa principalmente quando aponto a formatação identitária de certos catadores quando estes se colocam em uma situação de mediação com o governo. Este ponto do pensamento de Marcus ainda coloca o conflito e as lutas sociais como um ponto central para o entendimento de como as identidades são operadas como mecanismos de poder. Este quesito

se relaciona em alguma medida com a discussão que proponho posteriormente sobre mediação e, principalmente, reconhecimento em um contexto de entender o porquê das interações entre catadores e GDF serem praticadas. Diante disto, é possível vislumbrar como as reflexões colocadas por Marcus são aspectos importantes para o desenrolar deste trabalho.

A antropologia conversa com a cibercultura

As inovações tecnológicas ao qual o mundo está passando nos últimos anos trazem novas maneiras de viver a vida em sociedade. Durante a pandemia de Covid-19, esta compreensão ficou ainda mais evidente pelo uso intenso de meios tecnológicos, como videochamadas, a fim de manter as interações sociais em tempos de isolamento social. Por conta disso, é importante refletir quais os efeitos dos avanços que a tecnologia vem tomando sobre as formas de sociabilidade. Tomo este debate como importante para minha pesquisa porque dei continuidade com o campo etnográfico durante a quarentena e encaro como uma oportunidade para iniciar um diálogo que aponte questões envoltas no fazer antropológico em tempos de cibercultura. Todavia, a intenção principal da minha etnografia não é desenvolver uma análise aprofundada sobre antropologia da cibercultura, até porque existe uma vasta discussão sobre tal dimensão do fazer etnográfico. Assim, focarei em dois aspectos que têm relação com esta área de estudos da antropologia e igualmente com pontos centrais da minha pesquisa: a prática do poder por meio de dimensões tecnológicas e o fazer etnográfico em ambientes digitais.

No primeiro aspecto, devo chamar atenção para algumas questões importantes que situam a tecnologia em contextos do exercício de poder (ESCOBAR, 2016). Com o advento das inovações tecnológicas que foram em muito aplicadas no mundo do trabalho, é possível vislumbrar que isso resultou em efeitos para os diversos trabalhadores que ou precisaram se adaptar a novos mecanismos de desenvolver suas atividades profissionais ou mesmo viram seu ofício se tornar obsoleto de modo a serem substituídos por máquinas. Neste caso, é possível encarar certa interface entre tecnologia e economia-política, ocasionando com que estas não sejam totalmente separadas dos processos sociais. Afinal, por que certas tecnologias são fomentadas por instituições públicas e privadas em detrimento de outras? Tal questionamento evidencia a visão de que a escolha de investir em algumas tecnologias devem ser encaradas na relação que estas têm no mercado e na política. Isto é, a tecnologia está imbrincada com as práticas do poder desde a escolha em quais deverão ser desenvolvidas. Além desse ponto, é interessante observar como tais tecnologias também se relacionam a

práticas de poder quando elas já estão aplicadas e operacionalizadas. Neste caso, Escobar observa que é possível desenvolver conexões entre tecnologia e a ascensão da modernidade. Ao dialogar com Foucault, Escobar relata que o filósofo francês defendia que a modernidade é fortemente marcada pelo uso do discurso científico para produzir e regular a vida social. Em leituras mais contemporâneas, também é possível analisar a engenharia genética e a biotecnologia por meio do prisma da biopolítica foucaultiana de modo a construir uma visão crítica sobre o uso da tecnologia em prol da administração populacional. Ou seja, o que desejo demonstrar de modo sucinto é como o desenvolvimento tecnológico não pode ser visto como um fenômeno isolado das práticas de poder. Neste caso, a etnografia pode ser um importante meio para construir análises políticas da tecnologia ao situar o surgimento de determinadas ferramentas tecnológicas, os efeitos que elas têm para certos contextos sociais e como estas se relacionam a práticas de poder.

Em segundo lugar, gostaria de atentar aos desafios que a etnografia tem em ser desenvolvida em contextos digitais. Como sabemos, o fazer etnográfico tem uma grande primazia em desenvolver seus estudos em situações de face a face, de modo que o desvelar daquele contexto social diferente ao pesquisador se dê por meio dos imponderáveis da vida real (MALINOWSKI, 2018). Em situações digitais, tal fator da pesquisa etnográfica se perde quase ou até mesmo totalmente. Neste sentido, a pergunta que confrontamos é qual seria a legitimidade de uma antropologia digital ou da cibercultura? Encaro que a resposta de alguma forma já foi até mesmo dada com base nas discussões propostas no parágrafo anterior: a antropologia é um importante meio para desnudar as relações de poder imbricadas em contextos digitais ou de desenvolvimento tecnológico. Ou seja, não vejo aqui a questão da prática do método de pesquisa em si, mas sim como este fazer antropológico pode fomentar uma etnografia engajada com as questões sociais em que a prática de poder subalterniza certos sujeitos (OLIVEIRA, 2020). Um exemplo interessante é o estudo desenvolvido por Pereira (2020) com imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. A intenção do autor é demonstrar como em períodos de isolamento social e vulnerabilidade socioeconômica é importante a construção de etnografias engajadas que demonstrem as dificuldades que determinados grupos sociais passam mediante dinâmicas de poder governamentais que propagam a precariedade dessas populações, ao mesmo tempo em que há criações de redes de solidariedades entre os sujeitos para superar tais desafios.. Dessa forma, a próxima seção deste capítulo demonstrará que se encaixa no panorama de uma antropologia da cibercultura no sentido de debater as dinâmicas de poder embreadas a tecnologias que impactam a vida dos catadores de materiais recicláveis diante da pandemia de Covid-19. Ao término, meu

desejo é trazer informações e análises relevantes que coloquem em evidência os contratempos vivenciados por essa população tendo como ponto central as interações concretizadas com o GDF e no que elas resultaram.

Pandemia e a situação dos catadores de materiais recicláveis: uma etnografia nos meandros da pandemia

Dar continuidade a uma pesquisa etnográfica durante o período de isolamento social causada pela Covid-19 não é nada fácil. Além de se ter que adaptar a novos métodos de pesquisa digitais, que antes eram focados em ir aos locais físicos e daí observar e conversar com os nativos daquele contexto social, foi necessário lidar com as inquietudes psicológicas que esse período deixou para grande parte das pessoas, inclusive eu. Mesmo assim, dei prosseguimento por visualizar que este momento de exceção acorda-se com o objetivo desta monografia. Dessa forma, realizei algumas conversas por telefone com interlocutores que já tinha me aproximado anteriormente e também com novos sujeitos que entraram neste momento final de produção de dados, acompanhei notícias que se relacionavam aos catadores por portais de notícias oficiais do GDF, assisti duas lives das quais participaram uma pessoa importante para o contexto do catadores no Distrito Federal e, por fim, fui presencialmente aos novos galpões inaugurados em novembro de 2020 com sede de grande parte das cooperativas do Distrito Federal. Assim, dividirei esta seção deste capítulo nestas quatro partes que consistiram na continuidade da pesquisa e, por fim, relacionarei com as percepções apontadas sobre cibercultura e antropologia.

Os canais de comunicação como fontes de dados

Empreender uma etnografia em meios digitais é um desafio por termos que modificar algumas práticas de pesquisa que somente podem ser aplicadas estando presencialmente com o campo de estudo. Neste caso, precisei pensar em algumas estratégias, mas esta inicial de observar as redes de notícias já vinha sendo adotada por mim antes do isolamento social. Desde o início da pesquisa, observei que seria importante atentar a documentos oficiais e notícias que tratassem sobre a interface entre catadores e o Governo do Distrito Federal para colher informações complementares àquilo que observava em campo. Neste sentido, percebi que, com o isolamento, tal técnica seria fundamental para entender as dinâmicas governamentais para com os catadores do Distrito Federal durante a pandemia.

Optei por observar principalmente três autarquias do GDF que mantêm comunicações constantes com os catadores: o SLU, a SEMA e a SEDES. O SLU trata dos contratos com as cooperativas, pagamentos pelas toneladas de resíduos separados, logística de transporte dos resíduos para as cooperativas, entre outras funções com foco na operacionalização dos recursos que serão triados pelos catadores. Já a SEMA, secretaria responsável por questões ambientais no Distrito Federal, tem interfaces com as cooperativas no que tange a ações vinculadas à promoção da sustentabilidade no DF. Exemplos destes diálogos construídos entre SEMA e movimentos dos catadores é na formulação de ações focadas na conscientização da separação correta de resíduos sólidos. Por fim, a SEDES é outra autarquia que mantém relações com as cooperativas quando trata de medidas de assistência social para estes trabalhadores que, até hoje, passam por dificuldades financeiras.

Definido estas três autarquias, monitorei seus portais oficiais em busca de informações que relacionassem a situação imposta pela pandemia com a realidade dos catadores em isolamento social. Cabe mencionar que procurei por reportagens nos sites oficiais ou publicações em mídias sociais que colocassem a conjuntura de perda de renda dos catadores por ocasião da suspensão da coleta seletiva e do fechamento dos galpões no centro destes conteúdos. Menciono isto porque alguns destes conteúdos podem se relacionar com a condição dos catadores durante a pandemia, mas não coloca tal questão de vulnerabilidade socioeconômica como fulcral nestas reportagens. Esclarecido tal ponto, pode-se agora tratar do que localizei com este levantamento. Tanto SLU quanto SEMA não publicaram nada em seus portais oficiais de notícias acerca dos catadores. Ou seja, não houve nenhuma divulgação direta de iniciativas tomadas para lidar com as dificuldades vivenciadas por estes trabalhadores. Já a SEDES divulgou duas reportagens diretamente relacionadas com o auxílio calamidade fornecido pelo GDF para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica (DISTRITO FEDERAL, 2020). Abaixo, é possível ver as chamadas destas duas publicações:

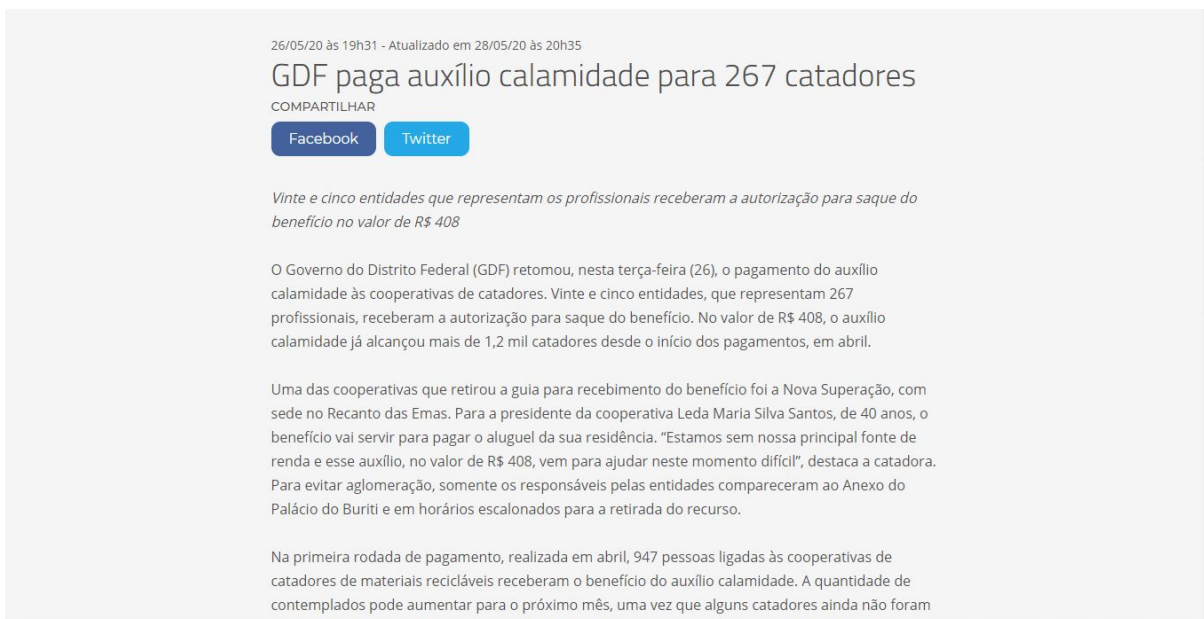


Imagem 5: *printscreen* de notícia vinculada ao site da SEDES em 28/05/2020. Acesso em 10/12/2020.



Imagem 6: *printscreen* de notícia vinculada ao site da SEDES em 09/09/2020. Acesso em 10/12/2020.

As duas reportagens basicamente indicam o pagamento parcial do auxílio calamidade para os catadores, além de contar com rápidos depoimentos dos beneficiados. Este auxílio calamidade, embora nas reportagens indiquem que o pagamento foi feito para os catadores, não foi exclusivo para estes trabalhadores: o GDF elaborou tal programa de transferência de renda para cenários de calamidade pública declarada pelo governo distrital e se aplica para famílias que “não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragiliza a manutenção do cidadão e sua família.” Ou seja, não foi um plano desenvolvido em função estrita da pandemia ou da perda de renda dos catadores, mas sim um

programa que já existia anteriormente e foi somente aplicado novamente sem levar em consideração as agruras que o momento ocasionou para estes trabalhadores. Outro aspecto preocupante destas notícias são as datas: a primeira foi publicada em 26/05/2020 e a segunda em 09/09/2020. Levando em consideração que medidas de isolamento foram adotadas desde 19/03/2020 no Distrito Federal, ter o primeiro pagamento da parcela do auxílio calamidade somente no final de maio corrobora como não houve urgência por parte do poder público distrital para com a classe de catadores de materiais recicláveis. Já a reportagem datada em 09 de setembro de 2020 indica que “Neste mês, 36 famílias vão receber a primeira parcela do benefício; Outras 241 famílias vão receber a segunda parcela, e 879 famílias vão receber a terceira parcela, totalizando R\$ 1.224 das três parcelas de R\$ 408.” (DISTRITO FEDERAL, 2020). Isto é, até setembro havia famílias de catadores que ainda não tinham recebido nenhuma das parcelas do auxílio calamidade. Tais dados acerca da demora para concretizar este programa que, em tese, deveria demandar urgência, juntamente com a falta de medidas oficiais do GDF para com os catadores, visualizado por pouquíssimas informações nos canais oficiais de comunicação, reverberam a negligência das instituições distritais para com tais trabalhadores que são, vale lembrar, oficialmente vinculados ao SLU.

Com isso, parto agora para entrevistas por telefone realizadas junto com antigos interlocutores que já conhecia antes do isolamento social, além de uma nova catadora que trabalha na Centcoop que colaborou com algumas conversas. Estes contatos são outra fonte que foram importantes para mapear a situação dos catadores durante a pandemia e a inércia do GDF diante deste quadro de vulnerabilidade social.

Conversas telefônicas com interlocutores da pesquisa

O segundo método importante para manter a pesquisa etnográfica durante o período de isolamento social foi a realização de algumas ligações para antigos e novos interlocutores importantes para a pesquisa. Aqui, mencionarei quatro destas ligações que fiz com representantes da classe de catadores em ordem cronológica. Além destas, também realizei telefonemas com servidoras do SLU, mas estas já foram abordadas no capítulo 1.

A primeira ligação foi efetuada no dia 03 de abril de 2020 com Carla, da qual já me referi anteriormente como uma antiga interlocutora da qual já tinha conhecido presencialmente durante a realização do meu trabalho de campo. Pela data da ligação é possível visualizar que o período de isolamento social tinha se iniciado há pouco tempo, mas mesmo assim já era possível verificar algumas das dificuldades passadas pelos catadores

diante deste período de exceção. Logo no início, Carla expõe uma triste realidade acerca da situação de vulnerabilidade passada por conta da suspensão do trabalho presencial nos galpões: “É um impacto muito grande, a gente sobrevive da catação, aí ter que se isolar. É o povo ficar no isolamento ou na fome” (Entrevista por ligação telefônica realizada em 03/04/2020).

Mesmo com esta situação adversa, Carla menciona que boa parte dos catadores entenderam a necessidade de paralisar suas atividades levando em consideração o perigo em se expor ao Coronavírus. Ela menciona, inclusive, que antes mesmo das publicações oficiais de medidas de isolamento, algumas cooperativas já tinham percebido que a suspensão das suas atividades seria necessária para frear a alta taxa de contágio causada pelo vírus: “Elas (as cooperativas) já estavam esperando alguma coisa que ia acontecer relacionado a isso por conta desses últimos acontecimentos”. Entretanto, Carla confirmou que, na rede de cooperativas vinculadas a Centcoop, duas mantiveram suas atividades de forma clandestina pois não estavam alojadas em galpões do SLU e por isso poderiam se dirigir ao espaço de trabalho sem que ele estivesse trancado. Relembro aqui que os galpões cedidos ou alugados pelo SLU onde eram as sedes de várias cooperativas foram fechados logo no início da quarentena em Brasília.

Já com o isolamento consolidado e as atividades das cooperativas suspensas, foi então necessário tomar atitudes para suprir as necessidades financeiras dos catadores. Carla me informa que houve duas frentes na busca de apoio: (1) junto ao poder público e (2) por meio de parcerias com ONGs e outras instituições do terceiro setor. Aqui, tratarei principalmente do primeiro aspecto por ser o foco da minha pesquisa. Neste sentido, Carla indica que o GDF teve uma atuação bastante lenta, principalmente quando se leva em consideração a urgência exigida com a queda de renda brusca que os catadores tiveram

A gente vai se isolar, tá todo mundo fechado sem trabalhar e agora vamos atrás da garantia de renda. E a garantia de renda partiu de um processo de negociação junto com a Casa Civil né, com a Secretaria de Relações Institucionais, com o secretário Vitor Paulo. E qual seria as medidas adotadas em Brasília para suprir as necessidades dos catadores e de suas famílias isoladas em casa. E até hoje eles me pressionaram semana passada inteira e atrasada inteira para enviar uma lista por catador, com cooperativas contratadas, cooperativas que contratam para ele ver o que o Governo poderia adotar para esse público. Acontece que demoraram muito, demoraram mais de uma semana para responder, responderem no início dessa semana dizendo que iam passar o auxílio 408, que é um auxílio de vulnerabilidade social, mais uma cesta básica que também faz parte da política social. Então, resumindo assim não teve nenhuma medida emergencial para catador, apenas prometeram uma coisa que já existia, uma política já existente e está cumprindo o mesmo trâmite antes desta questão do vírus, porque esse recurso ele existe, mas não tem a pressa que o período exige. Então até hoje não responderam quando liberar, se

vai liberar, quem vai receber, quem não vai receber, não apresentaram nenhum relatório e nenhum cronograma para atender os catadores. (Entrevista por ligação telefônica realizada em 03/04/2020).

Além desta política do auxílio calamidade de R\$ 408,00 (já mencionado anteriormente por meio das notícias levantadas com órgãos oficiais) e também da cesta básica emergencial, o GDF também iniciou a proposta de um cartão pré-pago exclusivo para os catadores, mas logo o governo descontinuou essa ideia. Carla menciona ainda duas outras propostas iniciadas pelo GDF mediante pressão dos catadores: (1) a primeira delas tratava de repassar o valor do pagamento que o SLU realiza mensalmente com base no trabalho dos catadores no galpão, já que este valor estava reservado no orçamento anual da autarquia; e (2) oferecimento de empréstimos com juros baixos pelo BRB (Banco de Brasília). Entretanto, ambas iniciativas ainda não tinham sido decididas se seriam mesmo adotadas no dia dessa primeira ligação.

Por fim, gostaria de ressaltar que, segundo Carla, mesmo que a suspensão das atividades dos catadores nos galpões estava extremamente recente, o GDF já tinha planos de retomar as atividades por meio da adoção de um uso mais criterioso de EPIs. Todavia, minha entrevistada indica como esta ação não era bem vista pelos olhos dos catadores visto que estes tinham medo de se colocarem a condições de exposição excessiva ao Coronavírus, até porque eles precisavam ter contato direto com muitos materiais descartados por diversos moradores do Distrito Federal. A percepção dos catadores era de que seria necessário o governo tomar medidas para transferência de renda mais efetivas ao invés de se preocuparem em retomar as atividades das cooperativas tão cedo.

Antes de passar para a próxima entrevista que realizei, resalto que Carla aponta a importância do movimento nacional de catadores e de organizações do terceiro setor para suprir as necessidades básicas dos catadores, já que as iniciativas do GDF não lidavam com a celeridade exigida pela situação:

Na primeira semana de isolamento, a gente [Centcoop] iniciou, como no caso do Brasil todo, campanhas solidárias, apelando mesmo para sociedade, para estarem doando alimentos, cestas ou recursos para essas doações chegarem nas casas dos catadores, principalmente no caso de grupos de risco, que são em torno de 300 catadores (...). A gente começou a campanha dia 27 (de março) e já conseguimos arrecadar na conta da central um pouco mais de R\$ 7.000,00 e nossa meta é arrecadar R\$ 17.000,00 porque é o valor que a gente orçou para cada cesta básica da rede e incluindo também os alvos. Também conseguimos 50 cestas básicas doadas já.

(...) Está existindo uma unicidade dos movimentos com a ONG porque todo mundo tá querendo fazer sua parte em relação a essa questão do vírus. E eles estão focando muito no público de risco e que não tem política inclusivas, como catadores, população de rua, os idosos. Então a nossa reaproximação com algumas ONGs partiu das próprias ONGs, somente com a Cáritas que a própria centcoop correu

atrás para se aproximar. E foi bem tranquilo, não teve nenhuma cobrança. (...) Agora o momento é de unir forças para garantir que os catadores passem por esse momento com menor problema possível.

(...) O Distrito Federal foi o primeiro a iniciar, pelo que acompanhei, algum tipo de medida, mas até hoje o catador do DF não foi atendido. Não teve uma resposta positiva e concreta (...). O que tá quebrando o galho do catador é as articulações independentes que cada está fazendo, são os projetos da logística reversa que eles também estão atendendo, como a ANCAT. Coisa que não esperávamos, porque o que a gente esperava era que as medidas partissem do Estado. (Entrevista por ligação telefônica realizada em 03/04/2020).

Embora a análise da minha pesquisa tenha como foco o GDF, penso que seja interessante apontar este enxerto da entrevista pois ele demonstra a falta de colaboração que órgãos governamentais tiveram com os catadores. Neste sentido, ao invés de ser o governo um importante na busca por colaborar com este momento difícil para os catadores, ele na verdade não ajudou tanto quando comparado com outras redes de solidariedade construídas por fora dos órgãos da administração pública.

Dito isto, passo para minha segunda ligação que foi realizada com a Luana, uma nova interlocutora que até então não tinha conversado anteriormente. Ela iniciou na catação em 2017 porque sua cunhada já trabalhava com resíduos sólidos e daí a chamou para participar da cooperativa Reciclando o DF. Com pouco tempo na cooperativa ela compôs a área administrativa no cargo de diretora-assistente e, com isso, conheceu a Carla que a convidou para colaborar com a Centcoop. Dada essa pequena introdução, posso avançar com o conteúdo da ligação em si.

Inicialmente, Luana chamou especial atenção para a situação que as cooperativas de cerrado vivenciaram durante a pandemia. Estas cooperativas são caracterizadas por não terem contrato formal com o SLU e, por isso, não contam com as garantias formais que a autarquia pode oferecer para os catadores de. Por exemplo, as cooperativas de cerrado precisam pagar aluguel pelos galpões que ocupam já que eles não são cedidos pelo SLU. Desse modo, as cooperativas de cerrado passam por uma realidade ainda mais precária comparada a situação daquelas que têm contratos formais com o SLU. Luana menciona a situação extremamente complicada que sua cooperativa original, que é de cerrado, passa durante o isolamento social:

Hoje a cooperativa está sem galpão, eu digo sem galpão porque a gente está trabalhando junto com outras duas cooperativas, e é bem precário: não tem teto, não tem uma tenda porque nós não temos dinheiro para comprar e improvisamos uma. Então é isso, a gente vai sobrevivendo do jeito que dar. (Entrevista por ligação telefônica realizada em 28/04/2020).

Por não terem relações formais com o SLU, inicialmente imaginei que as cooperativas de cerrado poderiam estar recorrendo ao trabalho clandestino de modo a suprir as rendas dos seus catadores. Ao questionar Luana sobre isso, ela ressaltou que a maioria das cooperativas de cerrado optaram por continuar com suas atividades paralisadas pelo receio da propagação do vírus internamente entre os catadores, mas que algumas poucas tiveram suas atividades retomadas: “As cooperativas contratadas não estão mais recebendo porque a coleta seletiva parou, mas algumas poucas cooperativas de cerrado continuam trabalhando mesmo com o medo da pandemia” (Entrevista por ligação telefônica realizada em 28/04/2020). Estas dificuldades passadas por cooperativas de cerrado, que foram agravadas durante a pandemia, já eram mapeadas por parte dos catadores do DF e já tinham sido levadas para algumas esferas do poder público, como no caso do SLU. A principal reivindicação era que o SLU contratasse estas cooperativas como já tinha sido feito com outras, mas o órgão indicava que assim não faria porque elas não estavam regulamentadas antes do fechamento do Lixão da Estrutural. Segundo o trabalho já referenciado de Dytz (2017), o órgão demandava que as cooperativas contratadas por ele deveriam já ter atividades regulamentadas antes que o Lixão fosse efetivamente fechado.

Ainda durante a ligação com Luana busquei entender se as informações passadas por Carla já tinham sofrido alguma novidade. Neste sentido, averigui novidades sobre o auxílio calamidade de R\$ 408,00 e o adiantamento do pagamento que o SLU tinha proposto diante da contestação levantada pelas cooperativas da falta de iniciativas voltadas exclusivamente para catadores durante o fechamento dos galpões e suspensão da coleta seletiva. Neste sentido, Luana me informou os seguintes fatos:

Luana: O SLU quer dar um adiantamento [do pagamento] para as cooperativas. Aí esse adiantamento a gente teria que pagar do jeito que a gente quisesse. Eles falaram que poderia ser pago em até 8 vezes depois. Pediram o valor que seria para a cooperativa, para o INSS para pagar o administrativo e depois seria pago esse valor para o SLU parcelado. Eles estavam finalizando o ofício e encaminharam para as cooperativas há aproximadamente 5 dias.

Samuel: E além dessa medida, o SLU não fez nenhuma outra ação para colaborar com as cooperativas?

Luana: Nenhuma.

[...] Luana: tem o auxílio [de calamidade] entre SEDES e Casa Civil só que isto está totalmente parado. Uma servidora da SEDES pediu várias listas com nomes das cooperativa e a relação dos catadores de cada uma delas e que quem estava muito a frente dessas listas era a Carla, a OCDF e um outro servidor do GDF. Só que quando essas listas foram enviadas para começarem a chamar as cooperativas, tinha muita coisa incorreta, muitos nomes errados e não estava todos os catadores. Então só foi chamada alguma cooperativas e mesmo assim ficou faltando muita gente dessas cooperativas. Aí esta servidora da SEDES falou que ia arrumar e ainda está nesse processo ainda. A gente está pedindo para ela, chamando atenção, ligando, só que a gente não tá tendo retorno do governo sobre isso e estamos no aguardo ainda.

Samuel: E estas listas que foram incompletas, foi um problema interno das cooperativas?

Luana: Não, essa eu garanto que foi problema do governo. A Carla fez todas e mandou tudo certo para a SEDES. (Entrevista por ligação telefônica realizada em 03/04/2020).

Ou seja, o que Luana me informa basicamente não traz novas nuances ao que tinha conversado anteriormente com a Carla: as autarquias do Distrito Federal ainda estavam bastante incipientes na tomada de medidas para auxiliar os catadores durante a suspensão de suas atividades. Além disso, Luana ainda coloca como, mesmo com as listas certas, o auxílio calamidade não é certeza que seria disponibilizado para todos os catadores. Infelizmente, esta conjuntura colocava grande parte dos catadores em situações adversas, como insegurança alimentar. Luana indicou a importância das doações de cestas básicas protagonizadas principalmente por ONGs e igrejas, mas indica que estas iniciativas não conseguem suprir todas as necessidades dos catadores, sendo importante a atuação da esfera pública principalmente por meio de programas de transferência de renda.

A terceira ligação que realizei novamente com Luana para conversar sobre a situação dos catadores durante a pandemia foi realizada em 23 de junho de 2020 e, por conta da maior janela de tempo, alguns aspectos já tinham sido alterados em comparação a ligação de final de abril: grande parte dos catadores tinham recebido a primeira parcela do auxílio calamidade de R\$408,00, mas ainda faltava uma pequena porcentagem ter acesso a este benefício. Novamente, Luana me informou que o problema para o caso destes catadores não terem recebido o auxílio seria em função de problemas das listas que eram enviadas à SEDES, mas ela me confirma que as listas não estavam com erros e que tinham sido revisadas várias vezes para evitar problemas como esses.

Mesmo com o auxílio que já começava a dar certo, Luana me informa uma mudança na posição dos cooperados sobre continuarem paralisados por causa do coronavírus:

Luana: Hoje a luta está sendo para voltar a funcionar a cooperativa. Inclusive as cooperativas já fizeram um documento com adequações e mudanças para estarem funcionando. A cooperativa sempre usaram uniforme e EPIs, mas os fiscalizadores querem algo a mais, no caso o álcool em gel. Ou ter também uma pia para lavar a mão. Algumas cooperativas inclusive já iniciaram o processo para voltar e já foram marcadas vistorias no galpão.

Samuel: Certo. E essa vistoria será feita pelo Governo mesmo?

Luana: Sim. Eu acho que é pela ANVISA ou pela vigilância sanitária. Alguma coisa assim. Mas aí depende da cooperativa se quer voltar ou não. E aí é preciso enviar a proposta para o SLU. A maioria que tem contratos desejaram, foram poucas que não enviaram. (Entrevista por ligação telefônica realizada em 23/06/2020).

Por conta dessa vontade de alguns catadores voltarem ao trabalho presencial nos galpões, fiquei interessado em saber como estava o panorama de catadores infectados com a Covid-19. Segundo Luana, muitos não foram infectados e a maioria que foi não teve graves problemas de saúde. Ao me falar isso, perguntei a Luana se havia alguma razão que ela identificava para este desejo de voltar a trabalhar presencialmente nos galpões posto que, embora nenhum catador tenha tido problemas fatais com a Covid-19, a pandemia ainda era (e continua sendo até o momento atual) uma realidade trágica no período que a conversa foi realizada. Luana então me informa que isso se deu principalmente por conta da falta de atitude do GDF em realizar os pagamentos do auxílio calamidade de R\$ 408,00 e de adiantar os pagamentos que o SLU tinha cogitado fazer. Neste sentido, coloco uma transcrição que mostra a lentidão dos repasses dos benefícios para os catadores a fim de visualizar o porquê os catadores estariam interessados em voltar ao trabalho presencial:

Luana: A primeira parcela para todos os catadores foi mais para o final de maio.

Samuel: E a segunda parcela já tem alguma previsão?

Luana: Ainda não, eles falam que o principal problema é aguardar o financeiro da SEDES. A previsão que eles dão é tipo ‘na próxima semana a gente vai adiantar o pagamento para alguns catadores, não são todos’. Então a gente fica a mercê disso, [...] Samuel: uma coisa que vocês tinham me falado era do adiantamento do pagamento pelo SLU já que este dinheiro já estava destinado para o SLU desde o início do ano. Você tem alguma novidade sobre como está esse adiantamento?

Luana: Então, a gente teve uma reunião com o SLU e a proposta deles era pegar um adiantamento para depois devolver parcelado. E aí as cooperativas que tiveram interesse mandaram para o SLU mas isso ainda está em processo. E o que aconteceu foi que o SLU mudou de presidente e acabou que demorou tanto esse processo de adiantamento dos pagamentos que as cooperativas agora estão mais interessadas em voltar para os galpões. (Entrevista por ligação telefônica realizada em 23/06/2020).

Neste momento já é possível entender um ponto importante para a argumentação proposta neste capítulo e que será aprofundada logo mais a frente: os catadores perceberam que precisariam se colocar em uma situação de risco ao voltarem a desenvolver suas atividades presenciais principalmente por questão da lentidão do governo em tomar medidas efetivas em prol das suas necessidades básicas. De acordo com Luana, existiam outros motivos desse desejo para voltar ao trabalho de triagem, como o fato de que os catadores têm uma consciência ambiental em relação aos resíduos que foram aterrados durante o período da suspensão da coleta seletiva ao invés de terem passado pelo processo de triagem e, posteriormente, reciclagem. Entretanto, não me aprofundei neste aspecto por não ser o ponto central do meu estudo.

Luana também mencionou sobre as campanhas para angariar fundos junto da sociedade civil e com organizações do terceiro setor. Ela indicou que já tinham tido duas

destas campanhas e que a segunda teve mais adesão do que a primeira. Tais campanhas utilizavam principalmente as redes sociais e aplicativos de mensagem, como WhatsApp, para divulgar a iniciativa de conseguir doações para os catadores.

Outro aspecto levantado durante esta conversa foi sobre a logística de EPIs e higienização que teria que ser adotada caso as cooperativas realmente voltassem a operar nos galpões. Luana me informa que o SLU indicou alguns desses requisitos e ainda indicaram que os custos frente a compra destes EPIs e instalação de materiais de higiene no galpão seriam todos arcados pelas cooperativas:

Luana: [As medidas de higiene aplicadas a cooperativas] são as mesmas adaptações de uma loja. E EPIs a gente já usava né, teria que só reforçar com aquelas telas [Face shield] ou com óculos. Outra necessidade é as pias que já existem nos galpões, então a gente só vai precisar comprar suporte de álcool em gel.

Samuel: uma dúvida que fiquei é porque todas essas adaptações geram muitos custos ná? São as cooperativas ou o Governo que vai arcar com esses custos?

Luana: São as cooperativas que estão arcando [...]. As cooperativas sempre demonstraram que são custos bem altos, só que elas estão correndo atrás porque o foco dessas cooperativas é mesmo voltar a trabalhar. Normalmente, essas cooperativas estão pegando das suas poupanças. [...] O SLU conversou sobre todos estes custos só que, como é a cooperativa que está querendo voltar, são elas que precisam arcar com estes custos. (Entrevista por ligação telefônica realizada em 23/06/2020).

É possível identificar, mais uma vez, como instâncias governamentais do Distrito Federal não estavam ativamente colaborando com as cooperativas. Nesta ligação realizada em junho fica visível como problemas desde o começo da pandemia, como no caso do auxílio calamidade de R\$ 408,00, ainda se mantêm. Entretanto, o fato do SLU ainda exigir que as cooperativas custeiem integralmente com os custos das novas regras causadas pela pandemia só intensifica ainda mais a percepção da grande falta de colaboração que o GDF teve com os cooperados de materiais recicláveis. Como demonstrado, os custos para estas novas regras de higiene são relativamente altos e causam um efeito muito grande na poupança de grande parte das cooperativas.

Por fim, realizei minha última conversa por ligação telefônica com Luana em novembro. Nesta chamada, conversamos muito sobre a mudança das cooperativas para a nova área de galpões que reúnem grande parte das cooperativas em um só local, o Complexo de Reciclagem do Distrito Federal. Tratarei desta temática mais a fundo logo a frente e por isso agora não entrarei em detalhes. Entretanto, ainda durante este telefonema perguntei a Luana sobre os apoios do GDF ao qual tínhamos conversado anteriormente no qual ela me respondeu que até aquela data ainda tinha catadores que não tinham recebido nenhuma das

parcelas do auxílio calamidade de R\$ 408,00. Como justificativa para este atraso que vinha se arrastando desde abril, a SEDES informou que existia problemas na lista onde consta os dados dos catadores que devem receber o auxílio. Entretanto, a Secretaria não dá detalhes de quais são estes erros e Luana reiterou, novamente, como a lista já foi diversas vezes revisada e colocada nas regras exigidas pela autarquia. Além disso, Luana me informou que o SLU descartou, sem nenhuma justificativa específica, a iniciativa de adiantar a parcela do pagamento para as cooperativas mesmo que elas não estivessem trabalhando nos galpões por ocasião do distanciamento social.

Com estas conversas telefônicas realizadas por conta do isolamento social, encaro que consegui mapear as iniciativas do GDF em relação a vulnerabilidade dos catadores advinda com a suspensão do trabalho de coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis. Neste momento da pesquisa etnográfica sem contato social, minha intenção era dar um enfoque maior aos catadores já que eles sempre foram o elo mais fraco em relação ao GDF e também a parte ao qual mais me aproximei durante a pesquisa. Com estas conversas, indico como o GDF não teve rapidez e compromisso em tomar medidas práticas e assertivas para diminuir as problemáticas que a pandemia ocasionou para os catadores. Isto fica evidente na demora e no não pagamento do auxílio calamidade de R\$ 408,00; na recusa em desenvolver um auxílio específico para catadores levando em consideração o fato de que estes colaboram intensamente com o GDF no que tange a se alinhar com medidas ambientalmente responsáveis; nas propostas de projetos que repassariam renda para os catadores, mas que foram cancelados; e na prática de repassar as cooperativas, que sempre têm dificuldades financeiras, a obrigação de arcar com custos de EPIs e adaptações físicas nos galpões por ocasião das exigências de higienização. Tal falta de atenção fez com que os catadores passassem por diversas dificuldades, sendo necessário se apoiar em redes de solidariedade e doações para suprir o básico das suas subsistências e mesmo se arriscarem em trabalhar clandestinamente durante o período de maior recrudescimento da pandemia. Tais questões ainda serão retomadas neste capítulo com luz de pensadores importantes para minha argumentação. Por enquanto, volto para a etnografia e trato das outras atividades que desenvolvi durante o isolamento social.

Lives: ascensão na pandemia e etnografia digital

Durante o período de isolamento social, um dos recursos mais utilizados para simular interações reais foram as lives. Dos mais diversos assuntos e finalidades, tivemos a utilização

de tal tecnologia de transmissão simultânea com possibilidade de interação entre os participantes como meio de contornar as restrições colocadas em ocasião da pandemia de Covid-19. Por conta disso, achei interessante também assistir a algumas lives com participação de catadores do Distrito Federal de forma a complementar as metodologias de pesquisa durante a quarentena.

Ressalto que há uma grande variedade de *lives* disponíveis que poderiam compor minha argumentação aqui desenvolvida. Entretanto, gostaria de chamar atenção para duas destas transmissões por elas serem compostas por representantes do Governo do Distrito Federal e dos catadores de materiais recicláveis. Muitas outras lives aconteceram durante a pandemia que colocavam em pauta debates sobre a situação precária dos catadores durante a crise sanitária, mas estas não envolviam diretamente servidores vinculados ao GDF. Com esta explicação do porquê necessariamente serão analisadas estas duas transmissões, parto então para apresentar cada uma delas.

A primeira é a live “Seminário virtual - Coleta seletiva no DF em tempos de pandemia” realizada em 24 de setembro de 2020. Esta transmissão, como o próprio nome já diz, tratou de um seminário organizado pelo SLU para debater junto a três convidados sobre os desafios da realização da coleta seletiva durante a pandemia. Como já coloquei anteriormente, a coleta seletiva foi suspensa pelo GDF logo no início da pandemia, sendo retomada aos poucos em determinadas RAs a partir do mês de junho. Então, o seminário abordou como a coleta seletiva foi retomada e quais formas os moradores poderiam colaborar para não gerar grandes riscos de contaminações aos catadores. Neste sentido, o SLU convidou Sérgio Bueno da Fonseca (Presidente do Conselho Comunitário da Asa Norte), Andrea Portugal (Diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e servidora do SLU) e a já referida Aline Sousa da Silva. Observando os convidados, já é possível identificar como o SLU estava interessado em sujeitos que representassem a sociedade civil, os catadores de materiais recicláveis e a própria autarquia. Agora, em relação ao conteúdo da transmissão, o foco principal foi explicar como se dava a coleta seletiva durante a pandemia. Aqui, é chamada bastante atenção para as adaptações que cooperativas adotaram: inicialmente, a construção de um plano de prevenção e segurança, aprovado pela ANVISA e pelo SLU, que discriminava o uso redobrado de EPIs, a proibição do trabalho de catadores do grupo de risco e a quarentena dos resíduos. Este último tópico, exclusivo para cooperativas que recebem resíduos de empresas parceiras do SLU, consiste na necessidade de deixar o material parado por 48 horas no galpão antes dele ser triado. Outro aspecto importante da live foi a importância que a população tem para facilitar o trabalho de triagem dos catadores e,

para conscientizá-la, tanto o SLU quanto as cooperativas estavam adotando algumas iniciativas educacionais de modo a gerar maior engajamento no cuidado dos resíduos descartados. Por fim, cabe ressaltar que a live não aborda diretamente a condição precária a qual grande parte dos catadores se encontraram pela suspensão da coleta seletiva durante a pandemia. Em alguns momentos, e com maior protagonismo da Aline, esse ponto é levantado até como argumento para conscientizar a audiência a respeitar os requisitos de separação de resíduos orgânicos dos secos. Entretanto, este assunto é muito periférico na transmissão e por isso é mencionado em poucos momentos.

Agora, abordo a segunda live que acompanhei: a transmissão da inauguração do Complexo de Reciclagem do Distrito Federal na data de 02 de dezembro de 2020. A respeito deste Completo, explicarei com mais calma no próximo tópico deste capítulo, sendo necessário entender por agora que consiste em um novo espaço para os catadores desenvolverem seu trabalho. O projeto do Complexo existe desde o fechamento do Lixão da Estrutural, mas foi se concretizar somente no final de 2020. Esta *live*, transmitida por meio das mídias sociais do SLU, consiste na cerimônia de solenidade de inauguração do Complexo. Nela, tivemos falas de pessoas chaves para a construção deste Complexo: Aline Sousa da Silva (Diretora Presidente da Rede da Central de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal), Silvano Alves da Silva (advogado e catador), Renan da Mata (Superintendente do Patrimônio da União), Pedro Bruno Barro de Sousa (Superintendente de Área do Governo do BNDES), Sarney Filho (Secretário do Meio-Ambiente), Bia Kicis (Deputada Federal), Flávia Arruda (Deputada Federal) e Ibanéis Rocha (Governador do Distrito Federal). Muitas destas falas foram feitas no sentido de reiterar a importância da atuação das esferas do poder público para a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis, sendo a entrega deste Complexo de Reciclagem um grande exemplo desta atuação. Todavia, em alguns momentos é colocado como o Governo do Distrito Federal também empreendeu ações de descasos para estes trabalhadores: a Deputada Federal Flávia Arruda aponta a situação de extrema precariedade vivida pelos catadores no Lixão da Estrutural e o Governador Ibaneis Rocha coloca a inclusão inadequada de catadores depois do fechamento do Lixão. Embora estas falas com um certo tom mais crítico tenham sido feitas, grande parte de toda a live é focada em vangloriar a atuação do GDF como uma instituição comprometida com os catadores que são submetidos a condições que necessitam da intervenção pública.

O que gostaria de pontuar nesta seção é como estas lives não abordavam basicamente nada sobre a situação precária que os catadores se encontraram nos meses de maior

recrudescimento do isolamento social. Diferentes de outras transmissões⁸ que tinham como compromisso abordar estas dificuldades até mesmo para angariar doações que suprissem as necessidades básicas destes trabalhadores, estas duas lives desenvolvidas por autarquias do GDF se encaixam muito mais em um aspecto propagandístico de um Estado benfeitor do que colocar em pauta a dura realidade dos catadores. Ao mesmo tempo em que o GDF apontava a sua atuação para a realização da coleta seletiva comprometida com a saúde dos catadores ou na sua iniciativa de construir um Complexo referência em triagem de material reciclável, ele também não tomava medidas rápidas e eficazes para colaborar com a perda de renda que estes trabalhadores tiveram como já foi demonstrado mais acima.

Deixando a casa em tempos pandêmicos

O último momento que gostaria de ressaltar durante a pesquisa etnográfica no contexto de isolamento social da pandemia consiste na minha visita ao Complexo de Reciclagem do Distrito Federal no dia 11 de dezembro de 2020. Percebi que esta incursão presencial era necessária para conseguir documentar o novo espaço em que grande parte dos catadores do DF realizavam seu trabalho de modo a entender os efeitos que este Complexo teve para os trabalhadores. Antes disso, combinei com Luana, a minha principal interlocutora de chamadas telefônicas, um momento que pudesse visitar o local prezando pela minha segurança assim como a dos catadores. Assim, inicialmente demonstrarei a dinâmica do Complexo e logo depois apontarei alguns pontos que alguns catadores, tanto da esteira quanto do administrativo, me confessaram durante minha presença neste espaço.

O Complexo de Reciclagem do Distrito Federal foi um projeto desenvolvido desde o fechamento do Lixão da Estrutural como uma medida que deveria ser tomada visando a inclusão adequada dos catadores para um espaço apropriado de trabalho. Desde este período, instâncias que seriam chave para a construção do Complexo já estavam envolvidas no projeto, como o caso do BNDES que disponibilizou a verba necessária para sua construção. Até mesmo o projeto arquitetônico do Complexo já havia sido realizado nestes anos de fechamento do Lixão. O lugar é composto por três construções: dois galpões para triagem e prensa (imagem 1) e um centro de comercialização que repassa os materiais para a indústria (imagem 2). Neste centro de comercialização também se localiza a nova sede da Centcoop.

⁸ As *lives* promovidas pela ANCAT (Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis) entram como exemplos de transmissões focadas em tratar da situação dos catadores durante a pandemia. Algumas delas tiveram a participação da Aline e da Andrea Portugal.



Imagem 7: galpão 2 do Complexo de Reciclagem do Distrito Federal. O galpão 1 é idêntico a este. Imagem original captada em 11/12/2020.



Imagem 8: Centro de comercialização do Complexo. Este é o último estágio dos materiais antes de serem enviados para a indústria. Imagem original captada em 11/12/2020.

O trabalho de cada cooperativa acontece em dois turnos: 08:00-15:00 e 15:00-21:00. Além disso, o SLU também disponibiliza um cronograma próprio para despejo dos materiais nas docas para a triagem. Estas docas ficam do lado de fora de cada galpão, onde já são posicionados alguns catadores para realizarem uma triagem prévia antes dos resíduos entrarem nos galpões em si (imagem 3). Quando já estão dentro dos galpões, os resíduos passam por uma esteira no andar superior para serem separados pelos catadores que ali estão posicionados. Os materiais que podem ser reciclados, são jogados em Bags que se localizam logo abaixo da esteira. Cada material tem sua própria bag e, por isso, cada catador também sabe que material irá catar e para qual bag ele será destinado (imagem 4). Já os resíduos que não foram selecionados para serem prensados são direcionados para containers que depois são colhidos pelo SLU ou por empresas parceiras para serem transportados para o aterro sanitário (imagem 5).



Imagem 9: catadores na parte de trás dos galpões já realizando uma triagem prévia. Daí os resíduos entram no galpão pela esteira verde registrada no lado direito da foto. Imagem original captada em 11/12/2020.



Imagem 10: galpão visto por dentro. No andar superior é onde ficam as esteiras que passam os materiais para serem separados pelos catadores e no andar inferior é possível ver os bags nos quais são jogados estes materiais.

Imagem original captada em 11/12/2020.



Imagem 11: containers onde são dispensados resíduos para serem aterrados posteriormente. Imagem original captada em 11/12/2020.

Depois de serem triados, os materiais precisam ser prensados. Neste caso, a própria cooperativa pode fazer o processo de prensar ou ela pode deslocar os materiais sem estarem prensados para o centro de comercialização. Neste centro, são tomadas as últimas ações para organizar os resíduos antes de vendê-los para a indústria. Com base em observações, esta organização não é muito diferente do que já acontecia nos antigos galpões das cooperativas, mas é bem verdade que a nova estrutura do complexo facilita o trabalho dos catadores, principalmente no que diz respeito aos novos equipamentos.

Mesmo com estas melhorias, o Complexo ainda conta com vários problemas que afetam o trabalho cotidiano dos catadores. Em conversas durante minha visita, vários mencionaram o fato de ainda faltar alguns equipamentos, como um caminhão específico chamado de pá que facilita a locomoção dos materiais para o local adequado. Além disso, foi reportado como o galpão ainda tem problemas estruturais: esteiras que tiveram problema e

pararam de funcionar, luzes que queimaram e projeto arquitetônico mal desenvolvido. Neste último caso, Luana ressalta

Este projeto começou em 2013 e foi construído com todo mundo, inclusive os catadores. Mas isso era para antigamente, igual o centro de comercialização, não tá previsto prensa para ela, tá previsto só para estocar o material das cooperativas e mandar para indústria. (...) A centcoop participou do projeto arquitetônico, mas foi para antigamente, como é que seria, mas hoje a realidade é outra. Esse projeto foi executado aqui hoje sem modificações com o de 2013. (Entrevista realizada no Complexo de Reciclagem do Distrito Federal em 11/12/2020).

Para ser mais nítido, Luana relatou um exemplo específico em que a falta de revisão do projeto feito em 2013 ocasionou problemas para os catadores. Neste caso, se trata de uma esteira que foi mal projetada e, por isso, precisou-se adaptar a estrutura do galpão para não gerar mais problemas:

Samuel: essa seria a esteira em que os rejeitos seriam descartados para cair no container?

Luana: Era para ser essa, só que a gente adaptou porque a estrutura seria para o rejeito cair aqui junto dos containers. Só que imagine o vento que vai vim lá em cima voando? E já voa, é porque hoje teve limpeza na grama se não você veria tudo sujo. Aí tem que tá limpando diariamente. Aí a gente adaptou a esteira, teve que quebrar ela bem ali para cair ali, porque se fosse pelo projeto original, ia voar. (Entrevista realizada no Complexo de Reciclagem do Distrito Federal em 11/12/2020).

No caso destes problemas, Luana salientou que existem constantes conversas com a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), a NovaCap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital) e o CIISC (Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal, já referido no capítulo 1). Mesmo assim, ainda existe lentidão para solucionar rapidamente estas questões. Outro ponto colocado por Luana são as ajudas por meio de emendas parlamentares, como no caso das Deputadas Federais Bia Kicis e Flávia Arruda. Estes repasses são utilizados principalmente para o incremento destes equipamentos que estão em falta ou que sofreram alguma avaria.

Ao término desta seção, foi possível observar com mais detalhes os modos que encontrei para dar continuidade com a pesquisa etnográfica durante a quarentena. Foram momentos difíceis principalmente para os catadores que, da noite para o dia, tiveram sua fonte de renda suprimida. Por conta disso, retomo aquilo que já abordei na seção anterior em que aponte as questões que se envolviam com a Antropologia da Cibercultura: antes de se atentar demasiadamente as adaptações de métodos de pesquisa, os estudos etnográficos em contextos digitais podem colaborar de forma singular para entender as dinâmicas de poder que se dá

com o desenvolvimento tecnológico. Tal premissa fica ainda mais concreta com o isolamento social e a vulnerabilidade que este período gerou para os catadores, já que o digital foi um espaço importantíssimo para desenvolver as reivindicações junto ao GDF e a sociedade civil em busca de ações que combatessem a perda de renda que estes catadores tiveram, mesmo que o governo não tenha colaborado tão ativamente com estes trabalhadores. Alguns exemplos desses modos de ressignificar o meio digital podem ser vistos em grupos de WhatsApp com servidores de autarquias do DF, realização de campanhas para angariar cestas básicas para os catadores, transmissão de lives com os parceiros, entre outros meios.

Biopolítica, necropolítica e precariedade: entendendo a pandemia por uma ótica crítica

Até então, destaquei neste capítulo o debate sobre a metodologia do trabalho de campo realizado e também abordei as principais informações que produzi durante a pesquisa nos últimos meses de pandemia. Agora, cabe analisar tais dados produzidos em campo por meio de pensamentos que possibilitam entender a pandemia como um processo político pautado pelo desprezo a certas vidas. Para tanto, utilizarei principalmente das reflexões de Judith Butler, Achille Mbembe e Michel Foucault. Como ficará visível, toda esta argumentação funcionará como uma continuidade daquilo que já iniciei no primeiro capítulo com as categorias foucaultianas de poder disciplinar, biopolítica, norma, governo e governamentalidade. Aqui, entretanto, complemento o que já vinha iniciado por meio da apresentação e aprofundamento em novas categorias que se relacionam não somente na condução e fabricação de sujeitos conforme ações governamentais, mas também em entender como o poder pode desenvolver espaços que desprezam a vida de determinados grupos sociais.

Antes de esboçar sobre o que cada um desses pensadores refletem e relacioná-los com a realidade dos catadores durante a pandemia, cabe colocar a percepção de que a Covid-19, embora possa atingir qualquer pessoa do planeta que se infecte com o vírus, deve ser encarada como uma doença que atinge mais determinados sujeitos levando em consideração questões de desigualdade social. Por exemplo, alguns indivíduos *precisam* se colocar em situações de risco para terem o mínimo necessário para suas subsistências e de suas respectivas famílias enquanto outros podem se resguardar dentro de suas casas ao terem acesso a tecnologia que possibilita com que trabalhem remotamente (DAVIS e KLEIN, 2020). Essa realidade foi vista e muito debatida durante os últimos meses em relação aos trabalhadores de aplicativos de entrega que precisavam trabalhar por horas a fio em situações insalubres para ganharem

recursos financeiros que, em muitos casos, não chegavam ao valor de um salário mínimo. A própria ideia de ter uma casa adequada para adotar o isolamento social já não é uma realidade para muitas pessoas, como aquelas em situação de rua ou que vivem em pequeníssimos espaços. Adotar essa visão é importante para compreender as diferenças no modo como a pandemia é vivenciada a depender do local social que uma pessoa ocupa.

Por isso, é importante dialogar sobre a realidade dos meus interlocutores de pesquisa de forma a entender as singularidades da população de catadores do Distrito Federal. Os dados expostos na seção anterior funcionam para narrar isto, posto que por lá mostrei como essas adversidades advindas com a pandemia afetou muitíssimo os catadores nos últimos meses. Conforme foi visto, uma das minhas entrevistadas indicou que alguns catadores voltaram a trabalhar clandestinamente nos galpões para obterem recursos financeiros a fim de suprir as necessidades de suas famílias. Sendo que, ainda de acordo com minhas conversas, essa situação de trabalho clandestino só não foi pior por conta do auxílio emergencial do Governo Federal, das cestas básicas fornecidas por doações e porque os galpões têm fiscalização constante do SLU, dificultando assim atividades ilegais. Enfim, a defesa que faço neste momento é que a pandemia, embora tenha proporção global, atinge muito mais certos sujeitos (majoritariamente negros e pobres) (DAVIS e KLEIN, 2020), em distonância de outros que conseguem manter o isolamento social sem perdas consideráveis em sua qualidade de vida.

Com este adendo colocado, desejaria inicialmente voltar novamente ao pensamento foucaultiano conforme já desenvolvido *a priori* no capítulo 1. Neste caso, gostaria de adicionar algumas outras categorias pensadas pelo filósofo. Até então, teci principalmente acerca da ideia do poder que é voltado para a formatação da sujeitos conforme uma norma, sendo nesses casos o poder disciplinar e a biopolítica categorias chaves na compreensão deste fenômeno disciplinador e regulamentador. Mencionei rapidamente o caso do poder soberano que, diferente desses outros dois tipos, tinha como máxima o “deixar viver e fazer morrer”. Nestes contextos, o soberano detém o poder de matar seu súdito ou de deixá-lo vivo. Entretanto, preciso me aprofundar no conceito de racismo segundo Foucault (2005). No seu livro *Em defesa da sociedade*, ele determina que o racismo seria a prática em que a ideia não é propagar a vida por meio da administração do corpo da população, mas sim de disseminar a morte. Nesse caso, o racismo poderia ser visto como um corte na biopolítica, uma espécie de divisão que coloca de um lado aqueles que merecem viver sob as ações da biopolítica e do outro lado aqueles que deveriam morrer de modo a se colocarem em um polo de desumanização do sujeito. O que podemos perceber na concepção foucaultiana de racismo é

que este pode ser visto como um complemento ao biopoder, onde este último age como a administração de populações na perspectiva de fazê-la viver e o outro se relaciona a alguns sujeitos que estariam em outro grupo encarado como aqueles que podem morrer. Por isso mesmo, Foucault registra que o racismo como prática de Estado foi somente visto depois da aglutinação da biopolítica, sendo que antes disso a mobilização de práticas racistas ocorriam de outras formas.

Além disso, a aplicação do racismo é caracterizada por uma lógica em que ao matar o outro, eu estaria fortalecendo o meu recorte de sujeito que tenho direito a viver. Tal faculdade pode ser vista na seguinte passagem:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura. (FOUCAULT, 2005, p. 305).

No caso da percepção de racismo como prática estatal, Foucault toma atenção especial à experiência do nazismo pois este seria o Estado que mais aplicou práticas disciplinares, de biopoder e de racismo. Esclareço: ao mesmo tempo em que havia uma sociedade extremamente voltada para a disciplinarização corporal e focada na tomada do controle sobre o aspecto biológico da população, o nazismo também configurava um grande aparato voltado para a morte de sujeitos vistos como um outro e que eram uma ameaça ao povo germânico.

Seguindo esta lógica do pensamento foucaultiano que não é somente restrita a administração da vida mas também da morte, gostaria de trazer à tona Achille Mbembe (2016). Este intelectual utiliza bastante da categoria de biopolítica desenvolvida por Foucault, mas indica que, na contemporaneidade, ela já não basta para explicar o modo como o direito pela vida e pela morte são aplicadas. Diante disto, o autor retoma o período colonial de forma a debater de que modo o poder soberano foi exercido nestes espaços:

No fim, pouco importa que as tecnologias que culminaram no nazismo tenham sua origem na fazenda ou na colônia, ou que, pelo contrário – a tese foucaultiana – nazismo e stalinismo não tenham feito mais do que ampliar uma série de mecanismos que já existiam nas formações sociais e políticas da Europa ocidental (subjugação do corpo, regulamentações de saúde, darwinismo social, eugenia, teorias médico-legais sobre hereditariedade, degeneração e raça). Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim”. (MBEMBE, 2016, p. 132)

Mbembe traz esta perspectiva do terror como ponto fundante do colonialismo europeu para a realidade contemporânea por indicar casos de ocupações coloniais tardias. O principal exemplo desenvolvido pelo autor é o de Gaza que é submetida a fragmentação territorial, expansão de assentamentos, proibição de livre circulação, perda de fonte de renda da população, vigilância constante, bombardeios iminentes, dentre tantas outras características que Mbembe aponta. A concatenação destas características faz ser possível defender o ponto de vista de que existe naquele espaço territorial a aplicação do poder disciplinar, da biopolítica e da necropolítica. Este último conceito é cunhado por Mbembe como um complemento ao poder disciplinar e a biopolítica que já eles por si só não seriam capazes de lidar com a complexa realidade contemporânea de submeter a vida sob o domínio da morte. Para ele, a necropolítica trata de sujeitos que vivem em espaços relegados a um poder que os submete a uma situação de morte iminente, colocando-os como “mortos-vivos”. Dessa forma, a necropolítica não seria somente um complemento a biopolítica, como é o caso do conceito de racismo para Foucault, mas na verdade uma técnica que por si só fabrica situações em que alguns têm seu direito à vida negado por regimes de poder.

Como já dito, Gaza é citada pelo autor como um caso em que é possível visualizar esta configuração entre poder disciplinar, biopolítica e necropolítica, mas também temos outros estudos que utilizam destas categorias, como no trabalho de Hilário (2016) que faz uma análise sobre as taxas de mortes causadas pela polícia em determinadas regiões do Brasil e demonstra como estes espaços vivem reais situações de exposição incessante a morte. Da mesma forma, Hilário defende que as prisões não são mais vistas como um ambiente restrito para a aplicação do uso do poder disciplinar sob os sujeitos, mas sim como um espaço relegado a desumanização destes indivíduos que são entregues a um modelo baseado no terror e na tomada do direito de suas vidas pelos agentes de segurança. O próprio Mbembe revisitou o seu trabalho para tecer análises sobre como se dá o exercício entre o direito da vida e da morte dos sujeitos em contextos da pandemia. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, o filósofo camaronês esboça o seguinte:

Folha de São Paulo: Outro debate que evoca a necropolítica é a questão sobre qual deveria ser a prioridade política neste momento, salvar a economia ou salvar a população. O governo brasileiro tem acenado pela priorização do resgate da economia.

Mbembe: Essa é a lógica do sacrifício que sempre esteve no coração do neoliberalismo, que deveríamos chamar de necroliberalismo. Esse sistema sempre operou com um aparato de cálculo. A ideia de que alguém vale mais do que os outros. Quem não tem valor pode ser descartado. A questão é o que fazer com

aqueles que decidimos não ter valor. Essa pergunta, é claro, sempre afeta as mesmas raças, as mesmas classes sociais e os mesmos gêneros. (BERCITO, 2021).

Em complemento ao debate gerado até então acerca do poder que além de administrar a vida também o faz com a morte, gostaria de versar sobre as questões propostas pela filósofa Judith Butler (2015) principalmente por meio do debate acerca do conceito de precariedade e vidas passíveis de luto. No seu livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, a filósofa aponta debates que concernem ao modo desigual ao qual o luto é distribuído em torno das populações, baseando-se em como o status da precariedade da vida de uns é mais profunda do que de outros. Explico melhor: para Butler, a precariedade é um aspecto intrínseco à vida humana e não humana, já que não temos o total controle sobre intempéries que poderiam causar a morte ou danos físicos e mentais à vida. Mesmo assim, o que temos em modelos de sociedades desiguais como as ocidentais é um modo em que tal precariedade não é distribuída de maneira igualitária, de forma que certos sujeitos estão mais submetidos a violências e vulnerabilidades. Butler defende que em um dos graus mais intensos de precariedade da vida é quando estas não são passíveis de luto: tais sujeitos são negados de tal forma da sua vida que estas não são vistas como tais de modo que podem ser descartadas sem serem enlutadas. Butler, desse modo, coloca o ato de lamentar a morte de um indivíduo no posto de um ponto fundamental para definir uma vida em seu sentido pleno já que

Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início (BUTLER, 2015, p. 38).

Tais apreensões diferenciadas da precariedade das pessoas se dá por meio de *enquadramentos* que funcionam como molduras que separa aqueles que estão fora e dentro da *norma*, sendo estes últimos suscetíveis ao *reconhecimento* de serem sujeitos humanos e de vidas que merecem ser vividas. Embora exista a conexão lógica entre enquadramento, norma e reconhecimento a fim de determinar aqueles passíveis de luto, Butler defende que é possível chacoalhar tal modelo exclusivista já que, ao criar o normativo, também se cria aquele fora da norma, aquele ser que vive, mas que não é reconhecido como vida. Ao perturbar tal estrutura, como pela veiculação crítica destas vidas que não são apreendidas como passíveis de luto, é possível colocar em questão o enquadramento, a norma e o reconhecimento já que estes não são completamente estáveis.

Cabe também defender um último ponto acerca da questão do luto na reflexão de Butler. Em seu outro livro *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, a autora aponta o seguinte:

Quando não tenho certeza se terei comida ou abrigo, ou estou certo de que nenhuma rede ou instituição social me ampararia caso eu sucumbisse, é porque passei a pertencer aos não passíveis de luto. Isso não significa que eu não vá ser motivo de luto para algumas pessoas, ou que os que não são passíveis de luto não possuem maneiras de se enlutar uns pelos outros. Isso não significa que não vou ser motivo de luto em um canto e não no outro, ou que a minha perda não vá ser de todo registrada. Mas essas formas de persistência e resistência ainda acontecem na vida à sombra do público, ocasionalmente escapando e contestando os esquemas pelos quais são desvalorizados ao afirmar o seu valor coletivo. (BUTLER, 2018, p. 217).

Diante de tal passagem, chamo atenção para o aspecto de que ser passível de luto é visto como um marcador do reconhecimento que o sujeito tem no espaço público. Ou seja, ao realmente ser passível de luto, o indivíduo é reconhecido no seu contexto social como alguém que foi valorizado; enquanto que ao não ser passível de luto este sujeito já não é reconhecido e esboça-se a sua desvalorização frente a sua comunidade, mesmo que outros indivíduos também não passíveis de luto cantem pela sua morte. É necessário ressaltar este ponto para que fique nítido que, antes de tudo, o luto deve ser analisado por uma ótica macro de modo a indicar o reconhecimento e o não-reconhecimento de diferentes sujeitos.

Ao apontar as reflexões de Foucault, Mbembe e Butler tenho como finalidade refletir sobre as condições em que os catadores foram colocados durante a pandemia de Covid-19. Como demonstrado, tais pensadores desenvolvem uma argumentação que relaciona a aplicação do poder com a prática de deixar certos sujeitos em condições de precariedade ou mesmo de desrespeitos a suas vidas. Desse modo, ao cruzar estes debates com os dados empíricos coletados durante a pandemia, percebemos como os catadores foram colocados em uma situação semelhante ao que expus: ao não terem acesso facilmente ao básico para sua subsistência, estes corpos são visualizados como potencialmente descartáveis. Mesmo que o GDF tenha desenvolvido políticas de repasse de renda, visualiza-se como a lentidão deste auxílio calamidade resultou em condições de extrema vulnerabilidade para catadores de materiais recicláveis, sendo necessário até buscar ajuda com redes de solidariedade que não se relacionam ao governo. Acredito que observar os catadores como estes corpos descartáveis se relaciona bastante com a saída deles do elo produtivo da reciclagem: já que eles não iriam mais fazer a coleta seletiva por ocasião do isolamento, toda a força produtiva destes trabalhadores se dissipa e deixa de ter relevância para a cadeia produtiva de reciclagem. Ou seja, defendo que eles deixam de ser vistos como sujeitos plenos, já que não produzem mais,

sendo colocados em um espaço em que a precariedade de seus corpos não são dignas da ação pública.

Assim, o ponto que aqui gostaria de ressaltar é minha defesa de que este juízo cujo enfoque é a desumanização dos catadores, relegando-os a uma posição daqueles que não são passíveis de luto no espaço público, em última medida se relaciona a percepção do reconhecimento e não-reconhecimento de sujeitos. De formas distintas, mas com intensos diálogos, os três autores, em minha leitura, indicam como existem tecnologias de poder que reconhecem determinados sujeitos como aptos à vida e outros disponíveis para a morte. Foucault observa isto ao tratar do racismo e colocando o exemplo do nazismo, Mbembe volta-se para a categoria de necropolítica observando espaços como o caso de Gaza e Butler ressalta a distribuição desigual da precariedade a que todos estamos sujeitos resultando pessoas que não são passíveis de luto. Trazer estas interpretações e adaptá-las ao contexto da minha pesquisa demonstra o aprofundamento da precariedade que estes sujeitos passam durante a pandemia de Covid-19.

Indo além, é possível tecer relações entre o debate exposto com a situação ao qual foi exposta no capítulo 1. Antes do fechamento do Lixão e aplicação de medidas de inclusão dos catadores, que também são vistas como problemáticas conforme já explanado, os catadores viviam em situação de grande desamparo por parte do poder público. Um exemplo notável foi a “Operação Tornado” realizada em 1998 como modo de reprimir a ocupação feita pelos catadores da Estrutural. Como resultado, três ocupantes foram mortos pelas forças policiais. Além disso, demonstrei no capítulo anterior como os catadores eram submetidos a situações degradantes de trabalho enquanto estavam no Lixão, sofrendo diversos problemas de saúde e até casos de morte causadas por atropelamentos de caminhões. Estas evidências, em minha visão, dialogam com as reflexões abordadas por Foucault, Butler e Mbembe a respeito do poder de fazer a morte. Assim, defendo que possa ser vista uma continuidade entre o período em que os catadores atuavam no Lixão e o momento da pandemia como instantes de intensa vulnerabilidade social e com pouquíssimo suporte por parte do governo. As políticas de inclusão dos catadores com o fechamento do Lixão são igualmente demonstrações de poder, mas estão relacionadas ao processo de subjetivação das condutas vistas como adequadas para estes trabalhadores.

Portanto, com a discussão proposta pelo capítulo 1 e 2, foquei-me em demonstrar como, no caso dos catadores de materiais recicláveis, o reconhecimento destes como sujeitos plenos que merecem ser valorizados no espaço público não é vivenciado plenamente. Tanto com o fechamento do Lixão da Estrutural, onde vivenciaram a aplicação de tecnologias de

poder para constituir um modelo de catador ideal, quanto no período da pandemia de Covid-19, na qual passaram por situações de precariedade e desamparo por parte do poder público, estes sujeitos sempre foram em alguma medida negligenciados pelo GDF. Neste sentido, o último capítulo deste trabalho centrar-se-á em aprofundar o debate sobre reconhecimento no recorte de interações entre catadores e governo. Para chegar a tal resultado, aproximo-me da categoria de mediação e retomo as ponderações de Judith Butler acerca do luto e da precariedade. Ao término, a intenção é demonstrar como a mediação construída pelos catadores com diferentes instâncias administrativas que compõem o Governo do Distrito Federal é a ponte em que estes sujeitos conseguem reivindicar o seu desejo por um reconhecimento pleno frente ao poder público distrital.

Capítulo 3

Neste terceiro e último capítulo, meu foco será debater a questão da mediação no contexto de estudo etnográfico que desenvolvi junto com os catadores a fim de, posteriormente, encerrar minha argumentação com o debate proposto por Butler sobre precariedade e reconhecimento. Segundo Velho (2001), o mediador é aquele que consegue transitar em diferentes contextos sociais de modo a interligá-los, tendo um papel fundamental na análise de interações de sujeitos que se situam em realidades sociais que a priori não teriam contato direto. Além disso, grande parte do debate concernente a mediação a coloca como uma categoria muito útil para desvelar situações que envolvem conflito e negociação já que o mediador seria o vínculo responsável por facilitar o diálogo entre sujeitos ou grupos que, originalmente, não teriam como se entender, mas que mesmo assim teriam alguma questão que envolvesse ambas as partes. O debate acerca do conceito de mediação será apresentado mais detalhadamente à frente neste capítulo, agora devo atentar-me à estrutura que escolhi para este último momento da minha argumentação.

A respeito da estrutura do capítulo, ele será dividido em quatro partes. A primeira delas será voltada à apresentação do trabalho de campo com atenção às observações, conversas e entrevistas que indicam uma divisão interna nas cooperativas entre catadores que trabalham na esteira e os catadores que atuam com a parte administrativa. Por este ângulo, defendo que a atuação dos catadores da ala administrativa se relaciona primordialmente com mediação entre a classe destes trabalhadores e o GDF (aqui representado principalmente por servidores de algumas autarquias distritais). Neste momento, a intenção é demonstrar quais os efeitos que esta segmentação tem para entender as relações entre os catadores levando em consideração as diferenças visíveis entre os catadores em papel de mediação e os outros catadores que não assumem tal função. Ainda retomo o debate que iniciei no capítulo 1 relacionado a subjetivação do catador ideal por meio das ações empreendidas pelo GDF na transição do Lixão para os galpões.

Na segunda seção do capítulo, eu aponto dados produzidos em campo que podem indicar os caminhos para se entender porque a mediação é necessária de ser exercida, ocasionando uma visão amplificada desse fenômeno interativo entre catadores e instâncias governamentais. Aqui também afirmo as nuances em que se constrói a mediação levando principalmente em consideração que este não é um processo estanque pois depende das relações com diferentes áreas do governo. Em síntese, esta seção será centrada em apresentar elementos que colaboram para entender como e por que a mediação entre catadores e GDF se

dá. Não é somente entender como esta relação mediada se constrói, tendo em vista tanto os catadores quanto os representantes do Governo do Distrito Federal, mas me interesse igualmente em trazer elementos para entender as razões por parte dos catadores em manter tais interações.

Na terceira seção eu aprofundo o conceito de mediação trazendo um resgate histórico desta categoria e focalizando em como ela é utilizada em contextos de estudos de do campesinato e na antropologia urbana. O âmago desta seção é apresentar como o conflito é um aspecto central para se trabalhar com o conceito de mediação e que também se aplica no caso da minha pesquisa.

Por fim, a quarta e última seção apresenta um debate que busca desestabilizar o Estado de modo a demonstrar como este não deve ser visto de forma estanque, mas sim como um complexo encontro de feixes. Esta ótica sobre o Estado acarreta em novos detalhes na análise sobre a mediação dos catadores com o GDF, principalmente no que se relaciona nos ganhos e perdas que os catadores têm constantemente em se relacionar com o governo. Além disso, retomo conceitos butlerianos expostos no capítulo 2 para defender como a prática de mediação também deve ser vista pela prisma de uma ação performativa que busca reivindicar reconhecimento por parte dos catadores.

Com esta estrutura, a principal questão que desejo mobilizar é defender como a mediação entre catadores e GDF é carregada tanto por um aspecto tutelar, normativo, hierarquizado e disciplinar por parte das exigências determinadas pelos representantes do GDF em diálogo com os catadores, ao mesmo tempo que aponto a perspectiva de conflito e a busca pelo reconhecimento como aspectos fundantes para interpretar as razões e os métodos de se exercer a mediação junto ao governo.

Hierarquias e subjetivação do modelo de catador ideal

Durante minha etnografia, passei por algumas dificuldades no que diz respeito a minha inserção no campo e isso se deu principalmente porque, desde minha primeira ida a um galpão de uma cooperativa, percebi que os catadores da esteira normalmente eram mais resistentes a chegada de pessoas externas a realidade de seu trabalho enquanto que aqueles alocados em cargos administrativos tinham uma maior abertura a conversar comigo, embora ainda tenha tido um período de adaptação para eles em relação a minha presença na sede da cooperativa. Esta dificuldade em conquistar a confiança dos interlocutores da pesquisa

etnográfica se relaciona diretamente com um sentido central que guia este último momento do meu trabalho.

Antes, cabe explicar com mais detalhes a organização interna de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis. De um modo geral, elas são divididas em dois espectros: (1) aqueles catadores que trabalham na esteira e com a triagem dos materiais disponibilizados, neste caso, pelo SLU e (2) aqueles outros catadores que fazem parte do setor administrativo e, por meio de eleição ou por contratos, não lidam diretamente com a triagem por desempenharem funções como representação institucional, financeiro, administração, secretariado, entre outros. Como indiquei, meu contato com o segundo “grupo” de catadores era mais fácil e vejo que isso acontecia porque, em grande medida, eles se encaixavam na categoria de mediadores: estavam sempre desenvolvendo pontes entre as questões envolvendo as cooperativas junto a outras instituições ou sujeitos que não fazem parte do cotidiano do trabalho de triagem, como o governo, ONGs, empresas, bancos, contadores, etc. Embora houvesse esta configuração em que os catadores da ala administrativa normalmente atuassem como mediadores, convém indicar que isto não era uma realidade universal. O contrário também é válido: nem todos os catadores que trabalham exclusivamente na esteira são passivos diante do processo de mediação. Para tanto, cabe apontar dois exemplos: o primeiro diz respeito a Carolina, uma catadora alocada em um cargo administrativo da cooperativa Brasília Reciclada que fez parte do meu campo. Ela não se mostrava necessariamente como mediadora, posto que cumpria somente algumas questões relacionadas ao contador e pagamento de impostos da cooperativa. Conforme será exposto mais a frente, a perspectiva de mediação que adoto para minha argumentação é centrada principalmente em uma visão de conflito e de reivindicações, aspectos estes que não se relacionam com a atuação de Carolina. O segundo exemplo foi visto em uma conversa informal que realizei com uma diretora da Centcoop da qual ela indicou que alguns catadores da esteira demonstravam um certo ímpeto para contribuir com as mediações engendradas com o GDF no que tange ao aumento do pagamento pelo preço da tonelada de resíduos que são triados pelos catadores. Embora não estivessem no núcleo da prática mediadora, esses catadores de algum modo influenciavam a mediação engendrada por esta diretora. Estes dois exemplos demonstram que a mediação não é totalmente estanque nos catadores da ala administrativa, mesmo assim é muito nítido que são estes os principais mediadores até porque essa é uma função da qual eles são incumbidos ao se tornarem diretores, secretários, presidentes, etc.

Em relação aos catadores das esteiras, eu percebia que eles sempre tinham um pé atrás em relação a minha presença. Esta perspectiva fica evidente não somente pela minha

observação e vivência nos galpões, mas pelos próprios membros das cooperativas que indicavam isso ao papear comigo. Um exemplo foi de uma conversa informal que tive com uma catadora da esteira da Brasília Reciclada em que ela se referiu a mim como um jornalista investigativo, daqueles de reportagens bombásticas que passam na televisão, e por isso não gostaria de revelar tudo o que ela pensava sobre o GDF para mim. Ao explicar que minha intenção era outra e que nem mesmo revelaria seu nome no meu trabalho, ela riu e terminou com um “Eu, hein”. Eu ri igualmente e a conversa se manteve como estava antes sem grandes aprofundamentos na sua queixa em relação ao pequeno valor pago por tonelada de resíduo triado. Outro momento interessante nessa defesa que faço sobre a distinção entre catadores da esteira e do administrativo foi quando perguntei se poderia aplicar um questionário socioeconômico com os catadores da Brasília Reciclada posto que estava interessado em levantar alguns dados quantitativos para complementar meu trabalho de campo. A resposta foi negativa porque, segundo a secretária da cooperativa, os catadores desconfiaram do que aquele questionário realmente significaria e por isso se recusavam a responder perguntas pessoais para mim. Tive outras interações durante a pesquisa que ratificam este ponto que defendo, como um caso em que uma pessoa envolvida diretamente no trabalho de catação chamamos os catadores da esteira de ariscos por serem muito desconfiados, mas encaro que já consegui demonstrar como estas interações entre catadores da esteira e catadores da ala administrativa, estes últimos vistos majoritariamente como mediadores, têm meios distintos de lidar com seres alienígenas da sua rotina. Enquanto os primeiros são mais céticos em tecer diálogos, os segundos já estão mais preparados em lidar com o externo.

Esta distinção, entre aqueles que trabalhavam na esteira e os que atuavam na área administrativa, suscitou a dúvida se isso também se colocava de modo hierárquico entre os catadores. Ou seja, gostaria de descobrir se aqueles que atuavam no administrativo de alguma forma eram vistos ou mesmo se sentiam como mais importantes que os outros que atuavam na esteira. Com esta desconfiança, busquei respondê-la com base em observações, nas conversas informais que tive com quem trabalhava na esteira e com as entrevistas mais estruturadas e longas que realizava com a ala administrativa. Desejo ressaltar duas falas que trazem em seu bojo pontos úteis neste impasse. A primeira transcrição é de uma das conversas que tive com Carla:

Carla: É... O primeiro passo é informação, acesso à informação é o principal pilar pra organização de qualquer segmento. Então, quando eu estava na base, trabalhando lá, no sol quente e tudo mais, minha única preocupação maior era chegar, triar o máximo que eu pudesse produzir, que era por produção, é por produção, produzir o máximo que eu pudesse pra quando fosse no final da quinzena, eu ter uma renda,

que eu conseguiria pelo menos pagar alguma conta lá em casa, comprar comida pros meus filhos, então a minha preocupação maior era essa. Que nem eu te falei, eu nunca tive cargos em cooperativa singular e isso é um problema, porque isso tá ocasionado a [inaudível]. Então, o fato dos catadores só ter essa preocupação diária, de um trabalhador que só vai ali e às vezes nem chama aquela cooperativa, como uma empresa dele, um empreendimento dele.

Samuel: Que ele faz.

Carla: É, porque não é porque criou-se uma diretoria que a diretoria é dona daquele investimento que ele mesmo mantém diariamente. Então, tem essa problemática, porque ele só tem essa visão, como eu tinha. E aí o que mudou minha cabeça foi a questão de eu ter acesso a cursos. A gente foi incubado pelo CDT da UNB por muitos anos, e o CDT, ele via claramente isso que uma coisa era ele ter uma conversa com um presidente de uma cooperativa, outra coisa é ele chegar lá na base e ter uma conversa com os catadores, que era praticamente duas mentes diferentes, então tem essa questão. Quem tá dentro da cooperativa, ele tem uma visão de que ele tá ali pra produzir e ele nunca vai se ver enquanto dono daquele empreendimento. Quem tá na direção, e eu não limito apenas ao presidente, qualquer um diretor que tenha acesso à informação, ele basicamente não vai ter, não vai deixar, não vai querer mais ter só aquela mente de querer produzir, mesmo que ele saia da direção. Ele vai querer sempre tá crescendo, sempre tendo acesso a mais informação, porque, nesse ramo, é novidade muita coisa, então sempre cê tem que correr atrás de informação pra você tá atualizado e que sempre reflete diretamente no trabalho e ele só vai ter acesso a isso, saber disso quando ele entra num cargo diretivo, infelizmente. Por que? Porque a gente tem um déficit de informação de base. Que nem o MST, eles têm, nossa, eles são fantásticos, um plano de educação do movimento deles. Os catadores, a gente tem esse déficit, a gente não se preocupa em capacitar, em informar, seja todos os setores de informação, os nossos catadores. (Entrevista realizada na antiga sede da Centcoop em 20/01/2020).

A outra fala que desejo abordar mais a fundo foi uma conversa com Olívia:

Olívia: É, nunca tem responsabilidade. Que o cooperado vai trabalhar na sua base e ele acha, assim: "Não. Terminei aqui meu trabalho, eu ponho minha mochila nas costas e vou embora pra casa e o presidente que se vira pra poder resolver as coisas". Então, assim, a gente tem muito isso. "Ah, eu não vou deixar meu filho em casa pequeno pra mim ir pra uma reunião, vou deixar meu filho em casa". "Ai, eu não vou fazer isso porque eu tinha uma reunião na escola, eu não vou fazer isso porque eu não vou poder sair hoje". E, assim, nem todos, né, mas vou dar um exemplo meu mesmo. Meus filhos mesmo, meus filhos cresceram e praticamente eu não vi. Eu ia trabalhar no lixão, trabalhava a noite todinha no lixão, deixava meus filhos em Luziânia, só via meus filhos final de semana, mas eu tinha que trabalhar pra sobreviver. Eu tinha que sustentar eles e me sustentar também. Então, foi dessa forma também que eu me tornei presidente e me tornei quem eu sou hoje também, foi com essa garra, foi com essa força. Ou eu vou, ou então eu vou ficar dentro de casa com eles e eu vou passar necessidade junto com eles.

Samuel: Ah, então essas pessoas querem ter esse envolvimento de entender o que tá acontecendo, mas...

Olívia: É porque eles falam assim: "Eu não dou conta de mexer com gente". Eles falam mesmo: "Eu não dou conta, eu não quero, que se eu for presidente, eu mato uns três aqui todo dia". Eles falam desse jeito mesmo (risos). "Posso até ser presidente, mas vou me sentar aqui com uma arma na mão, todo dia eu mato dois ou três aqui dentro, que eu não tenho essa paciência." E às vezes assim, a gente estoura mesmo. Tanto é que eu tenho uma coisa assim que eles falam: "Pode tá acontecendo o que tiver acontecendo dentro do galpão", o cooperado fala que aqui não vai trabalhar, que não faz isso, que ninguém manda nele, que ele faz o que ele quer. Basta eu colocar o pé no galpão, parece uma professora quando chega na sala de aula. Na hora que eu entro no galpão, ele pode tá fazendo a pirraça dele do jeito que ele for, e eu não preciso falar nada com ele não, do jeitinho que ele tem, ele levanta e

vai fazer o serviço dele. Às vezes o fiscal pediu a tarde inteirinha pra ele fazer e ele não faz, aí ele fala mesmo. Dia desses mesmo eu cheguei lá e a fiscal gritou com um lá e ele falou: "Aqui dentro não! Aqui a gente aceita o grito da nossa presidente, o seu não". (Entrevista realizada na antiga sede da Centcoop em 03/03/2020).

Observar estas duas transcrições pode trazer a impressão de que a hierarquia é algo existente entre os catadores da esteira e aqueles da parte administrativa: na fala de Carla, é apontado como somente os catadores administrativos teriam acesso a conhecimento e espaços que geram uma consciência política capaz de gerar mudanças significativas para a realidade destes trabalhadores; já no caso de Olívia, é possível observar uma hierarquia baseada no respeito e na autoridade que os catadores do administrativo teriam em relação aos da esteira, sendo superior até mesmo a fiscais do SLU quando era necessário colocar “ordem na casa”.

Entretanto, é importante jogar luz nesse imbróglio sobre a hierarquia dentro dos galpões baseado no que os catadores da esteira relataram a mim. Neste quesito, visualizei que a incumbência de lidar com a esfera governamental e mesmo com outros atores externos à cooperativa (ou seja, um dos requisitos para ser encaixado como mediador) é, na verdade, visto muito mais como um problema que precisa ser feito do que como uma vantagem ou benefício já que estas situações normalmente envolvem conflitos e reivindicações que precisam ser muito bem negociadas com as organizações externas a cooperativas. Por exemplo, como já mencionado, muitos destes catadores não conversavam tanto comigo porque se sentiam intimidados com minha presença ou entendiam isso como uma perda de tempo enquanto eles poderiam estar na esteira trabalhando com os materiais a fim de aumentar os ganhos financeiros. Inclusive, quem me confessou isso foi a já citada catadora que se referiu a mim como um jornalista investigativo. Da mesma forma, a fala de Olívia ratifica este sentido no momento em que coloca como muitos catadores dizem algo como “Terminei aqui meu trabalho, eu ponho minha mochila nas costas e vou embora pra casa e o presidente que se vira pra poder resolver as coisas” ou “Ah, eu não vou deixar meu filho em casa pequeno pra mim ir pra uma reunião”. Por conta disso, defendo que ao mesmo tempo que existe uma hierarquia apontada pelo cargo e autoridade que certos catadores da ala administrativa ocupam, sendo até mesmo comparada por Olívia como uma professora que chega na sala de aula e assim consegue organizar o trabalho no galpão, esta hierarquia também se desmantela no sentido de que não há uma grande valorização pelos diálogos que são construídos entre GDF e catadores, até porque pouquíssimos realmente se sentem motivados em se candidatar a presidência ou diretoria.

Para aprofundar ainda mais esta questão acerca da hierarquia dentro dos galpões, gostaria de retomar ao que apontei no capítulo 1 a respeito das ações empreendidas pelo GDF de remoção dos catadores do Lixão. Em diálogo com Foucault, defendi que estas operações podiam ser entendidas por uma ótica de condução e normatização do que seria este catador ideal. Para tanto, apeguei-me a categorias como poder disciplinar e biopolítica. Minha intenção em rememorar este ponto da minha argumentação é por encarar que a distinção entre os próprios catadores demonstra o sucesso na subjetivação deste tipo ideal de catador empreendido pelo GDF e ainda é um aspecto importante para se entender o questionamento em relação a hierarquia.

Digo isto pois, conforme argumentei, os catadores da esteira enxergam as interações com o governo como uma ponte para alcançar reivindicações em seu benefício, mas eles têm muitas ressalvas porque várias dessas reivindicações em muitos casos não são atendidas, gerando assim um mal-estar para estes catadores, de tal modo que eles ficam principalmente restritos ao seu trabalho na esteira sem desenvolverem fortes interações com autarquias governamentais. Assim, considero que esta situação não é coincidência, mas um resultado da disciplinarização destes corpos submetidos às exigências, regras e ações propagadas pelo governo e já explicadas com mais detalhes no capítulo 1. Um exemplo interessante disso foi quando Carla mencionou, em uma das conversas que tive com ela, a dificuldade em desenvolver ambientes de aprendizado para todos os catadores porque estes desejam um incentivo financeiro positivo semelhante àquele que o GDF forneceu com a formação educacional depois do fechamento do Lixão. Ou seja, este incentivo acarreta que atualmente os catadores da esteira não se interessem em se envolver com qualquer atividade que não tenha um benefício financeiro imediato, continuando assim a seguir o modelo de trabalho estabelecido pelas políticas do GDF.

Ao mesmo tempo, os catadores que compõem a ala administrativa nas cooperativas também se submetem a uma nova subjetividade de ser catador. Retomando a fala da Carla, fica visível como o ideal de um catador para ela seria aquele a par da situação política e que sempre estivesse em diálogo com o governo a fim de lidar com as problemáticas dos seus pares e também para cumprir os requisitos que o governo distrital demanda das cooperativas. Tal visão dialoga muitíssimo com algumas das políticas empreendidas pelo GDF, como o caso dos cursos que o SLU propôs aos catadores e que os situava no modo como a máquina pública funciona. Além disso, ao firmarem contratos com o governo, os catadores tiveram que se adaptar a este novo modelo gerencial conforme as exigências colocadas pelo SLU, algo que até hoje resulta em uma série de problemas para eles, como já foi abordado no capítulo 1. Ao

reverberar esses pontos, Carla em alguma medida reitera a subjetividade do catador que estaria seguindo os ditames do modelo governamental que foi possível de ser construído por intermédio das ações realizadas logo após o fechamento do Lixão e pela adequação às exigências governamentais. Além disso, os catadores administrativos foram grandes responsáveis por solidificar o novo modelo de trabalho conforme os preceitos do GDF dentro das cooperativas. São eles, por exemplo, que até hoje cumprem requisitos como emissão de nota fiscal, pagamento de INSS, compra e fiscalização do uso de EPIs, etc. Estes são exigências que corroboram o modelo de trabalho que as cooperativas devem adotar por seguir os ditames colocados pelo GDF nos contratos de triagem e coleta seletiva,

Todavia, cabe colocar um ponto que acho importante: ao mesmo tempo que este catador administrativo pode ser encarado como um resultado das ações disciplinares governamentais, ele também pode ser visto como um contestador das ações do governo. Como já coloquei, estes catadores normalmente são aqueles que cumprem a função de mediar entre cooperativa e governo e, ao fazerem isto, eles também reivindicam em prol dos interesses de sua classe. Seria, metaforicamente falando, uma faca de dois gumes, onde em determinados momentos este catador compactua e reverbera as ações disciplinares do governo dentro da cooperativa, mas em outros contesta e perturba esta norma construída a fim de superar problemáticas vivenciadas pelos seus pares⁹. Indo além, os catadores da esteira também podem ser vistos como contestadores no momento em que participam com proeminência em situações de mediação. Como apontei acima, estas situações são mais raras já que a ala administrativa concentra aqueles que mantêm interações com o GDF, mas isso não significa que os catadores da esteira nunca questionem, reivindicuem ou ratifiquem opiniões que fogem do modelo ideal do que seria um catador para o governo.

Por meio dessa análise, é possível depreender que a hierarquia existente entre os dois grupos de catadores se pauta na assimilação de diferentes nuances do catador ideal. Enquanto os da esteira podem ser vistos como dóceis por estarem sob a influência de panópticos, representados principalmente pelos fiscais do SLU e pelos próprios catadores administrativos que cumprem os requisitos exigidos pelo governo, estes últimos também são dóceis no sentido de compactuarem com o modelo operacional e gerencial das cooperativas em que atuam. Assim, a hierarquia, embora possa ser vista nas relações entre os catadores, é resultado

⁹ Recomendo a leitura de Butler (2017) para aprofundar este debate sobre a ambiguidade da formação subjetiva em relação a práticas de poder, onde em determinados momentos os indivíduos compactuam com o modelo ideal de sujeito perpetrado por operações de poder, mas em outros desvirtuam esta regularização. Neste livro, e em especial no capítulo 2, a autora dialoga o pensamento foucaultiano sobre a formatação dos sujeitos com debates psicanalíticos propostos por Freud e Lacan.

do fenômeno de disciplinarização destes corpos, indicando que as distinções entre os dois grupos de catadores ao fim desembocam na mesma problemática de normatização de corpos com base em ações governamentais.

Em suma, enxergar esta complexidade em relação a hierarquia interna das cooperativas e na subjetivação dos catadores é importante por já demonstrar as labirínticas teias que envolvem a relação construída com o governo. Neste sentido, gostaria de aprofundar este ponto ao tratar de algumas falas e situações que abordam a mediação entre os representantes da cooperativa Brasília Reciclada com o GDF, já que eles são o principal elo na interação entre governo e a cooperativa. Além destes, também retomo diálogos que mantive com colaboradores da Centcoop por também funcionarem como mediadores entre movimento dos catadores do DF e o Governo. Este momento é importante por demonstrar as peculiaridades na mediação a depender com qual órgão, servidor ou político que é contactado pelos catadores. Por fim, ainda demonstro algumas situações relatadas a mim que dizem respeito ao preconceito e desvalorização do trabalho de catação por parte da sociedade. Como ficará evidente, tal questão que concerne ao preconceito é importante para minha leitura sobre a mediação e a busca pelo reconhecimento por parte dos catadores.

A mediação me interpela na prática etnográfica

Inicialmente, cabe detalhar quais são as principais autarquias com que os catadores normalmente mantêm relação, já que esta mediação não se dá com todo o Governo do Distrito Federal. Sendo assim, tomo uma fala da Carla, catadora integrante da Centcoop, que destrinchou as principais interfaces entre catadores e GDF:

Carla: Existe um comitê... Existia, porque foi extinto no começo do ano passado com conselhos pelo governo federal. CIISC era o Comitê Interministerial de Inclusão Socioprodutiva dos Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal. Ele foi extinto. E no DF foi criado também nessa mesma época o CIISC DF o Comitê Intersetorial de Inclusão Socioprodutiva dos Catadores, que ele era composto pelas secretarias.

Samuel: E você então tem muito contato com esses três?

Carla: Sim.

Samuel: Agora que o CIISC Federal foi extinto...

Carla: Nossa relação é só com o CIISC DF. Tudo que tá relacionado a falta e demanda dos catadores, que nem foi o fechamento do lixão, contratação para coleta seletiva, contratação para triagem, implantação da coleta seletiva, tudo, bolsas complementares de renda, tudo tá relacionado ao comitê. Lá no comitê, no ano passado, tinha uma quantidade paritária de assentos para catadores e pras secretarias. Aí esse governo até hoje não... teve uma reunião, mas não foi paritário. Uma reunião mais por indicação, mas deram nome de reunião do CIISC, mas a composição

mesma da reunião do CIISC nesse governo não teve. E ela fica na Secretaria de Relações Institucionais lá na Casa Civil.

Samuel: O CIISC então, em relação ao SLU, por exemplo: o SLU é uma coisa mais de fiscalização, de inserção do próprio resíduo mesmo, seria uma vertente mais política?

Carla: O CIISC é como se, tipo assim, embaixo tivesse as secretarias e em cima o CIISC. Os catadores, eles podem se reportar às secretarias e autarquias, ou diretamente ao CIISC, só que como a gente já tem, ao longo desses anos, uma abertura de diálogo, uma construção dentro das próprias secretarias, a gente, muitas vezes, não prefere, não opta por ir diretamente ao CIISC. Às vezes uma demanda que precisa mais de envolver secretarias, o governador, a gente aciona o CIISC. Mas, o SLU sempre teve essa abertura de diálogo. Teve alguns governos que eles tão conscientes que muitos deles não abriu a porta pra catador pra dialogar. O SLU sabe que ele tá sendo bomzinho como um todo, não é só pra catador. Então, antes deles, os diretores, presidentes, não aceitavam dialogar com a gente. E esses agora, do ano passado pra cá, eles tão aceitando [inaudível]. Inclusive, garantir a [inaudível] Nacional de Saneamento.

Samuel: Mas vocês percebem uma diferença entre essas secretarias dos DF e a SLU em relação à abertura ou você acha que tá no mesmo...?

Carla: Olha, aí as secretarias é basicamente o que a gente procura, os catadores. Tem a SEMA, Secretaria do Meio Ambiente, por que? Porque além de estar relacionado ao resíduo, ela tá executando um projeto nosso do BNDES. Temos três áreas - tínhamos, agora temos duas, duas áreas doadas em 2010 pela SPU, Secretaria de Patrimônio da União, em nome da SINDICOP, pra SINDICOP dar cessão de uso real por 20 anos. Não sei se você já viu ali na Cidade Estrutural, Ski, ao lado da BR da Estrutural, umas obras que tão fazendo ali na lateral, próximo do IFB. Aquele terreno ali foi da SINDICOP, é da SINDICOP, e aquelas obras tão sendo construídas pelo BNDES e a SEMA tá executando, ou com contratação na NOVACAP. E aí ela tá adiando o nosso vínculo lá relacionado a essa obra, mas também a várias demandas como educação ambiental em massa em Brasília, que educação ambiental é responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente. Tem a questão também da fiscalização. A gente também pauta muito essa questão da SEMA provocar os órgãos fiscalizadores com relação à fiscalização dos resíduos, de rótulos dos resíduos. A SEDS [inaudível] por conta dessa questão da renda, basicamente.

Samuel: De desenvolvimento social?

Carla: É. Só procura a SEDS quando SLU tá... não tem inclusão, não inclui os catadores. Quando a SLU não entrega o coletor de resíduos, ou quando ela não dialoga com relação a contratação... de alguma forma de exclusão da SLU, acarreta na demanda dos catadores pra SEDS, porque a SEDS que faz esse complemento de renda e garante a renda que foi ocasionada por alguns casos da SLU. E aí pouco procuramos a Secretaria de Trabalho, praticamente no decorrer desses dois mandatos, a gente não teve nenhuma demanda, mas a gente tem se aproximado da Secretaria de Trabalho por meio da economia solidária, com um setor lá da economia solidária. ACODAB, nós temos uma demanda imensa de catadores aqui. Cê viu que eu te falei do meu histórico, da Recicla [inaudível]? Aqui nós temos a Flor do Cerrado, AGIPLAN, várias cooperativas que inclusive já estão estruturadas que não têm casa própria. E se o cara já recebe meio salário mínimo por mês trabalhando lá, insalubre, e ainda tem que pagar o aluguel, então a gente tem que resolver essa questão da moradia, que é um direito constitucional. Então, temos uma demanda na CODAB grande, de aproximadamente mil catadores necessitando de moradia. Então, temos essa abertura também com a CODAB, apesar de que a CODAB ter uma dificuldade maior por causa desse histórico, que também acompanhou, dentro da CODAB, de fraudes, envolvendo entidades... Graças a Deus a gente não teve envolvido com nada disso, mas houve com outras cooperativas e quando se trata de cooperativa no Brasil, você não quer saber de quem é ruim, você inclui todas. Mas tem isso e a gente também tem um trabalho na CODAB que também tá ligado a SEDS. A SEDS recebe a demanda dos catadores e encaminha pra CODAB, ou a gente pode ir diretamente na CODAB por meio da entidade, da instituição. E também temos uma relação muito grande com os órgãos de defesa do direito, como a Defensoria do DF, com a Defensoria Pública da União, Ministério

Pública com a Vara do Meio Ambiente, que é o PRODEMO. (Entrevista realizada na antiga sede da Centcoop em 20/01/2020).

Como pode ser visto, cada autarquia tem uma determinada função em relação à atuação dos e com os catadores. Gostaria também de mencionar que ainda há interlocuções com alguns deputados distritais e federais do Distrito Federal. Neste último caso, gostaria de mencionar a opinião de Carlos, o presidente de uma cooperativa e, também, integrante da Centcoop:

Carlos: Se você for defender uma causa de 2, 3 pessoas, é difícil. Mas quando você vai e compara com 2 mil pessoas, que é o que a CENTCOOP representa hoje, de 4 mil catadores, poxa, o cara olha assim: "caraio, vou dar uma força nisso aqui". Porque... Um exemplo, um deputado. Tem deputado que não precisa de 4 mil votos pra ser eleito. Caralho, são 4 mil votos, caralho, eles não olham você como ser humano, como um trabalhador, mas sim como um voto. Pô, são 4 mil catador, 4 mil catador, vamo somar, dá 10 mil voto, botando no básico entre você e familiares. "Então vou defender a causa desses camaradas porque assim, se eu apoiar os catador, só os catador, eu tô eleito". Eles não vão ver você como um ser humano, como um trabalhador, mas sim como um voto.

Samuel: Então, foi a atitude de vocês que deu essa humanidade?

Carlos: Sim. Foi a união da gente. (Entrevista realizada na antiga sede da Brasília Reciclada em 04/07/2019).

Além desta fala de Carlos, não tive indicações semelhantes em minhas conversas ou observações sobre este interesse em distribuir recursos públicos em prol dos catadores para a formação de uma base eleitoral. Entretanto, um ponto que ratifica esta fala de Carlos foi a *live* exposta no capítulo 2 da inauguração do Complexo de Reciclagem do Distrito Federal: como colocado, alguns dos convidados que falaram durante a cerimônia foram deputados federais e distritais que de alguma forma tinham atuação em prol dos catadores. Grande parte dessas falas foram voltadas a demonstrar como essas deputadas colaboram com os catadores, principalmente por transferirem recursos públicos para colaborarem para a melhoria do seu trabalho. Aqui ressalto as falas retiradas desta *live* das deputadas federais Bia Kicis (PSL) e Flávia Arruda (PL):

Bia Kicis: Cumprimento a minha colega Flávia [Arruda] pela emenda de R\$ 4.000.000,00 e quero compartilhar também com vocês que também coloquei uma emenda de R\$ 3.000.000,00. Inclusive, essa emenda vai favorecer todos os catadores com a aquisição inclusive de equipamentos. [...] Estamos todos juntos exatamente trabalhando em prol do meio ambiente, dessa atividade tão importante para todos os cidadãos, todos os habitantes do Distrito Federal. Eu tive a oportunidade de conhecer de perto essa atividade de vocês, participar, me emocionar. De ver a organização e o cuidado de todos vocês. [...] Que com esse material, aquilo que a gente joga fora, aquele entulho que a gente joga muitas vezes sem saber o que vai acontecer e depois indo até vocês e descobrir tudo que é feito, tudo aquilo em que vocês conseguem transformar o que a gente jogou fora. [...] Parabéns a vocês, contem comigo, podem saber que realmente uma parte do meu mandato já está sendo e continuará sendo dedicado a ajudar vocês, a estar junto com vocês por essa atividade muito importante.

Flávia Arruda: Eu acompanhei de perto a Estrutural quando não tinha nada. A Estrutural quando era só terra. A Estrutural quando não tinha asfalto, esgoto, escola e nada, e quando Arruda veio transformou a Estrutural. [...] Eu quero te pedir licença, Aline, para citar várias cooperativas que estão aqui como a Recicla Brasília, a Renova, a Acobrás, a Brasfer, a Construir, a Ambiente, a Cooptativa, a Opcor e a Abutrás. Porque todas essas cooperativas representadas aqui representam milhares e milhares de pessoas que vivem da catação, da reciclagem. E hoje estão recebendo aqui com muito orgulho, com muito orgulho e com a participação de uma emenda nossa de R\$ 4.000.000,00 que foram investidos aqui para dar apoio, nova tecnologia e gerar diretamente, governador, o senhor está gerando aqui quase 1000 empregos diretos e mais de 2000 indiretos. (Transcrição da *live* de abertura do Complexo de Reciclagem do Distrito Federal em 02/12/2020).

Em complemento a isso, Carlos também menciona que não é somente o caso do poder legislativo que trabalha com uma certa perspectiva oportunista frente ao trabalho dos catadores. Para tanto, ele desenvolve uma crítica ao poder executivo do Distrito Federal. Mesmo assim, ele ainda tece alguns elogios para o ex-governador do GDF que, segundo Carlos, foi um importante nome para contratar cooperativas de materiais recicláveis.

Os governos passados, eles não acreditavam muito no potencial da associação dos catadores de coleta. Esse governo Rollemberg, ele deu a cara a tapa e falou bem assim: “não, quem tem que fazer é o catador, quem sabe o que é reciclável e o que não é reciclável é o catador”. Então, ele apostou um pouco nas cooperativas. Em primeira mão teve quatro contratos com quatro cooperativas e no final do mandato dele ele contratou não sei se foi mais quatro ou mais seis cooperativas e descobriu que para fazer o trabalho com cooperativa, além de ser mais barato, é bem mais proveitoso. Porque a cooperativa, por exemplo, uma empresa cobra milhões para fazer todo o Lago Sul e hoje a gente cobra mil. Eu sempre falo para os meninos: “a empresa cobra milhões para fazer, a gente faz através de mil”. Por exemplo, o contrato da gente custa R\$ 40.000,00. (Entrevista realizada na antiga sede da Brasília Reciclada em 04/07/2019).

Tais falas apontam as diferentes interações mantidas entre catadores em funções administrativas e o GDF, por meio de seus órgãos, sugerindo certa diferenciação em como se dá estes contatos a depender, principalmente, do polo governamental a qual se constrói a interação. Assim, a mediação exercida pelas partes envolvidas não pode ser vista como um processo estanque, mas sim como flexível, já que o poder público, representado pelo GDF e pelos deputados, também não é uma entidade monolítica. Tal questão será retomada com mais calma à frente. Por ora, é importante vislumbrar como estas transcrições reverberam a variabilidade na mediação entre catadores e poder público no DF.

Agora, gostaria de aprofundar a questão que tange às complicações geradas pela relação entre os catadores e o poder público. Neste caso, volto ao Carlos como um interlocutor, que inclusive foi o primeiro catador com quem eu conversei. A primeira entrevista que tive com Carlos foi realizada em meados de junho de 2019, ainda durante a

pesquisa de iniciação científica. Neste dia, recordo-me que o roteiro semiestruturado que fiz para nossa conversa não tinha nenhuma questão relacionada com governo. Na realidade, como coloquei na introdução, a iniciação científica era voltada para outra temática de estudo muito focalizada na categoria de ambientalização para entender como problemáticas ambientais se incorporaram no trabalho desenvolvido pelos catadores. Assim, com um roteiro semiestruturado pronto, desloquei-me para a sede de uma associação¹⁰ localizada em um galpão no SIA para realizar a entrevista com o Carlos. Tal entrevista tinha sido previamente marcada por meio de Rebeca Dytz, que já foi mencionada como uma importante interlocutora para meu trabalho e que já tinha uma interação com esta associação. No decorrer da entrevista, Carlos começou a apontar as questões referentes à sua interação com o governo, chegando até mesmo a contar histórias que não pude gravar levando em consideração a magnitude de suas revelações e como elas poderiam gerar futuros problemas para ele. Essas interações, segundo Carlos, eram dadas por meio de ganhos e perdas para as cooperativas diante das demandas e exigências definidas por diferentes esferas governamentais, fazendo com que o governo, em determinados momentos, agisse como um aliado, mas em outros se mostrasse o pior pesadelo para os catadores.

Carlos: Tudo que nós, até o que nos arrodia, até o ar que nós respira, é política. Não tem como a gente viver hoje no país que a gente vive sem política.

Samuel: Então o governo é um grande aliado, mas também uma coisa que falta muito?

Carlos: No momento é um grande aliado. É um grande aliado um momento e um momento é nosso pior pesadelo, pode-se dizer. Porque tem muitas coisas que nós depende do governo para avançar. (Entrevista realizada na antiga sede da Brasília Reciclada em 04/07/2019).

Esta fala de Carlos se assemelha bastante com aquilo que apontei no capítulo 1 por meio de outra entrevista, realizada no início de 2020, com a Olívia. Por esta passagem ser muito importante para o que proponho aqui, transcrevo-a novamente:

Olívia: Eu não reconheço (o governo) como parceiro não. Hoje praticamente tem sido muito desleal a forma de contrato com cooperativas e a forma com empresas privadas. O contrato com empresas privadas são milionários e com as cooperativas praticamente [não] dá nem para se manter dignamente, né, pagar todos os impostos. Hoje é bem diferente o contrato com cooperativas e com empresas. Então, a gente já vê a diferença nesse lado, né?

Samuel: E eles dão alguma desculpa ou justificativa para explicar essa diferença gigante?

Olívia: Eles falam que é porque a cooperativa só pega uma parte de tal local, já a empresa pega um lote inteiro. Mas não é não, sempre foi desse jeito e vai continuar.

¹⁰ Esta associação, posteriormente, veio a se tornar uma cooperativa, mas durante a pesquisa de campo que realizei em junho de 2019 ela ainda era oficialmente uma associação.

A empresa tem dinheiro para concorrer, tem caminhões novos para poder concorrer já a gente não tem. (Entrevista realizada na antiga sede da Centcoop em 03/03/2020).

Olívia, em outro momento da conversa que tivemos, reitera como há uma extensa lentidão do governo em atender as demandas apontadas pelos catadores.

Olívia: Aí é de ser atendido. Se for o IBGE... Cê vê! A gente, a sede, que aqui é a SEDEST, né, que é o programa de... É uma secretaria desse movimento social, né, que é o trabalho todo voltado para realmente um social. E assim, lá, se você for solicitar uma ceia emergencial, se você fosse solicitar um auxílio emergencial, depois de 3 meses, 6 meses, é que você vai aparecer. Quando aparecer, cê tá até trabalhando já de novo, às vezes você nem tá precisando mais.

Samuel: Eles esquecem, né, o "emergencial"?

Olívia: Você solicita uma cesta básica (ininteligível) e é de 3 a 6 meses pra você chegar a receber, e olha que você nem recebe. Então, assim, eu acho, assim, que por ser um programa, ser realmente voltado para o social, não tinha que ter essa demora dessa, essa burocracia tão grande que tem hoje pra gente ser atendido. Hoje a gente tem um trabalho com todas as cooperativas, né, que a gente leva até as sedes hoje. A gente solicita o auxílio vulnerabilidade, né, e os catador, sempre quando a gente tá em situação de vulnerável, a gente pega esse recurso, né? Já tem mais de ano que a gente vem pedindo e até hoje alguns catadores são atendidos, outros não são. (Entrevista realizada na antiga sede da Centcoop em 03/03/2020).

Ainda existem os casos, vários inclusive, em que as reivindicações não são nem mesmo atendidas ou são prometidas e não acontecem na prática. O capítulo 2 já tratou deste aspecto ao abordar os diversos percalços em relação a auxílios socioeconômicos que foram prometidos aos catadores pelo GDF durante a pandemia de Covid-19 e que ou demoraram muito para sair, ou mesmo foram abandonados.

Nas falas de Olívia, Lucas, Carolina, Carlos e várias outras que não transcreverei por questão de sua extensão, e até mesmo aquelas que já foram abordadas em outros momentos deste trabalho, é possível notar uma relação hierarquizada onde os órgãos públicos impõem um modelo relacional não muito vantajoso para os catadores. Em alguns casos, embora existam vantagens para os catadores, principalmente por intermédio de reivindicações mobilizadas pelos catadores da ala administrativa, é possível vislumbrar o alto escalão do poder público como instrumentalizando as dificuldades dos catadores em prol de seu próprio benefício, tendo em vista questões relacionadas à base eleitoral, ao barateamento dos custos de triagem de materiais recicláveis, ao alinhamento com o discurso internacional vinculado às responsabilidades ambientais, ou mesmo, à prática do poder, conforme já debatido por meio de autores como Foucault, Butler e Mbembe. Estes pontos já foram tratados em mais detalhe nos capítulos 1 e 2, mas os retomo dada sua importância para entender os entraves nessas interações.

Também ressalto a importância que Carlos concede ao reconhecimento, termo reverberado em outras conversas que tive com outros interlocutores, tanto pela sociedade civil, quanto pelo governo, dada a importância que o trabalho dos catadores tem para as comunidades urbanas - algo que também pode ser conquistado pela atuação dos catadores em cargos de direção e representação junto a outros sujeitos, grupos sociais e instituições. Nas próprias palavras dele: “falta a gente ser reconhecido pelo serviço que a gente presta não só para o governo, mas para toda a comunidade”. Este reconhecimento seria importante tanto para superar as dificuldades que os catadores vivenciam nas interfaces com o governo, conforme já apontado acima, mas também para ter seu trabalho respeitado levando em consideração o efeito positivo que ele tem em dimensões socioambientais. Nesse sentido, uma última fala de Carlos aponta as complicações que os catadores passam junto à sociedade civil por não terem o devido reconhecimento ao seu labor:

Samuel: vocês sofrem muito preconceito?

Carlos: Sim.

Samuel: Aqui ao redor do galpão?

Carlos: Ao redor, onde a gente trabalha, na rua onde você tá fazendo o trabalho. Já ouvi muito as pessoas falando assim: “olha os catadores de lixo, os catadores de [inaudível].” Eu tive em um programa na Fátima Bernardes. Minha mulher foi convidada para divulgar um projeto dela e eu fui para falar a respeito de catadores. Ela veio falar catador de lixo e eu corriji ela na mesma hora: “oh Fátima, catador de lixo não, catador de materiais recicláveis”. Porque eu acho muito pesado você ali dizer, a gente não tá ali catando lixo, às vezes tem lixo no meio, mas o que a gente tá catando é material reciclável. Então, se eu cato material reciclável eu não estou catando lixo. O que falta é a população entender o tamanho do trabalho da gente para a comunidade e para tudo. Tantas toneladas que a gente tira do meio do lixo, pra tá mandando pra lá, evitando de ter um desmatamento de mata, um impacto no solo. (Entrevista realizada na antiga sede da Centcoop em 03/03/2020).

Em outro momento, conversei com André e Luciana, dois diretores da Brasília Reciclada, que me relataram uma situação semelhante de preconceito pelo trabalho dos catadores. Eles mencionaram um caso em que estavam em uma loja para adquirir um móvel e, ao serem questionados sobre suas ocupações profissionais para aprovar o pagamento no sistema de crédito próprio do estabelecimento, os dois mentiram indicando que eram autônomos. Para mim, eles explicaram que fizeram isso porque, em outras situações semelhantes vividas por outros catadores, quando se diz que é catador as vendedoras não autorizam a liberação do crédito por acreditarem, com base em ideias preconceituosas, que seu trabalho não é capaz de arcar com os custos de aquisições de produtos.

Assim, tentei nesta seção trazer alguns aspectos que apontam como ocorre a relação entre catadores e instâncias do GDF. Centrei-me no complexo jogo de ganhos e perdas que o

relacionamento com o GDF gera para os catadores, tendo como enfoque os entraves que os catadores enfrentam em diversos aspectos quando precisam reivindicar por melhorias para seu trabalho, como no caso de auxílios econômicos. Além disso, aponte para as peculiaridades de como a mediação exercida pelos catadores em funções administrativas e de representação se dá, a depender do órgão e de interesses políticos, já que há uma grande variabilidade, a depender das circunstâncias em que as interfaces são construídas. Também chamei atenção para a falta de reconhecimento que os catadores vivenciam, tanto do governo quanto da sociedade civil, em relação ao trabalho que eles desempenham. Já sobre a seção anterior, eu demonstrei como a mediação é exercida, principalmente, por aqueles catadores que trabalham na ala administrativa das cooperativas, enquanto que os da esteira não se envolvem de forma decisiva nas interações com o governo e com outros organismos fora do cotidiano das cooperativas. Esses eixos, conforme apresentarei mais à frente, são centrais para debater como a mediação se dá e por quais razões acontece.

Mediação: chaves para entender interações políticas

O debate em torno da mediação já foi iniciado antes neste capítulo. Por trazer aqui dados etnográficos, aproveitei para já trilhar reflexões que dizem respeito às interações entre GDF e catadores, ao apontar, principalmente, para os aspectos conflitivos e hierarquizados desta relação. No entanto, cabe qualificar um pouco mais a categoria de mediação de forma a entender mais densamente os significados deste conceito. Neste caso, utilizo-me de Valle (2015) como uma formulação interessante, por construir detalhadamente o histórico da categoria.

De início, é necessário mencionar como o debate a respeito de sujeitos com maiores possibilidades de transição entre diferentes espaços sociais, gerando assim relações que, em princípio, não poderiam se concretizar, pode ser visto já mesmo em autores clássicos. Aqui gostaria de ressaltar o caso de Durkheim, que aponta, em *Divisão do Trabalho Social*, a configuração de grupos que conseguiriam se interpor entre indivíduos e Estado. Outro autor essencial para entender a noção de mediação é Simmel que, resumidamente, propõe uma sociologia formal das relações triádicas, nas quais o terceiro elemento seria uma peça-chave na relação entre duas pessoas ou dois grupos sociais. Tudo isso deriva para a consolidação da categoria de mediação no contexto de estudos etnográficos. Para este caminho, Valle (2015) ressalta principalmente os estudos de campesinato e seus impactos para a consolidação da mediação no debate antropológico.

Neste sentido e em diálogo com Eric Wolf, Valle destaca a relação entre patrões e clientes em contextos campestres, em que aqueles desenvolveriam o papel de mediadores face a estes. dada a rápida adaptação pela qual passavam em contato com organismos nacionais, como entidades partidárias e aparelhos estatais para aplicação de políticas públicas. Embora Valle aponte que estas relações entre clientes e patrões eram envolvidas em aspectos informais e amigáveis, ainda existia um modelo hierárquico dos mediadores frente aos mediados. À vista disso, o autor continua seu diálogo com Wolf, que aponta a mediação em contextos de campesinato como um elo entre comunidades (representando o local) e nação (representando o sistema social abrangente). Assim,

Ele [Eric Wolf] sustentava que havia uma relação de ‘dependência’, por um lado, entre as comunidades, em termos locais, e o sistema social mais abrangente, de outro lado, portanto em termos da Nação. Assim, julgava que as comunidades desempenhavam funções particulares dentro do sistema social e que existiam, em segundo lugar, “grupos de orientação nacional”, cujos agentes teriam papel central na articulação de níveis sociais distintos, mas integrados entre si. (VALLE, 2013, p. 16).

Nos “grupos de orientação nacional” que a passagem menciona estariam justamente os mediadores, tais como os patrões que transitam nas interações entre as comunidades locais e os aspectos abrangentes da Nação. A sua atuação é essencial na formação de elos. Para Wolf, tais mediadores são sujeitos com grande capacidade de mobilidade, que conseguem transitar entre as expectativas das comunidades e as das nações. Esta posição por si só já carrega benefícios para o mediador, pois ele desenvolve variados contatos, alianças e ganhos financeiros ao atuar como intermediário entre comunidades e nação. Mesmo assim, não é possível colocar a prática dos mediadores como totalmente autônoma e independente. Pelo contrário, é necessário ressaltar como eles são responsáveis por estabilizar os conflitos originados pelos distintos interesses das comunidades e das nações, por se preocupar em proteger, defender e assegurar os anseios das comunidades frente a grande desigualdade que elas têm em relação à abrangência nacional. Em resumo, é possível indicar que há uma delegação do poder de barganha da comunidade para o mediador, levando em consideração a mobilidade que este possui, mas que não é possível colocá-lo em um posto extremamente autônomo e independente, já que, ainda assim, precisa “prestar contas” levando em consideração a proteção e segurança da comunidade.

Ainda em diálogo com Valle, gostaria de ater-me a Silverman e a distinção que esta faz entre mediação e intermediação. A antropóloga define que o mediador tem como papel aproximar grupos que, por estarem inseridos em sistemas sociais distintos, não teriam a

possibilidade de comunicação a não ser com a colaboração deste elo mediador. Entretanto, ela vai mais longe e caracteriza a mediação diante de dois pontos fundamentais: (1) precisa se relacionar com questões críticas e que se aplicam nas esferas locais e nacionais; e (2) o objeto de mediação é uma prerrogativa exclusiva do mediador. Neste sentido e em diálogo com Wolf, Silverman aponta que

A relação entre patrão e cliente criava laços de dependência por meio da ajuda e de proteção. Aqui deve-se recuperar as preocupações teóricas de Eric Wolf (1971; 2003), pois Silverman entende que a mediação do patrão possibilita os contatos entre os planos abrangentes da nação e os locais da comunidade, além de dar ajuda e proteção aos seus clientes (VALLE, 2013, p.20).

Neste quesito, Silverman coloca como a mediação construída entre patrão e cliente no contexto entre comunidade e nação deve ser enxergada como uma relação hierarquizada, já que o mediador ocupa um espaço próprio dele e que, a depender da sua atuação, pode trazer benefícios ou perdas para a comunidade. Caso a mediação não cumpra os dois requisitos (questões críticas envolvendo nação-comunidade e exclusividade do objeto da mediação pelo mediador), Silverman a nomeia como intermediação, posto que perde significativamente a relevância das peculiaridades da ação mediadora.

Colocadas tais questões acerca de mediação em contextos de estudos do campesinato, parto agora para outro aspecto relevante e que diz respeito à mediação em contextos de estudos urbanos. Neste quesito, aproximo-me dos estudos de Gilberto Velho e Karina Kuschnir.

Velho em *Biografia, Trajetória e Mediação* (2001) trabalha a categoria de mediação pelo prisma da ascensão de ambientes urbanos e cosmopolitas, tendo em vista que isto gera aumento da heterogeneidade entre diferentes sujeitos e grupos sociais. Segundo o autor, contextos urbanos são espaços com grande variedade de padrões culturais que podem ou não trafegar entre sujeitos que se entrecruzam na cidade. Para chegar a tal conclusão, Velho retoma o debate que diz respeito à construção da racionalidade econômica em função da sociedade capitalista sedimentada no século XIX. Neste caso, ele assume que, ao fim, tal racionalidade supera algumas características centrais da organização social em sociedades tradicionais, como religião, família e parentesco, e transforma a categoria do indivíduo em nuclear para a vida social moderna. Velho então se volta para alguns autores e fenômenos artísticos para ratificar sua formulação acerca do papel do indivíduo em sociedades modernas. Temos o caso de Freud que, ao transformar o indivíduo como unidade central da prática psicanalítica, traz à tona uma perspectiva centrada nele. Também é válido ressaltar o modo

como as artes incorporam a temática da relação entre indivíduo e sociedade durante a transição do século XIX para o XX. Isso fica evidente quando Velho menciona o caso de romances que abordam a trajetória individual de cada sujeito por meio da técnica de fluxo de consciência, de forma a colocar os personagens em constante construção e desconstrução na narrativa literária. Além disso, a viagem em romances também é objeto da análise de Velho, pois tais eventos eram vistos como momentos em que o personagem se via em um complexo momento de construção e desconstrução, tendo em vista a sua relação com o contexto social no qual se situava.

É ao citar a questão da viagem como momento de transição individual do personagem na narrativa literária que Velho se volta para o contexto urbano e aborda como sujeitos em contextos metropolitanos vivem em constante contato com outras realidades sociais, levando em consideração a diversidade cultural nas metrópoles. É daí que surge a categoria de mediação em contextos urbanos como meio de conectar as diferenças culturais que entram em choque durante as viagens dos sujeitos na cidade:

Entre outros pontos, destaque-se a problemática do trânsito entre mundos socioculturais. Os indivíduos, especialmente em meio metropolitano, estão potencialmente expostos a experiências muito diferenciadas, na medida em que se deslocam e têm contato com universos sociológicos, estilos de vida e modos de percepção da realidade distintos e mesmo contrastantes. Ora, certos indivíduos mais do que outros não só fazem esse trânsito, mas desempenham o papel de mediadores entre diferentes mundos, estilos de vida e experiências. Pelas próprias circunstâncias da vida da sociedade contemporânea, alta proporção de indivíduos transita, inevitavelmente, por diferentes grupos e domínios sociais (VELHO, 2001, p. 20).

Ao definir os mediadores em ambientes urbanos como estes que têm a capacidade de realizar o trânsito entre os mais variados estilos de vida encontrados na efervescência metropolitana, Velho contrapõe dois exemplos: o caso das empregadas domésticas e dos mestres de capoeira. O primeiro exemplo é interessante por narrar a transição que as empregadas têm ao morarem majoritariamente em zonas periféricas e trabalharem em locais de classe média e alta. Embora transitem entre estes espaços muito distintos e que trazem peculiaridades socioculturais, Velho aponta que a empregada assimila a vida cotidiana dos patrões, mas que estes assim não o fazem em relação a ela. É uma via de mão única em que somente a trabalhadora vivencia outro grupo social. Já no caso dos mestres de capoeira, Velho evidencia que ocorre de outra forma:

Diferentemente do caso das empregadas domésticas, esses capoeiristas expressam com clareza um *projeto de mediação* quando, por meio de seu trânsito e de suas viagens, difundem práticas e valores de uma cultura afro-brasileira. Existem

discurso e retórica através dos quais é contada e divulgada uma história da capoeira em que a tradição afro-brasileira é fortemente valorizada. [...] Portanto, encontramos essa relação em que os mestres são de categorias sociais subordinadas enquanto os discípulos provêm de níveis superiores da estratificação social. Decorre daí uma interação onde afro-brasileiros são tratados com respeito e consideração, podem ser convidados para as casas das famílias dos alunos e, com alguma frequência, namoram e casam com discípulas jovens e brancas (VELHO, 2001, p. 23).

Velho aponta vários outros exemplos em que analisa o trânsito de sujeitos entre diferentes contextos, sendo que, em alguns casos, como no da capoeira, existe o processo de mediação pautado na integração do mediador junto a outra situação social, mas também casos, como o das empregadas domésticas, em que a mediação não se dá porque esse sujeito não se integra aos modelos sociais com os quais ele tem contato durante as idas e vindas na cidade. Neste sentido, Velho adiciona mais uma camada à sua definição de mediadores: eles precisam, de forma sistemática e não somente pontual, atuar neste processo de metamorfose que congrega diferentes realidades sociais, que sem sua atuação não teriam contato. Nas próprias palavras dele:

A possibilidade de lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose, dá a indivíduos específicos a condição de *mediadores* quando implementam de modo sistemático essas práticas. O maior e o menor sucesso de seus desempenhos lhes dará os limites e o âmbito de sua atuação como *mediadores* (VELHO, 2001, p. 25).

Com o conceito de mediação sedimentado, ele aborda como esta categoria se mostra especialmente importante no trato político, na visão de que a população civil, mediante mediadores, consegue desenvolver contatos com o Estado (ou representantes do poder público) para assim colocar suas reivindicações comunitárias. Neste caso, transito agora para Kuschnir e sua contribuição para o debate da mediação em contextos políticos e urbanos.

No artigo *Trajatória, Projeto e Mediação na Política*, Kuschnir (2001) analisa a história de Ricardo Alves, um político que transitou em diversos espaços distintos: nasceu em uma família humilde e de baixa renda, mas ingressou no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) se envolvendo com pessoas que vieram de um contexto totalmente diferente do seu. Depois de passar por empresas de grande renome na sua área de atuação, como Petrobras, Alves virou sindicalista e, por fim, ingressou no mundo político até se tornar Deputado Federal. Por essa breve biografia é possível identificar como ele vivenciou diferentes realidades e como isso afetou a sua desenvoltura em variados espaços em que se situa. É neste último ponto que a argumentação de Kuschnir se constrói. Segundo a autora, o mediador é um sujeito que

Além de demonstrar bom trânsito, [...] foi capaz de encontrar pontos de *contato e comunicação* entre diferentes *mundos*, produzindo novos resultados a partir desse processo. Essa é a tarefa básica do *mediador*. Sua atuação é mais ampla do que a de um intermediário, que apenas transporta informações de um lado para o outro. A interferência do *mediador é criativa*, gerando novos valores e condutas (KUSCHNIR, 2001, p. 158, itálicos do autor).

Como é possível observar por essa passagem, Kuschmir dialoga com o que já coloquei acima a propósito de Silverman: o mediador não deve ser enxergado somente como um elo entre duas ou mais realidades diferentes, mas como um sujeito que ao, tomar tal posição, consegue influenciar na própria forma como essa relação se dará. Como exemplo, a autora observa o caso de Ricardo Alves, quando populações de uma favela do Rio de Janeiro foram ao seu gabinete na busca de ajuda para resolver problemas da comunidade por meio do setor público. O líder desta comunidade indicou que caso Ricardo Alves colaborasse com a resolução dos problemas vivenciados na favela, ele teria o apoio eleitoral daquela população. Nisto, segundo a autora, Alves indicou que não era um político que auxilia a população em busca de votos, mas que seu trabalho era ajudar a abertura de portas do setor público e brigar para a superação dos problemas das comunidades carentes.

Entendo que este exemplo indica justamente o papel do mediador como um sujeito ativo e que constrói a relação que ele está mediando. Caso fosse um intermediador, aquele que não tem a capacidade de se utilizar da criatividade para desenvolver uma relação, Alves não teria a postura que desempenhou de indicar seu papel como aquele que abre as portas e que briga pela comunidade. Ele seria somente uma ponte sem grandes impactos nos pontos que ele une. Em outros exemplos da carreira de Alves colocados por Kuschmir, como uma ocasião em que ele colaborou com comerciantes do Leblon, percebe-se justamente essa característica do mediador como um sujeito que ativamente constrói a relação e não somente une os lados opostos para eles dialogarem entre si.

Ao perpassar estes autores e suas reflexões em relação à categoria de mediação, o que gostaria de abordar é como este conceito em muito pode ajudar a pensar não só as formas de ligar diferentes contextos sociais, mas também os modos de configurar tal relação. Ou seja, um mediador não deve ser visto somente como uma ponte, mas sim como alguém que constrói a relação entre sujeitos e grupos. Além disso, o conflito se mostra um aspecto central do conceito de mediação. Sem conflito, esta categoria se esvairia de sua importância para o entendimento das relações sociais. Dada a natureza conflituosa de certas relações, a mediação, em muitos casos, também será hierarquizada, principalmente em contextos políticos: o

mediado se vê dependente do mediador para construir o diálogo com a esfera política em busca de reivindicações que precisam ser negociadas com os representantes das autarquias oficiais.

O Estado fragmentado: mediação e conflito na luta pelo reconhecimento

Tendo em vista esta perspectiva de mediação, considero necessário refletir sobre o Estado, já que este tem papel central, sendo o polo, representado pelo GDF, ao qual se direciona aquilo que poderíamos considerar a atividade de mediação dos catadores em cargos de administração e gestão das cooperativas. Neste sentido, gostaria de apropriar-me de formulações que ajudem a desestabilizar e a desessencializar a categoria Estado, que por muito tempo foi vista como uma instituição fixa, monolítica e homogênea. Neste caso, aproximo-me da análise empreendida por Lima e Castro (2008) a respeito da evolução do conceito de políticas públicas e o impacto que isto tem na percepção do Estado. Os autores apontam que, por muito tempo, políticas públicas consistiam

na identificação de um problema, na formulação de um argumento racional, ou um conjunto de respostas científicas para o “problema” que acaba sempre sendo traduzido em última instância como problema de natureza essencialmente econômica. (LIMA E CASTRO, 2008, p. 359).

Neste sentido, a visão sobre o Estado diz respeito, principalmente, a uma instituição que teria os meios para concretizar essas políticas em prol de sua população. Ou seja, as análises levando em consideração tal perspectiva da ação do Estado teriam uma visão preocupada com a capacidade última que este tem de construir políticas públicas. Entretanto, os autores defendem uma visão de Estado não relacionada a tal entendimento, mas sim como uma instituição fragmentada e as políticas públicas não mais vistas como ações estanques. Neste sentido, eles visualizam como estudos voltados a políticas públicas durante os anos 1960 e 1970 dialogam com outra visão estatal diferente daquela antes propagada:

Segundo o autor, o campo de análise das políticas públicas que começou a se desenhar no final dos anos de 1960/1970, teria se recusado a tratar o Estado de forma globalizante ou de “forma generalista como uma entidade monolítica” (MELO, 1999, p. 61). Tal mudança de direção expressaria uma maior especialização da área, com investimentos em análises setoriais (de políticas de saúde, educação etc.), mas também mantém estreita articulação com os investimentos pós-coloniais e a chamada “crise do welfare state”. Diante disto, o que se convencionou chamar de “Estado em ação”, no caso brasileiro, estaria fincado neste redirecionamento disciplinar (LIMA E CASTRO, 2008, p. 361).

Assim, o Estado não deve ser visto como um organismo racional que busca primordialmente a aplicação de políticas voltadas para a população que está sob seu território nacional. No sentido da argumentação dos autores, é interessante o apontamento que trazem sobre o pensamento foucaultiano, ao abordarem a antropologia das políticas públicas e como ela questiona a percepção comum de políticas públicas como ações orientadas exclusivamente para a superação de problemáticas resultantes da sociedade desigual capitalista:

a antropologia das políticas públicas, ou uma *anthropology of policy* pensando as políticas públicas como “linguagem e poder”, como “agentes culturais”, e como “tecnologia política”, numa combinação com dívidas evidentes para com as formulações de Michel Foucault (LIMA E CASTRO, 2008, p. 367).

É interessante os autores abordarem Foucault já que ele defendeu que o Estado “talvez não seja mais que uma realidade compósita e urna abstração mitificada cuja importância é bem mais reduzida do que se imagina” (FOUCAULT, 2008, p. 144). É por conta desta visão que o filósofo francês se interessa principalmente em apontar o processo de governamentalidade onde o governo passa a ser um ponto que compõem o Estado, conforme indiquei no capítulo 1, algo que desemboca na leitura de uma instituição estatal em desenvolvimento e não de algo estagnado. Desse modo, e retomando Lima e Castro, o Estado e sua operacionalização para com a sociedade, como é o caso das políticas públicas, não devem ser vistos somente pela ótica do desenvolvimento social. Antes, estes autores apontam por um caminho de políticas públicas como tecnologias políticas em que o Estado conseguiria se entremear nas diferentes populações que estão sob seu domínio.

Para aprofundar neste quesito, gostaria de me aproximar de um estudo que coloca o Estado e suas ações neste contexto de uma tecnologia política. Trata-se de uma etnografia das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) que prestam serviços de atenção primária à saúde para famílias (TEIXEIRA; PEREIRA, 2015). Neste estudo, as autoras visualizam esses profissionais como agentes e ferramentas políticas no sentido de empreenderem mediações com estas famílias. Tais mediações consistem na aplicação de tecnologias do governo voltadas para a classificação dos sujeitos que desfrutam deste serviço público em uma perspectiva simbólica do poder estatal. Ou seja, as ACS são encaradas como a representação do Estado neste recorte social, promovendo e produzindo assim a tecnologia vinculada à promoção da vida e da saúde de modo a transformar estes sujeitos atendidos por essas profissionais em objetos da ação política. Observa-se nitidamente como os autores se

aproximam de pressupostos foucaultianos na análise do poder em sua atuação microfísica, representada aqui pelas ACS, e no conceito de biopolítica na promoção e administração da vida. Dessa forma,

As redes de interações, posições sociais e descontinuidades observadas em campo foram ressignificadas como processos estatais e técnicas de governo e, por tal deslocamento, as chamadas intervenções ou políticas de governo puderam, assim esperamos, ser reconsideradas enquanto fabricação cotidiana do próprio Estado que, ao promover direitos e prestar serviços à população, faz-se presente modelando corpos (individuais e coletivos) e modos de vida – ao mesmo tempo em que tem seus procedimentos por esses transformados (TEIXEIRA; PEREIRA, p. 209, 2015).

Observa-se como as autoras articulam a intervenção desta política pública com a fabricação de um Estado no cotidiano desta população. Neste caso, o Estado se constrói nessa relação entre as ACS e a população que é atendida por este serviço público de forma que os corpos são modelados de distintas maneiras ao serem objeto deste procedimento. Assim, a contribuição deste estudo é entender que o Estado não deve ser defendido como algo monolítico e preexistente, mas sim construído em contexto social, por meio das ações empreendidas, dos sujeitos que atuam como seus representantes e das populações que são alvos dessas iniciativas governamentais.

Além disso, gostaria de prosseguir no tratamento da perspectiva de fazer o Estado por meio da dissertação de mestrado de Felipe Silva (2017) sobre o movimento indígena em contato com o Estado brasileiro. Este trabalho busca entender a relação desenvolvida entre o Movimento Indígena e a arena política no Brasil contemporâneo. Para alcançar este objetivo, o autor se preocupa em etnografar dois eventos que colocam diversos povos indígenas em diálogo com esferas governamentais, além de analisar como se deu a construção do Movimento Indígena no Brasil. Destaco o ponto em que Silva se preocupa em indicar o Estado como algo fabricado no contexto da interação que este tem com o Movimento Indígena. Em diálogo com Gupta, Bourdieu, Abrams e outros autores, Silva mostra que busca

compreender o modo como se constitui não apenas uma determinada ideia de Movimento Indígena, mas também o modo como a própria categoria Estado é acionada e refletida pelos participantes, indígenas e não-indígenas, durante os vários eventos aqui etnografados. E, com isso, busco atentar também para a avaliação que esses mesmos participantes, no caso específico os indígenas, fazem em relação a qual deve ser, portanto, o posicionamento político do Movimento Indígena diante desse Estado (SILVA, p. 14, 2017).

Diante disso, o autor aponta diversas situações e análises que demonstram como a relação entre o Estado brasileiro e o Movimento Indígena é centrada no conflito. Por meio da

sua etnografia, é possível vislumbrar diversos momentos em que o conflito é a palavra de ordem nestas mediações, primordialmente quando visualizamos os tensionamentos gerados pelas reivindicações que os povos indígenas pleiteiam da esfera governamental, mas que são negadas ou não aplicadas, ficando por assim dizer só no papel. Um exemplo visível disto foi durante a abertura da Etapa Nacional da 1º CNPI (Conferência Nacional de Política Indigenista), onde diversas autoridades que representavam o Governo indicaram como os povos indígenas e o governo estavam juntos para a implementação de uma política indigenista adequada para estas populações. Entretanto, somente após dois dias deste evento, os indígenas foram barrados ao tentarem entrar no Congresso Nacional, o local por excelência em que políticas nacionais são debatidas e construídas.

Com tais fundamentos, Silva, em contato com o trabalho de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), aponta o conceito de repertórios de interação, que busca desvelar os diferentes caminhos pelos quais os movimentos sociais podem desenvolver relação com as esferas governamentais. Embora indique que há diferentes repertórios, pois há uma infinidade de povos indígenas e, conseqüentemente, o modo como eles operam tais repertórios varia bastante, o autor indica como o conflito é o ponto central destas interações, colocando o Estado em uma atitude majoritariamente tutelar em relação aos povos indígenas, enquanto estes reivindicam uma autonomia para desvirtuar as narrativas adotadas pelo poder governamental, que busca conformar as populações indígenas em uma lógica de conciliação nacional.

É neste *ethos* de interações conflituosas que as mediações exercidas, principalmente por lideranças indígenas, colocam em xeque a percepção do Estado: ao se envolverem com diferentes representantes do poder governamental, tais diálogos demonstram como esses representantes adotam diferentes posturas a depender do momento, das reivindicações, dos benefícios políticos e tantas outras nuances envolvidas na prática mediadora e política. Um exemplo para esta percepção de Silva foi colocado logo acima quando indiquei como em determinado momento políticos e servidores públicos indicam que estão juntos dos povos indígenas, mas logo depois os impedem de adentrarem a Câmara dos Deputados.

Os debates apresentados até o momento foram importantes no sentido de aprofundar o conceito de mediação levando em consideração estudos de campesinato e antropologia urbana e nas percepções coletadas em campo. Com base no que foi colocado, busco indicar como o processo de mediação pode ser definido como: (1) o mediador figura como um personagem que ativamente cria a relação entre diferentes sujeitos ou grupos sociais; (2) o conflito é um importante aspecto constitutivo da mediação; e (3) a hierarquia, principalmente em contextos

de mediação política, é outro aspecto constituidor no que tange tanto à posição privilegiada que o mediador ocupa quanto porque a negociação se dá entre um polo mais fraco (normalmente a população) e outro mais robusto (representado preponderantemente pelo governo). Em relação às particularidades do meu campo, há um aspecto destes três pontos que defendo não ser necessariamente a realidade do meu estudo: em relação a hierarquia vinculada a categoria de mediação, os catadores administradores que atuam na mediação com o GDF não são vistos como ocupando uma posição hierárquica em relação aos catadores que não estão no centro das mediações. Na verdade, estes últimos enxergam a mediação muito mais como um trabalho que precisa ser feito do que algo que privilegia os sujeitos que mediam. Como já indicado, ao esboçar isso não pretendo dizer que não existem determinadas vantagens para aqueles que funcionam como ponte na mediação, posto que eles realmente acessam diferentes espaços e constroem diálogos as suas vidas e a dos seus pares. Todavia, estes ganhos não são visualizados pelos catadores da esteira, posto que lidar com o governo é encarado como um problema ao invés de algo benéfico. Além disso, também defendi o entendimento de que os catadores administrativos em alguma medida compactuam com os preceitos normativos das ações do GDF. Assim sendo, embora eles estivessem em uma posição de mediação que os colocam em uma situação privilegiada frente aos catadores da esteira, os administrativos ainda estão sob os efeitos disciplinadores difundidos pelo governo. Mesmo assim, a mediação também pode ser vista como um espaço em que as reivindicações contrárias ao governo são materializadas já que este espaço é, como já defendido, um local de conflito entre posições contrárias que precisam encontrar um meio termo. Dessa forma, os catadores administrativos, ao exercer a mediação, podem ser vistos tanto por uma ótica do catador ideal quanto por uma outra perspectiva de catador que se utiliza deste canal de diálogo para reivindicar as lutas na busca por valorizar sua classe. Com isso, vemos o complexo fenômeno existente a analisar a mediação no caso do meu estudo.

Além deste ponto, recuperei a argumentação centrada em criticar etnograficamente a ideia de Estado como entidade racional e monolítica. Longe desta ideia, o que percebo com base nas bibliografias levantadas e na pesquisa de campo é que o Estado, na realidade, precisa ser visto por uma perspectiva de fabricação onde diferentes sujeitos, grupos, órgãos, conflitos e reivindicações se dão nesta esfera. Observar esta perspectiva do Estado é necessário, pois também se vincula à prática de mediação: antes de entender que a mediação política dos catadores se dá com o GDF, é necessário apreender que, na realidade, essa mediação ocorre com determinados servidores, políticos e autarquias emaranhadas de diversas reivindicações e conflitos que dão o tom para os repertórios de interações nos diálogos construídos com os

catadores. Antes de sedimentar a mediação, é mais importante apontar tais nuances, conforme abordei a partir de narrativas de observações, conversas e entrevistas. Mesmo assim, devo notar que, no caso em tela, encaro que o conflito é um ponto central no modo como a mediação se constrói, mesmo que em alguns casos este viés conflituoso não seja tão visível, a depender do instante em que o contato entre catador e representantes governamentais se dá. Um exemplo foi a *live* de abertura do Complexo de Reciclagem que apontei no capítulo 2 e que aqui gostaria de retomar: embora os catadores estivessem com diversos problemas estruturais do galpão que foi entregue a eles, naquela situação em específica a fala da Aline foi centrada principalmente em agradecer e vangloriar o trabalho do GDF e de algumas deputadas federais. Isto é, o conflito nesta circunstância foi apagado, mas ele ainda estava ali e foi retomado em outras ocasiões em que os catadores contactaram representantes do governo para lidarem com aqueles problemas e com tantos outros que eles ainda enfrentam.

Sendo assim, visualizo esse jogo de ganhos e perdas dos catadores com o governo como outro ponto que caracteriza a mediação que proponho analisar. Ao se relacionar com o governo, os catadores indicam que este seria, ao mesmo tempo, um aliado e um inimigo tendo em vista as ações que colaboram ou não com estes trabalhadores. Essa perspectiva novamente reitera a defesa que propago sobre visualizar o Estado como esta instituição fragmentada, posto que não há um modelo único do modo de lidar com os catadores. Por exemplo, durante o fechamento do lixão o GDF, em alguma medida, desenvolveu ações que podem ser vistas como benéficas para a inclusão dos catadores em um modelo de trabalho não insalubre, embora eu aponte as críticas com base no pensamento foucaultiano de disciplinarização e regulamentação destes corpos. Já no período de pandemia, esta atitude de inclusão e amparo a estes trabalhadores não foi visualizada com tanta celeridade. Isto é, a tomar distintas posturas em situações tão semelhantes de vulnerabilidade da população de catadores, encaro isto como indício do que defendo de um Estado fragmentado que se constrói no cotidiano das relações entre os sujeitos.

Por último, gostaria de abordar quais são as implicações do Estado fragmentado e da mediação baseada no conflito para se entender as razões pelas quais estas interações entre catadores e governo se dá. Para tanto, reaproximo-me do pensamento de Butler sobre corpos passíveis de luto e precariedade. Em resumo do que já foi exposto, Butler observa que, em sociedades desiguais, a precariedade, entendida como a condição comum a todos em que podemos sofrer danos aos nossos corpos ou até mesmo morrer, é distribuída também de modo desigual, “o que implica a sua desvalorização como algo que, para os esquemas dominantes de valor, não vale a pena ser apoiado e protegido enquanto vida” (BUTLER, 2018, p. 218).

Aqui vale ressaltar que quando Butler indica a vida, ela trata de um direito a viver uma boa vida que reivindica o suporte básico para necessidades dos seres humanos, como alimentação, saúde e moradia. Desse modo, uma vida boa se relaciona a alcançar o status de ser passível de luto no espaço, sendo assim categorias entrelaçadas. Por conseguinte, Butler coloca a luta e a busca pelo reconhecimento na esfera pública como uma ação performativa por parte desses sujeitos que contestam esta condição precária ao qual estão submetidos na busca por alcançar uma vida boa. Esta contestação pode ser dada de diferentes maneiras, como pela fala ou pela reunião de corpos na rua que, mesmo em silêncio, apontem o não reconhecimento ao qual são sujeitos pelas estruturas sociais de modo a reivindicar o seu luto que deve ser vivido no espaço público.

Meu interesse em apontar esta argumentação de Butler é por entender que as interações dos catadores com o governo podem ser encaradas como uma das formas em que tal contestação de suas condições precárias se dá. Durante todo o trabalho, a intenção principal era apontar as inúmeras dificuldades que os catadores têm nas interações que desenvolvem com o GDF em diferentes momentos, como no fechamento do Lixão e na pandemia de Covid-19. Além disso, muitas falas dos próprios catadores reverberam a ideia de que eles não são reconhecidos plenamente pelo governo e pela comunidade, situação que fica ainda mais séria quando eles apontam a importância de seu trabalho para problemáticas socioambientais. É neste contexto que a mediação se constrói de modo a verbalizar as condições precárias ao qual estão submetidos. Por esta perspectiva, a razão de tal mediação existir é oriunda da luta, do conflito e da falta de reconhecimento que estes sujeitos vivenciam e esta interação política seria uma das formas de resistir contra esta situação à qual estão submetidos.

Conclusão

Este trabalho teve como finalidade abordar as peculiaridades na relação empreendida entre catadores de materiais recicláveis e o Governo do Distrito Federal. A centralidade que dei principalmente a categoria de poder, com diálogos principalmente com Foucault e Butler, demonstra como não é fácil desvelar estas interações que em um primeiro momento podem ser vistas como simples, mas na realidade carregam consigo variadas camadas de análises que ao serem escavadas expõe como a operação do poder exercida pelo GDF sob os catadores têm a capacidade de formatá-los segundo uma lógica normativa de como deve ser a conduta deste sujeito ou, em alguns casos, de não reconhecê-los como indivíduos dignos de viverem plenamente suas vidas. Ao mesmo tempo, foi importante atentar-me às respostas que os catadores dão ao exercício deste poder no momento em que estes contestam a situação de precariedade a qual são sujeitos. No caso da minha pesquisa, foquei nas reivindicações desenvolvidas, no âmbito da mediação que os catadores constroem com o GDF, no sentido de entendê-las como um ato performativo que reivindica o reconhecimento como vidas que merecem o suporte das instituições públicas. Para chegar a esta conclusão, percorri durante três capítulos diferentes situações e meandros que demonstram como a relação entre os catadores e o GDF se dá.

No primeiro capítulo, meu foco se direciona ao Lixão da Estrutural. Neste momento, minha argumentação foi pautada em entender como o Lixão surgiu tendo grande protagonismo dos catadores que precisavam de meios para suprir suas necessidades materiais básicas. Logo depois, tratei sobre as ações empreendidas pelo GDF para fechar o Lixão e remover os catadores dali para adequá-los a um novo modelo de trabalho que dialogasse com ditames legais, como o caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para isto, o governo realizou medidas de inclusão que iam desde programas de transferências de renda, políticas de formação educacional e fornecimento de galpões para os catadores trabalharem. Com o encerramento do Lixão, os catadores tiveram que se adequar a novos modelos de trabalho, agora pautado em uma grande regularização tanto na esteira quanto na parte administrativa. Esta situação resultou principalmente em dificuldades para os catadores: além de terem uma grande perda na sua renda, já que o GDF paga um valor por tonelada bem abaixo do que era conseguido no Lixão, eles tiveram perda da autonomia do seu trabalho e precisaram seguir diversas normativas que concerne às exigências impostas pelo contrato com o SLU. Com base nestas questões, proponho analisar por intermédio de conceitos foucaultianas a construção de um sujeito ideal catador que seria concretizado mediante ações disciplinares, reguladoras e

normativas aplicadas durante e após o fechamento do Lixão. Isto é, ao mesmo tempo que as medidas de inclusão podem ser vistas como benéficas, em última análise a finalidade principal destas é trabalhar na condução destes catadores que, durante o Lixão, se relacionavam com pouquíssima intervenção do poder governamental. Neste novo momento do trabalho dos catadores já nos galpões do SLU existe a aplicação de diferentes vertentes de poder disciplinar e regulador, como são os casos da educação, advertências, presença de fiscais, diagnóstico de saúde, entre outros.

No segundo capítulo, volto minha atenção para a situação dos catadores durante a pandemia de Covid-19, além de abordar questões relacionadas à metodologia da pesquisa. Neste último ponto, aproximo-me das reflexões de (1) Magnani sobre o fazer antropológico em contextos urbanos, (2) George Marcus no que concerne à categoria de etnografia multissituada e os impactos que ela trouxe para a antropologia a partir do final do século XX e (3) Escobar a respeito da antropologia da cibercultura, muito importante para o momento da pesquisa realizada durante o isolamento social. Sobre os dados produzidos, trouxe enfoque nas ligações que realizei com interlocutores da Centcoop, além de duas *lives* que assisti e acompanhamento de notícias em portais oficiais do GDF. Por fim, no final de dezembro ainda fui presencialmente ao recém-inaugurado Complexo de Reciclagem do Distrito Federal para entender como os catadores estavam neste novo espaço de trabalho. Com base neste momento da pesquisa, defendi que havia uma distinção frente ao que havia colocado anteriormente. Enquanto no primeiro capítulo abordo as medidas de inclusão do GDF na normatização dos sujeitos, no segundo capítulo percebo um grande abandono por parte do governo na terrível situação de vulnerabilidade vivenciada pelos catadores durante a quarentena. Consequentemente, voltei a Foucault e adicionei reflexões de Mbembe e Butler para analisar o poder não pela ótica do fazer viver e da normatização dos corpos, mas no sentido de entender as operações do poder relacionadas a política de morte e abandono de sujeitos que não são reconhecidos como aqueles que têm uma vida que merece ser vivida. Ao abordar este ponto, ainda foi possível retomar ao que coloquei no capítulo 1 sobre o momento prévio ao fechamento do Lixão, posto que naquela situação os catadores também eram constantemente negligenciados pelo governo.

No terceiro e último capítulo, minha preocupação foi em aprofundar os sentidos da mediação construída entre GDF e catadores de materiais recicláveis. Para isto, foi necessário entender a distinção entre dois grupos de catadores que visualizei durante o campo: aqueles que trabalhavam na esteira e os outros que desempenhavam suas funções na ala administrativa. Estes últimos eram principalmente os que desenvolviam as atividades de

mediação junto ao governo. Outrossim, esta divisão entre dois grupos de catadores pode ser encarada pela lente da prática do poder disciplinar colocado no capítulo 1: ambos foram subjetivados seguindo os pormenores desta disciplinarização colocada por meio de políticas de inclusão, mas os catadores da ala administrativa ao mesmo tempo que seguem este paradigma também conseguem chacoalhá-las por intermédio da mediação que se desenrola com o governo. Neste sentido, trouxe o entendimento sobre a mediação por levantar discussões desenroladas em estudos de campesinato e antropologia urbana. A ideia defendida é que a mediação se pauta principalmente no conflito entre partes que, em diálogo, precisam chegar a um meio termo. Trazendo esta visão para a realidade dos catadores, visualizo que a mediação pode então ser encarada como este caminho, dentre tantos outros, que se concretiza uma ação reivindicatória em busca do reconhecimento pleno que o governo ainda nega para estes sujeitos. Ainda é neste contexto que eu aponto a crítica a caracterização da instituição estatal como estanque e dada. Pelo contrário, encaro ser necessário captar o Estado fabricado no cotidiano que ele desenrola com os diversos grupos sociais ao qual há interação. Da mesma forma, apontei como os próprios representantes do Estado, por exemplo políticos e servidores públicos, também indicam a fabricação estatal no sentido de desenvolverem ações pautadas em benefícios ou interesses próprios e não exclusivamente ao bem da sociedade. É necessário esta discussão acerca do Estado porque ela traz chaves para o entendimento da prática mediadora em contextos políticos. Antes de tentar solidificar a mediação, é importante entender que ela ocorre entremeadada de sujeitos que têm os seus próprios interesses. Desse modo, a mediação dos catadores não se dá necessariamente com o GDF, mas sim pelos sujeitos que o representam.

Outros caminhos

Por fim, vejo a necessidade de aguçar algumas temáticas que este trabalho desenrolam e que poderiam ser abordadas em outros estudos. O primeiro deles se relaciona às relações que os catadores produzem com outras instituições ou sujeitos que não seja o governo. Como coloquei em alguns momentos, os catadores também mantêm diálogos com algumas ONGs e instituições privadas. Além disso, Carla me confessou, durante a pandemia, que a Centcoop entrou em contato com organizações religiosas a fim de ter suporte para conseguir doações de cestas básicas para os catadores. Na Brasília Reciclada, os catadores construíram pontes com alguns bancos para reciclar os papéis que são descartados. Assim, este poderia ser outro

campo fértil para continuar o estudo sobre a posição que os catadores têm em contato com organizações que não estão necessariamente vinculadas ao trabalho de catação.

Por este mesmo caminho também é possível observar as relações de solidariedade que são desenvolvidas entre os próprios catadores e com a sociedade civil. Retomando a pesquisa no período pandêmico, a Centcoop conseguiu recursos financeiros em doações que a comunidade fez para a aquisição de cestas básicas aos catadores. Neste quesito, entender como esse fenômeno se dá é importante complemento ao debate sobre a busca pelo reconhecimento observado pela lógica da sociedade civil e não somente das esferas governamentais.

Já em relação ao último ponto, considero interessante trazer lentes em relação a questões de gênero e raça. Minha pesquisa olhou com atenção a questão da desigualdade social ao se aproximar de conceitos como precariedade e necropolítica que abordam como determinados sujeitos são mais suscetíveis a condições de não reconhecimento em relação a outros que têm suas vidas valorizadas. Observar com mais atenção em como raça e gênero são mobilizadas nestas situações pode trazer maiores aprofundamentos no que diz respeito aos conflitos e lutas ao qual os catadores são submetidos. Vale mencionar que, pelas minhas observações, grande parte dos catadores eram mulheres e pessoas negras.

Todas estas temáticas são de suma importância para dar continuidade a desvelar os intercursos que os catadores constroem com os diferentes agentes que o cercam, trazendo outros diálogos podem apresentar novas percepções ou ratificar aquelas que já aponte com meu trabalho etnográfico.

Referências bibliográficas

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era lula. **Dados**, [S.L.], v. 57, n. 2, p. 325-357, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO).
- BAPTISTA, Vinícius Ferreira. *As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis?*. Revista de Administração Pública, [S.L.], v. 49, n. 1, p. 141-164, fev. 2015. FapUNIFESP (SciELO).
- BERCITO, Diego. **Pandemia democratizou poder de matar, diz autor da teoria da 'necropolítica'**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-a-utor-da-teoria-da-necropolitica.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31/08/1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambientes*. DOU de 31 ago. 1981.
- BRASIL. Lei nº 9.605, de 12/02/1998. *Dispõe sobre Leis de Crimes Ambientais*. DOU de 31 ago. 1981.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 05/01/2007. *Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico*. DOU de 31 de agosto de 1981.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 02/10/2010, *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos*. DOU de 02 de agosto de 2010.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. São Paulo, Editora Autêntica, 2017.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CAMPOS, Heliana K. T. *Como fechamos o segundo maior Lixão do mundo*. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento, Brasília, v. 8, n. 2, p. 204-253, 2018.
- CANDIOTTO, Cesar. Governo e direção de consciência em Foucault. **Natureza Humana**, 10(2): p. 89-114, jul.-dez. 2008.
- CHAVES, Christine Alencar. 1996. *Eleições em Buritis: a pessoa política*. Série Antropologia, 206. Brasília: UnB.

CRUVINEL, Vanessa Resende Nogueira et al. *O fim do maior Lixão da América Latina: inclusão sócio produtiva e cuidado com a saúde dos catadores de materiais recicláveis*. 2020. Disponível em <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi. **Construindo movimentos**: uma conversa em tempos de pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020.

DISTRITO FEDERAL. Sedes. **Pagamento do auxílio calamidade a catadores**. 2020. Disponível em: <http://www.sedes.df.gov.br/11273-2/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DISTRITO FEDERAL. Sedes. **GDF paga auxílio calamidade para 267 catadores**. 2020. Disponível em: <http://www.sedes.df.gov.br/gdf-paga-auxilio-calamidade-para-267-catadores/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DYTZ, Rebecca Valões. *Lixão da Estrutural*: uma paisagem no tempo. 2017. 188 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ESCOBAR, Arturo. Bem-vindos à Cyberia: notas para uma antropologia da cibercultura. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theofilos (org.). **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: Aba, 2016. p. 21-66.

FADUL, Lucas et al. *“Lixão, Um Problema de Todos Nós”*. Correio Braziliense, 10 de maio de 2017. Disponível em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/lixão-um-problema-de-todos-nos>.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **Sobre a genealogia da ética**: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 253-278.

GDF. Decreto nº 29.399, de 14/08/2008. *Regulamenta a Lei nº 3.232 de 03 de dezembro de 2003*. Publicado no DODF de 14/08/2008.

GDF. *Plano de intervenção do Lixão do jóquei*. 12/2015. Disponível em: http://www.slu.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/plano_intervencao.pdf

GDF. Lei nº 3.232, de 03/12/2003. Dispõe sobre a política distrital de resíduos sólidos. Publicado no DODF de 03/12/2003.

GIRARDI, Giovana. *Oceanos recebem 25 milhões de toneladas de lixo por ano*. Estadão. 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,oceanos-recebem-25-milhoes-de-toneladas-de-lixo>

-por-ano,70002235798. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Supere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, jan-jun/2016, p. 194-210.

KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001. p. 15-28.

LIMA, Antônio Carlos de Sousa; CASTRO, João Paulo Macedo e. Política(s) pública(s). In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Aba e EDUFBA, 2008. p. 351-392.

LIMA, Maria Raquel Passos. *Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de jardim gramacho (rj)*. Horizontes Antropológicos, [S.L.], v. 24, n. 50, p. 145-180, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO).

MAGNANI, José Guilherme. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol.17. n.49, junho de 2002, p. 11-29.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova guiné ocidental**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MARCUS, George. *Identidade passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a modernidade no final século XX ao nível mundial*. Revista de Antropologia, São Paulo, n. 34, 1991, p. 197-221.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, dez/2016, p. 123-151.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. *Cooperativismo e políticas públicas: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em uma cooperativa de trabalhadores rurais assentados em Ribeirão Preto, SP*. In: Congresso de pesquisadores de economia solidária, 1, 2015, São Carlos. Anais I CONPES, São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <<http://www.conpes.ufscar.br/anais>>. Acesso em: Setembro/2019.

NEVES, Graziela Maria Fernandes das; MAIA, Aline Almeida; REIS, Paulo Celso dos. *A experiência de gestão do programa de desativação do aterro do jóquei no Distrito Federal*. In: X Congresso Consad de Gestão Pública, julho de 2017. Disponível em: http://consad.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Painel-14_02.pdf.

OLIVEIRA, Thiago de Lima *et al.* Para que serve a Antropologia (em tempos de Covid-19)? **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29 (suplemento), p. 01-15, 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.

42, p. 377-391, jul/dez. 2014.

PEREIRA, Alexandre Branco. Etnografar e intervir: relato de uma antropologia engajada. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, p. 216-224, 2020.

ROSSI, Sabrina Karen. *Cooperativismo e políticas públicas: entre o empresarial e o popular*. 2010. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SAMPAIO, Cecília de Faria. *O fechamento do Lixão da Estrutural e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na cadeia formal de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal*. 2020. Disponível em <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>.

SANTOS, Adma Viana; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. *Cooperativismo e economia solidária: organização do trabalho de catação em Vitória da Conquista/BA*. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p.1-30, dez. 2015.

SCIRÉ, Cláudia. *Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo*. Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 01, p. 93-109, 2009.

SILVA, Felipe Henrique Porfirio. **"Por dentro e por fora do Estado"**: estratégias e desafios no processo político de constituição do movimento indígena no Brasil contemporâneo. 2017. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, 2017.

TEXEIRA, Carla Costa; PEREIRA, Diogo Neves. Poder e governo nas mediações de agentes comunitárias de saúde. In: TEIXEIRA, Carla Costa; VALLE, Carlos Guilherme do; NEVES, Rita de Cássia. **Saúde, mediação e mediadores**. Brasília: Aba, 2015. p. 173-216.

VALLE, Carlos Guilherme do. Apresentação - Etnicidade e mediação como política e cultura. In: VALLE, Carlos Guilherme do. **Etnicidade e mediação**. São Paulo: Annablume Editora, 2015. p. 13-59.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001. p. 15-28.